



PMIA Louveira

2024-2034



Plano Municipal da Infância e Adolescência (PMIA)

Louveira / SP

2024 – 2034

PrefeitoMunicipal
EstanislauSteck

Vice-prefeitoMunicipal
RicardoBarbosa

Gestão 2021-2024

Elaboração
Comitê do Plano da Infância e Adolescente do Município de Louveira

Coordenadora do programa:
Ana Aparecida Bichara Melin

Coordenadora de Informações:
Gisele Maria Rodrigues de Oliveira Câmara

Secretaria de Educação – Escolas Municipais:
Titular: Marta Silene BerniHernades
Suplente: Maria WalderezBerniLavinhatti

Diretoria de Ensino – Escolas Estaduais:
Titular: Ana Flávia Cappellano
Suplente: Hélio Marcassi

Secretaria de Saúde:
Titular: Maria Madalena Pereira Coelho Cruz
Suplente: Aline Guiraldelo de Sousa

Secretaria de Assistência Social:
Titular: Heloisa Helena Inocêncio
Suplente: LiviaPapileGalhardi

Secretaria de Finanças:
Titular: Natália de Oliveira Silva
Suplemente: Nelson Gomes da Silva Junior

Secretaria de Desenvolvimento Econômico:
Titular: Iara Lopes Ormonde Martins
Suplente: Pedro Geraldo de Campos Neto

Secretaria de Cultura e Eventos:
Titular: Renato de Sousa

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude:
Titular: Juliane Cristiane Alves Correia
Suplente: Alan Gustavo BacarinFelipetto

Desenvolvimento Urbano – Obras:
Titular: Alessandra Carriero
Suplente: Thais Cristina de Souza Castelluber Bastos

Conselho Tutelar:

Titular: Selma de Souza Fernandes Oliveira
Suplente: Gerdilania Santos Souza

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente (CMDCA):**

Titular: Patrícia Martins Fernando
Suplente: Ricardo Tonato Serpa

Secretaria de Gestão Ambiental:

Titular: Flávia Izaura Camargo Pinto
Suplente: Vinicius GottschallCriscuolo

Secretaria Municipal de Segurança:

Titular: Claudimir de Souza Veleiro
Suplente: Júlio Cezar correia da Silva



“Se a gente quiser modificar alguma coisa, é pelas crianças que devemos começar. Devemos respeitar e educar nossas crianças para que o futuro das nações e do planeta seja digno.”

Ayrton Senna

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas.....	1
1. Introdução.....	1
1.2. Apresentação.....	2
1.3. Louveira e suas crianças e adolescentes.....	4
2. Diagnóstico municipal da infância e adolescência	24
2.1. Histórico do Município.....	24
2.2. Localização.....	25
2.3. Dados Sociodemográficos	27
2.4. Índice de Desenvolvimento Humano.....	32
2.5. Dinâmica socioeconômica	34
2.6. Saneamento Básico e Urbanização	35
2.7. Desigualdade e vulnerabilidade	36
3. Dados Educação:	41
3.1. Escolas Municipais:	41
3.2. Escolas Estaduais.....	46
3.2.1. Índices Educacionais Nacionais e Estaduais:	46
4. Dados Saúde.....	50
5. Dados Proteção	54
6. Diagnóstico Municipal da Violência Contra Criança e Adolescente.....	70
6.1. Dados Conselho Tutelar:	70
6.2. Dados CREAS:	74
6.3. Dados SINAN	76
7. Conceitos da Matriz Lógica.....	78
8. Matriz Lógica	80
1. PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS.....	80
2. EDUCAÇÃO QUALIDADE	88
3. PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO	110

8. Cronograma.....	125
Anexos	126
Referências	127

Siglas e Abreviaturas

APS - Atenção Primária à Saúde
BPC - Benefício de Prestação Continuada
Cad Único - Cadastro Único
CCI - Centro de Convivência do Idoso
CEA - Centro de Educação Ambiental
CIEE - Centro de Integração Empresa Escola
CIMA - Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRL - Centro de Reabilitação de Louveira
CT - Conselho Tutelar
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EMESA - Encontro Municipal de Educação e Sustentabilidade Ambiental
ETA - Estação de Tratamento de Água
ETE - Estação de Tratamento de Esgoto
FJP - Fundação João Pinheiro
FMIA - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GTC - Grupo de Trabalho Coordenador
GTVO - Grupo Técnico de Vigilância de Óbitos
IAC - Instituto Agrônomo de Campinas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEPP - Jovens Empreendedores Primeiros Passos
LA - Liberdade Assistida
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU - Organização das Nações Unidas
OSC - Organização da Sociedade Civil
NEPS - Núcleo de Atenção Permanente em Saúde
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos

PIB - Produto Interno Bruto
PMIA - Plano Municipal da Infância e Adolescência
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PPAC - Programa Prefeito Amigo da Criança
PPI - Programa da Primeiríssima Infância
PROADESS - Projeto de Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde
PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade
PSE - Programa Saúde na Escola
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
RMJ - Região Metropolitana de Jundiaí
RN - Recém-Nascido
SAE - Secretaria de Água e Esgoto
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SED - Secretaria Escolar Digital
SEDUC SP - Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SIM - Sistema de Informações Municipais
SIMASE - Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo
SME - Secretaria Municipal de Educação
SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC - Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos
SINS - Sistema Nacional de Saneamento
SUS - Sistema Único de Saúde
UBS - Unidade Básica de Saúde

1.Introdução

O Plano Municipal da Infância e Adolescência (PMIA) de Louveira representa uma importante etapa na consolidação do trabalho que já vem sendo realizado de maneira coletiva e intersetorializada no município. Sendo ponto de atenção da gestão atual a prioridade no atendimento integral da criança e adolescente vem se materializando através das várias ações, projetos e programas desenvolvidos, como o Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC), Rede Brasileira Cidade das Crianças, Programa Mãe Louveirense, entre outras inúmeras iniciativas nas diversas áreas que compõem a rede de atendimento intersetorial.

Conforme o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. A promulgação destes direitos fundamentais tem amparo no status de prioridade absoluta dado à criança e ao adolescente, uma vez que estão em peculiar condição de pessoas humanas em desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e estabelece em seu artigo 3º que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de garantir o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Nesta perspectiva, o PMIA é um documento que visa à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Constitui-se por um conjunto de ações integradas e articuladas, numa perspectiva de proteção integral.

1.2.Apresentação

O PMIA de Louveira foi construído coletivamente por meio da nomeação de uma Comissão Municipal Intersetorial denominada Grupo de Trabalho Coordenador (GTC) composta por representantes da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação (Escolas Municipais), Diretoria de Ensino de Jundiaí (Escolas Estaduais), Secretaria de Saúde, Secretaria de Finanças, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Cultura e Eventos, Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Gestão Ambiental, Secretaria Municipal de Segurança, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Tutelar.

A elaboração do PMIA - Louveira teve início em 2021 com base na metodologia sugerida pelo programa Prefeito Amigo da Criança da Fundação Abrinq, quando foram realizados os mapas sugeridos e o diagnóstico municipal. Em 2022, houve a nomeação da Comissão Intersetorial Municipal com base na realidade do município, identificação dos problemas e edição da matriz lógica. Durante o ano de 2023 foi estabelecido cronograma mensal de reuniões de trabalho conduzidas pela articuladora local, e participação ativa dos membros da Comissão, presidente do CMDCA, Conselho Tutelar e Prefeito durante todo o processo.

A metodologia adotada foi a sugerida pelo Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC) que prevê:

- Processo de mobilização e articulação da Rede;
- Avaliação do Processo de Articulação de Rede;
- Criação do Grupo de Trabalho Coordenador (GTC);
- Pactuação da Agenda Comum;
- Estratégias para oficinas de trabalho em grupo;
- Identificação de problemas, objetivos e soluções;
- Definição de ações (médio e longo prazo);
- Consolidação do Plano;
- Aprovação, divulgação e institucionalização;

Para construção deste Plano foram realizadas 15 (quinze) reuniões da Comissão Intersetorial para discussões e alinhamentos. Compreendendo a necessidade da participação da sociedade civil na elaboração deste, o documento final do PMIA, juntamente com a matriz lógica - base do plano - é apresentado pela Comissão em reunião extraordinária ao CMDCA, e encaminhado à Câmara Municipal como pauta de Audiência

Pública. Posterior a essa etapa, prossegue-se para a aprovação e promulgação do PMIA em



Lei – conforme cronograma previsto neste plano.

(Figura 1). Reunião Grupo Trabalho Coordenador (GTC) e Prefeito para construção do PMIA.

(Fonte: Prefeitura de Louveira - <https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/prefeito-estanislausteck-participa-de-reuniao-voltada-para-as-acoes-relacionadas-a-infancia-e-adolescencia-no-municipio>)



(Figura 2). GTC realiza intercâmbio de experiências na Cidade de Jundiá – Complexo Argos e CIEMPI;

(Fonte: Prefeitura de Louveira - <https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/louveira-realiza-intercambio-de-experiencias-na-cidade-de-jundiai-para-fortalecer-o-plano-municipal-da-infancia-e-adolescencia#&gid=1&pid=4>)

(Figura 3). GTC realiza intercâmbio de experiências na Cidade de Jundiaí –



equipamento da Saúde “Clínica da Família”

(Fonte: Prefeitura de Louveira - <https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/louveira-realiza-intercambio-de-experiencias-na-cidade-de-jundiai-para-fortalecer-o-plano-municipal-da-infancia-e-adolescencia#&gid=1&pid=4>)

1.3. Louveira e suas crianças e adolescentes

A prefeitura de Louveira tem um compromisso muito efetivo em relação à primeira infância, isso se reflete, por exemplo, na atenção dada à saúde desta população, em especial na Rede de Atenção Primária a Saúde, responsável pelas ações de promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e humanizado.

A Rede de Cuidado Materno Infantil Municipal, através do “**Programa Mãe Louveirense**”, prevê o desenvolvimento de ações e integração de serviços visando à promoção, prevenção e assistência integral à saúde e as condições sociais da gestante durante o pré-natal, parto e pós-parto, cuidados ao recém-nascido (RN) e dando seguimento aos cuidados através das ações do Programa da Primeiríssima Infância (PPI), garantindo o acesso e a qualidade da assistência obstétrica e neonatal, bem como a sua organização e regulação.

Uma das principais iniciativas do “**Programa Mãe Louveirense**” envolve ações que intensificam a captação precoce e sensibilização das gestantes a adesão às consultas e exames do pré-natal, preferencialmente, até a 12^a semana de gestação, por meio da articulação e interlocução dos diferentes serviços que acessam novas gestantes. O

programa também visa fortalecer e preparar a gestante para o advento do parto, oferecendo visita de vinculação a maternidade onde se prevê o parto e a garantia de acesso a direitos civis especiais, como: realização do registro de nascimento do recém-nascido na maternidade e concessão de kit de enxoval básico.

As ações de educação, apoio e orientação voltada às gestantes, mães e familiares serão realizadas através de ações particularizadas e/ou oficinas desenvolvidas pelas diversas secretarias envolvidas no atendimento dessa população e nas ações da Primeira Infância.

Em agosto de 2023, o “**Programa Mãe Louveirense**” lança o “**Ambulatório Mamã Aconchego**” – um ambulatório exclusivo de amamentação criado com objetivo de dar suporte para mulher e família do recém-nascido, através de um ambiente acolhedor com profissional especializado para orientar, aconselhar e dar o apoio necessário ao aleitamento, inclusive com recursos de laserterapia, preparação mamária, supervisão, avaliação geral, tratamento reparador, entre outros.

De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Louveira apresentou no ano de 2022, um dos melhores índices de acompanhamento de pré-natal da região, com 93.38% de mulheres com sete ou mais consultas realizadas. Esse índice coloca Louveira em 1º lugar entre as cidades da região de Jundiaí e Campinas, e em 37º no Estado de São Paulo.



(Figura 4).
Logo Programa Mãe Louveirense.



(Figura 5).
Kit Enxoval Básico

(Figura 6).Entrega de Kit Enxoval as gestantes.



(Fonte: Site Prefeitura Louveira - <https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/prefeitura-realiza-entrega-de-mais-52-kits-enxoval-do-programa-mae-louveirense-nesta-sexta-feira-26>)

Ademais, Louveira faz parte da **Rede Nacional da Primeira Infância**, e através do Comitê Intersetorial Municipal articula e mobiliza organizações e pessoas na defesa e garantia dos direitos das crianças de 0 a 6 anos. Esse Grupo de Trabalho conta com a representação da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, CMDCA e Fundo Social de Solidariedade, podendo ser ampliado para demais representantes de órgãos de entidades públicas e privadas.

Esta formação imprime o caráter de espaço dialógico, plural e diverso para discussão, abordagem e identificação das necessidades da população atendida e direcionamento para os diversos temas a serem desenvolvidos: gravidez, parto, amamentação, orientação sobre alimentação e hábitos de vida saudáveis, desenvolvimento neuropsicomotor, fases de desenvolvimento, a criança como sujeito de direito, preparo da mãe ao retorno ao trabalho, acesso a creche, acesso a benefícios, prevenção a violência e violações de direitos, vínculos afetivos e sociais, entre outros.

A cidade de Louveira aderiu, em 2012, ao **Programa “São Paulo pela Primeiríssima Infância”**, uma iniciativa do Governo de São Paulo, inicialmente em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com os municípios paulistas e com a sociedade civil. O programa atua na conscientização dos profissionais acerca da interrelação do desenvolvimento em seus aspectos físico, cognitivo e socioemocional na primeiríssima infância. Com intuito de atingir os objetivos do programa e fomentar um trabalho intersetorial, os gestores de cada município designaram representantes da Saúde,

da Assistência Social e da Educação para a constituição de comitês locais, que têm como princípios a corresponsabilidade nas propostas de construção do programa e a sustentabilidade, por meio de planejamento, monitoramento, impacto, mobilização social, governança e estímulo à incorporação de ações. Hoje, Louveira continua atuante no Comitê Gestor Regional de Jundiaí, trabalhando na perspectiva do programa.

Ainda compondo as iniciativas pela infância, recentemente Louveira aderiu a Rede Brasileira “Cidade das Crianças”, projeto internacional idealizado pelo pedagogo italiano Francesco Tonucci, onde municípios de quinze países do mundo formam a “Rede Mundial de Cidade das Crianças”. Essa adesão prevê a construção de um projeto comum de desenvolvimento saudável da infância e de um contexto urbano adequado às crianças, promovendo sua participação no governo da cidade e devolvendo a autonomia de circulação das crianças nos espaços públicos. Além disso, “o brincar” é um eixo central deste projeto, portanto, a cidade deve se tornar mais “brincante” permitindo que as crianças usem livremente as ruas, calçadas, parques, etc.

Assim, além dos programas destacados acima, o GTC Louveira começa a reconhecer a importância da renovação dos espaços de brincar ao ar livre, na perspectiva de parques naturalizados, que favoreçam a ludicidade, a experimentação e a sensibilização com os elementos de água, areia, madeira, plantas, peças soltas e sons, evitando estruturas fixas e limitadas. Os parques naturalizados divergem dos parquinhos convencionais oferecendo oportunidades amplas para brincadeiras criativas e a riqueza de estímulos motores e sensoriais, promovendo novas habilidades e oportunidades brincantes como engatinhar, escalar, pular - essenciais para o desenvolvimento infantil e para cada idade.

(Figura 7). Abertura Regional Semana do Bebê 2022 – Teatro Polytheama – Jundiaí/S.P



(Figura 8).Abertura Regional Semana do Bebê 2023 – Louveira/S.P



(Figura 9).Abertura Regional Semana do Bebê 2023 – Louveira/S.P



(Fonte:<https://louveira.sp.gov.br/conteudo/com-lancamento-do-ambulatorio-mamae-aconchego-prefeitura-realizou-abertura-da-12semana-do-bebe-e-do-aleitamento-materno>)

(Figura 10).Contação de História,Semana do Brincar 2023 – Fazenda Santo Antônio– Louveira/S.P



(Fonte: <https://louveira.sp.gov.br/conteudo/prefeitura-encerra-semana-do-brincar-com-presenca-de-familias-na-fazenda-santo-antonio#&gid=1&pid=14>)

(Figura 11).Atividade Intergeracional (Cáritas e CCI),Semana do Brincar 2023 – Área de Lazer do Trabalhador- Louveira/S.P



(Fonte: <https://louveira.sp.gov.br/conteudo/em-louveira-prefeitura-promove-atividades-ludicas-entre-geracoes-na-semana-mundial-do-brincar#&gid=1&pid=13>)

(Figura 12).Creche Municipal - Semana do Brincar 2023 –Louveira/S.P



(Fonte: <https://louveira.sp.gov.br/conteudo/em-louveira-prefeitura-promove-atividades-ludicas-de-valorizacao-infantil-com-a-realizacao-da-semana-mundial-do-brincar>).

(Figura 13).Creche Municipal - Semana do Brincar 2023 –Louveira/S.P



(Fonte: <https://louveira.sp.gov.br/conteudo/em-louveira-prefeitura-promove-atividades-ludicas-de-valorizacao-infantil-com-a-realizacao-da-semana-mundial-do-brincar>)

(Figura 14).Creche Municipal - Semana do Brincar 2023 –Louveira/S.P



(Fonte: <https://louveira.sp.gov.br/conteudo/ultimo-dia-encerramento-da-semana-do-bebe-tem-atividades-para-toda-familia-neste-sabado-6-na-praca-da-bica>)

No tocante as ações e políticas de fomento a educação e cultura para crianças e adolescentes, a Constituição Federal de 1988 expressa em seu Art. 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Enquanto isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, traz a Educação como finalidade para o desenvolvimento integral da criança e adolescente, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Para além dos aspectos legais, Louveira conceitua a educação como um dos mais poderosos instrumentos de desenvolvimento social e econômico. Isto porque dela dependem

o progresso das ciências, a inovação tecnológica, a invenção do futuro e a ampliação das possibilidades de realização humana.

A cultura, no que lhe concerne, também é vetor de evolução da sociedade, considerada essencial para o desenvolvimento da capacidade crítica, do discernimento, da escuta profunda, da expressividade e da criatividade artística, da sensibilidade, da saúde e da capacidade de resiliência individual e coletiva. É, ainda, um potente recurso da expressividade afetiva e emocional.

Assim a Secretaria de Cultura e Eventos, através das **Oficinas Culturais** oferece cursos de iniciação, experimentação e introdução artística nas mais diversas áreas. As atividades são oferecidas para as crianças a partir de 6 anos até terceira idade.

É por meio da cultura e da educação que um povo constrói, consolida e reedita sua identidade. Colocar a educação e cultura no coração das políticas de desenvolvimento é uma forma de garantir um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo.

Com base nisto, Louveira tem investido de forma intensa também para que a Educação mantenha um alto padrão. São investimentos em diversas frentes, tanto nos aspectos pedagógicos quanto estruturais, com contratações de novos profissionais, formação destes educadores, aquisição de materiais didáticos, reformas e ampliações das unidades escolares, além de ações de integração entre a comunidade e o ambiente escolar.

Uma das iniciativas para acompanhamento destes resultados é a Avaliação “Saber Louveira”, que possibilita o monitoramento da proficiência dos alunos e análise pedagógica. Sendo realizadas duas vezes ao ano, em duas etapas diferentes: a 1ª fase avalia se os alunos consolidaram as habilidades essenciais do ano anterior e do primeiro bimestre do ano corrente, e a 2ª fase avalia se os alunos consolidaram as habilidades previstas para o ano de escolaridade. Essa iniciativa se deu no período após a pandemia da COVID-19 como um cuidado extra para o acompanhamento do nível de compreensão dos conteúdos abordados de maneira online, mas que se manteve por ter sido avaliada como um importante instrumento de diagnóstico sobre as características exclusivas dos alunos da cidade.

Mesmo havendo estimativas em níveis nacionais, Louveira optou pela avaliação exclusiva, pois ela fornece uma visão mais detalhada e adaptada ao contexto local, levando em consideração as características e demandas específicas desta comunidade.

Os indicadores educacionais produzidos possibilitam monitorar a evolução do desempenho dos estudantes, apontando para as necessidades de intervenção pedagógica por unidade escolar, tendo em vista a melhoria da educação pública ofertada e a promoção da equidade da educação. Através dos resultados, a Prefeitura pode traçar novos planos de ação para aqueles conteúdos que ainda não foram consolidados pelos alunos de cada escola.

(Figura 15). Programa Louveira Educação Conectada, Escola Municipal–Louveira/S.P



(Fonte: <https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/no-avanco-do-programa-louveira-educacao-conectada-louveira-tem-100-dos-laboratorios-de-informatica-em-funcionamento-nas-escola>)

Como ações propulsoras da cultura na educação, podemos destacar o “Projeto Bandas nas Escolas” com aulas de educação musical semanais para o Ensino Fundamental I (anos iniciais) e contra turno das escolas de período integral, e também o Projeto de Musicalização e Oficinas de Expressões Artísticas ofertado a todas unidades escolares de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

A prática musical no ambiente escolar, entre outros benefícios, auxilia no processo de aprendizagem estimulando e despertando a área afetiva, linguística e cognitiva da criança. A musicalização também se caracteriza como uma atividade de lazer, contribuindo com o bem-estar e proporcionando descanso das atividades rotineiras. Os benefícios que a música proporciona nesta fase, seja pela expressão de emoções, sociabilidade, seja pelo raciocínio, concentração, comunicação, é de grande valor para a vida.

(Figura 16).Banda Marcial Bamalo, Natal Iluminado na Fazenda–Louveira/S.P



(Fonte:<https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/muita-magia-e-alegria-na-chegada-do-natal-iluminado-na-fazenda-santo-antonio#&gid=1&pid=10>)

Ainda considerando a transversalidade do processo educativo e da formação integral do ser humano, destacamos as ações desenvolvidas pela Secretaria de Gestão Ambiental, com base na Lei 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Sendo assim, a Secretaria de Gestão Ambiental desenvolve projetos de Educação Ambiental com temas como a preservação do meio ambiente, fauna e flora, uso sustentável de recursos naturais, reflorestamento, biodiversidade, horta na escola, estudo do meio, visitas guiadas a estação de tratamento de água e esgoto, cooperativas de reciclagem, regiões de preservação de mananciais e matas ciliares existentes na região, entre outros.

Em 2023 foi inaugurado o CEA - Centro de Educação Ambiental – “Tabarana”, espaço destinado ao estudo e compartilhamento de conhecimentos através de disponibilização de informações, atividades lúdicas e reflexivas, sensibilização e vivências, como cursos gratuitos, palestras e atividades diversas relacionadas ao cuidado com o meio ambiente e temas afins. A estrutura também conta com um viveiro de mudas de espécies nativas, no qual, em uma ação integrada da Secretaria de Gestão Ambiental, Assistência Social e Saúde, serão desenvolvidos grupos educativos com idosos e adolescentes. Além da

parceria com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) para o



cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto pelos adolescentes.

(Figura 17). Alunos da Rede Pública de Ensino em visita Centro de Educação Ambiental–Louveira/S.P

(Fonte: <https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/com-aprendizado-interativo-alunos-da-rede-publica-visitam-centro-de-educacao-ambiental-tabarana>)

Além disso, as Secretarias de Educação e Gestão Ambiental são responsáveis pelo Programa de Educação Ambiental de Louveira, que através de uma gama variada de projetos educativos busca a conscientização e mudanças no comportamento cotidiano, capaz de promover a sustentabilidade e a diminuição dos impactos causados no ecossistema. Para selar esse trabalho, desde 2005 ocorre, anualmente, o **EMESA - Encontro Municipal de Educação e Sustentabilidade Ambiental**. Este encontro conta com a participação de todas as escolas do município (municipais, estaduais e particulares) e com apresentação de projetos de todas as fases de escolaridade (infantil, fundamental e médio) e tem como principal objetivo a socialização e compartilhamento dos projetos desenvolvidos em cada espaço escolar através de exposições, peças teatrais, debates, rodas de conversas e atividades pedagógicas.



(Figura 18).13° EMESA - Encontro Municipal de Educação e Sustentabilidade Ambiental 2023–Louveira/S.P

(Fonte: <https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/13o-emesa-realizado-suabado-19-abordou-tema-econsciencia-ambiental-na-escolae#&gid=1&pid=3>)

(Figura 19).Exposição sobre educação Ambiental, Escola Municipal- EMESA 2023 – Louveira/S.P

(Fonte:<https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/escolas-concluem-o-19-emesa-com-participacao-ativa-de-alunos-e-professores>)

Em 2023 a Secretaria de Gestão Ambiental também se uniu a Segurança Alimentar e Nutricional no projeto das Hortas Urbanas Comunitárias, contribuindo para a criação de uma cultura de auto sustentabilidade, além da promoção de iniciativas voltadas à Segurança Alimentar visando o acesso regular e permanente a alimentos adequados em territórios vulneráveis.

Outra parceria importante para o desenvolvimento das ações voltadas ao desenvolvimento de Educação e Cidadania acontece através da Secretaria de Educação e **Polícia Militar**, no desenvolvimento das ações do **Proerd e ProerdKids**. O **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd** consiste em um esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, escola e família com o objetivo de capacitar jovens estudantes através de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e sem violência. A versão infantil do programa aborda os temas de maneira mais lúdica e didática, focando, principalmente, em segurança pessoal, educação no trânsito, valorização à vida, abordando a prevenção a violência, uso de drogas, com linguagem apropriada à faixa etária dos participantes.



(Figura 20).Alunos da Educação Infantil recebem orientação sobre segurança pessoal e transito, Programa ProerdKids –Louveira/S.P

(Fonte: <https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/alunos-da-educacao-infantil-recebem-orientacoes-sobre-seguranca-pessoal-e-transito-pelo-programa-proerd-kids>)

A **Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude** oferece nas escolas de tempo integral do município aulas de diversas modalidades esportivas diariamente, alcançando 100% das crianças matriculadas. As modalidades oferecidas no contra turno são basquete, futebol, futsal, handebol, karatê e vôlei.

Além dessa importante parceria, a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude tem uma função primordial nas políticas públicas voltadas à criança e adolescente, já que o lazer e as práticas desportivas formais e não formais são tidas como direito de todos os cidadãos, previsto na Constituição Federal, e também no artigo 71 do ECA. A prática esportiva infantil é capaz de prevenir muitos adoecimentos futuros, como o estresse, problemas respiratórios, obesidade e favorece o desenvolvimento físico, a coordenação motora. Sendo um importante aliado na construção da autoestima, autoconfiança, convivência e interação social.

Para o público alvo deste plano, a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude desenvolve **Escolinhas de Esporte**, atendendo cerca de 2.090 crianças e adolescentes entre 04 a 18 anos. Além disso, mantém equipes de competição em diversas modalidades



a fim de garantir o direito ao esporte de qualidade em suas diferentes dimensões: educacionais, recreativas e de competição.

(Tabela 1).Quantitativo de crianças e adolescentes (4 a 18 anos) atendidos pelas



escolinhas de esporte da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude em 2023:

(Fonte:Secretaria Municipal de Esportes)

MODALIDADE	Judô	Karatê	Taekwondo
ATENDIDOS	69	80	57

MODALIDADE	Futebol	Futebol Society	Futsal	Handebol	Voleibol	Basquete	Tênis
ATENDIDOS	377	49	440	34	93	38	90

MODALIDADE	Capoeira	Ginástica Artística	Natação	Skate	Xadrez
ATENDIDOS	377	49	440	34	93

(Figura 21).Equipe de Ginástica Artística de Louveira conquista pódio em Boituva/S.P

(Fonte:<https://www.louveira.sp.gov.br/conteudo/equipe-de-ginastica-artistica-de-louveira-conquista-podio-em-boituva#&gid=1&pid=9>)

A Secretaria da Assistência Social em parceria com a Organização da Sociedade



Civil (OSC) - Cáritas Paroquial Nossa Senhora Mãe dos Homens e Santo Antônio de Pádua executam o **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**, onde atende mais de 200 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos. O serviço é dedicado ao fortalecimento de vínculos familiares, interpessoais e sociais contribuindo para o desenvolvimento integral da criança e adolescente, incentivando a permanência, ingresso ou reingresso na escola.

Além de realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer, estimulando a participação cidadã e uma formação geral, bem como ações socioeducativas, espaços lúdicos de criação e protagonismo apoiando participante nas questões inerentes a sua fase de desenvolvimento, inclusive com orientações e preparo dos adolescentes e jovens com o desenvolvimento de suas potencialidades, escolha profissional consciente e a busca de trabalho.

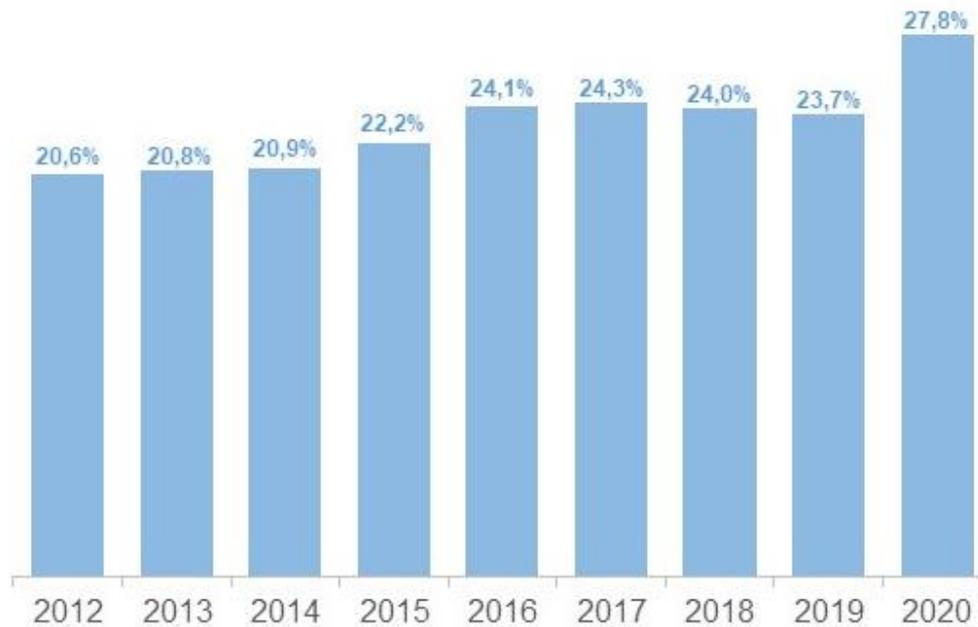
(Figura 22).Atividade de apoio e orientação às famílias realizada pela Secretaria de Assistência Social, Vila da Conquista – Louveira, S.P

(Fonte:

)

Contudo, as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes e jovens brasileiros passam por diversas áreas que vão desde a vulnerabilidade inerente a sua condição

peculiar de desenvolvimento, questões de identidade, violências, inseguranças, até questões



mais recentes como a perda de aprendizagem na pandemia. Segundo o Atlas das Juventudes, há no Brasil, hoje, cerca de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, esse é um momento onde temos, historicamente, a maior proporção de jovens na nossa população. Em 2020, 27,8% da população na faixa etária de 15 a 29 anos não exercia atividades de trabalho ou estudo, revelando um contexto desafiador para os próprios jovens e para as políticas públicas voltadas para esse grupo.

(Gráfico 1). Percentual de jovens entre 15 e 29 anos que não trabalham nem estudam, no Brasil

Fonte: (Link para matéria: <https://pp.nexojornal.com.br/topico/2021/11/30/Qual-a-import%C3%A2ncia-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-juventudes-segundo-este-economista>).

Entre esses desafios, existe a conquista do primeiro emprego no competitivo mercado de trabalho atual. Saber por onde começar pode ser um diferencial importante nesse momento. Um dos principais obstáculos está na falta de experiência dos candidatos, já que muitas empresas exigem essa vivência como condição para a contratação. Para superar essas dificuldades, o município de Louveira lançou, recentemente, o **Programa Estalou** um programa de estágio remunerado para jovens a partir de 16 anos que estão no Ensino Médio. O programa tem o objetivo de gerar desenvolvimento em áreas sociais, profissionais e proporcionar a oportunidade do primeiro emprego. Sendo 20% das vagas destinadas aos adolescentes com renda familiar até meio salário mínimo regional per capita.

Em relação à proteção das crianças e adolescente, compete ao **Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente** (SGDCA) promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos de todas as crianças e adolescentes para que esses brasileiros sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Dessa forma, em 2011 através do CMDCA, Louveira institui a **Rede Ciranda – de Combate a Violência contra Criança e Adolescente** (Resolução CMDCA 03/2011) com o intuito estabelecer a política municipal de prevenção e enfrentamento da violência contra criança e adolescente, através de uma rede intersetorial e articulada na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente.

Vale ressaltar que a Rede Ciranda continua vigente e atuante, através de cronograma mensal de encontros, avalia necessidade de formações/capacitações da rede municipal, discute estratégias de qualificação de atendimento, organiza e sistematiza reuniões de discussão de caso e ações preventivas como a Campanha Nacional de Mobilização para o Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: “Campanha Faça Bonito”, e outras. A Rede Ciranda também desenvolve, apoia e implanta projetos de intervenção junto às escolas, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), CREAS, SCFV, Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), instituições parceiras e/ou demais locais indicados como foco do trabalho. Além da sistematização, revisões e atualizações de fluxos de atendimento a essa população.

Em 2023, através do CMDCA houve atualização do Comitê da Rede Ciranda, revisão e atualização da Resolução de Criação com vistas à adequação as novas legislações vigentes e a realidade local.

Neste ano também foi atualizado o **Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) - “Quero Ser”**, por meio da Resolução CMDCA nº 06

de 21 de junho de 2023, bem como foi regulamentada a formação de Comissão Intersetorial Permanente do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE, por meio da Resolução CMDCA nº 07, de 21 de junho de 2023, a ser composta por integrantes da Secretaria Municipal da Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura e Eventos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Coordenadoria da Infância e Adolescência e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual tem como atribuição a implementação da gestão, monitoramento e avaliação do **SIMASE e do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo**.

Em consonância com todas as iniciativas voltadas a garantia dos direitos das crianças e adolescentes mencionadas acima, em 2021 o Excelentíssimo Prefeito de Louveira Sr. Estanislau Steck, aderiu ao **Programa Prefeito Amigo da Criança**, assumindo o compromisso de priorizar esse público em seu mandato, colocando-os no centro das políticas públicas municipais. Assumir esse desafio significa promover mudanças e melhorias na gestão de políticas públicas para a infância e a adolescência, já que é nos municípios que tais ações se concretizam e adquirem o potencial de melhorar os indicadores sociais e transformar a vida dos brasileiros.

Este programa busca mobilizar e apoiar tecnicamente os municípios na implementação de ações e políticas que resultem em avanços na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Ao longo dos 4 anos da gestão municipal, o Programa oferece subsídios técnicos e recomendações, bem como promove seminários que possibilitam o diálogo, a troca de experiências e a disseminação de conhecimentos úteis à construção ou à consolidação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes. Ao final da gestão, são avaliados os resultados obtidos pelos municípios, por meio de uma avaliação técnica e política, concedendo aos prefeitos que impulsionaram avanços nas linhas de ação propostas o Reconhecimento Pleno da Fundação Abrinq de Prefeitos Amigos da Criança.

- Os compromissos firmados pelo Prefeito Amigo da Criança são:
- Desenvolver a política de forma planejada, participativa, Intersetorial e sustentável;
- Realizar o processo de planejamento com alocação orçamentária nas políticas para a infância e adolescência;
- Qualificar as políticas de atendimento à primeira infância;

- Estabelecer, ampliar e fortalecer a relação entre: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), articulando a Rede de Proteção Integral às crianças e aos adolescentes;
- Fortalecer a atuação do Conselho Municipal dos Direitos, Conselhos Tutelares, Setoriais e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
- Ampliar os mecanismos de transparência e controle social.

Ressaltamos que a elaboração/revisão do PMIA, se enquadra como requisito para a participação do programa e reconhecimento através do **Selo “Prefeito Amigo da Criança”**. Diante de tantas iniciativas para garantia dos direitos das crianças e adolescentes louveirenses, nada melhor do que um **Planejamento Estratégico** para garantir o efetivo cumprimento e organização das demandas e prioridades de agendas em curto, médio e longo prazo.

O planejamento público possui uma importante peculiaridade: envolve a dimensão técnica e a dimensão política. Técnica porque implica o domínio de metodologias próprias de trabalho e determinados tipos de conhecimento. Política porque é antes de tudo, um processo de negociação que busca conciliar valores, prioridades, necessidades e interesses divergentes, e administrar conflitos entre vários segmentos da sociedade que esperam o benefício da ação governamental.

Dessa forma, o PMIA vem cumprir sua função técnica e política de orientar as ações do governo municipal para o atendimento dos direitos da infância e adolescência, com ênfase em estratégias de prevenção, aprimoramento e combate a riscos e problemas identificados para essa população.

2. Diagnóstico municipal da infância e adolescência

A elaboração do diagnóstico municipal teve como base a análise de dados de fontes variadas, oficiais, nacionais e municipais no que diz respeito à criança e adolescente. O Diagnóstico representa o cenário da infância e da adolescência em que se identificou os principais desafios para intervenção municipal nos próximos 10 anos - periodicidade de vigência deste plano.

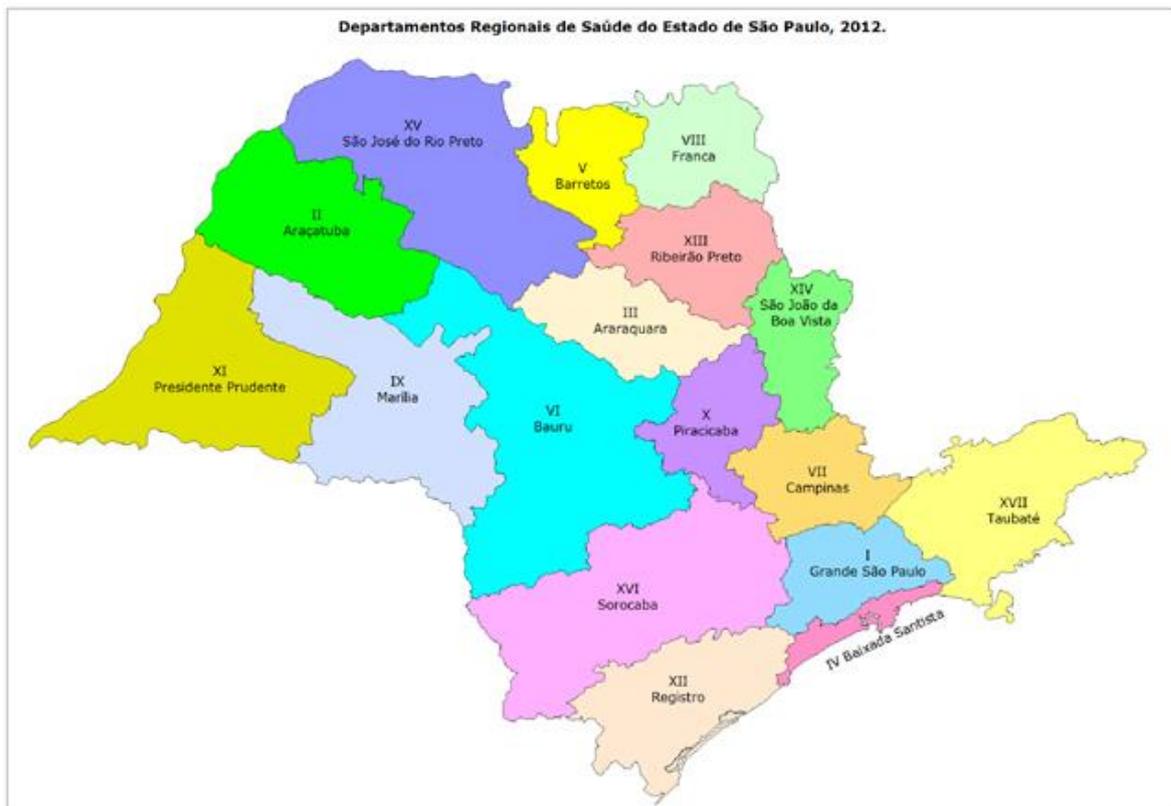
2.1. Histórico do Município

O povoado foi fundado em 1639, pelo espanhol Gaspar de Louveira, que foi responsável pela plantação das primeiras videiras na região. Em 31 de março de 1872, foi inaugurada a Estação Ferroviária e a linha férrea da Companhia Paulista de Estradas de

Ferro, construção que impulsionou a economia local, primeiramente com o café e, após seu declínio, com o cultivo da uva pelos imigrantes italianos. Os imigrantes Italianos, acostumados com a vida simples da roça nas plantações de uva e outras frutas trouxeram, como tradições, além das reuniões de domingo com toda a família, a tipicidade de jogos de carta, fabricação de vinhos, doces caseiros, mel e compotas. Louveira esteve vinculado à Jundiaí por mais de 300 anos, passando a bairro de Vinhedo em 1948, quando este se emancipou de Jundiaí. Em 30 de dezembro de 1953, foi elevado a distrito do município de Vinhedo, obtendo sua autonomia político-administrativa. O município de Louveira foi criado pela Lei Estadual nº. 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, e instalado oficialmente no dia 21 de março de 1965, com diplomação e posse do seu primeiro prefeito, Odilon Leite Ferraz, juntamente com os vereadores, num total de nove. A Rodovia Anhanguera corta o município, sendo sua principal via de acesso. Devido à sua posição estratégica, várias empresas, principalmente do setor de logística, se instalaram às margens da rodovia nos últimos trinta anos e, com isso, vários migrantes de diferentes partes do Brasil, em especial da região nordeste, vieram para essa região em busca de melhores oportunidades de emprego. Essa migração compartilhou, além da sonoridade da música e sotaques, suas delícias gastronômicas e culturais, que foram incorporadas ao contexto cultural da cidade, incluindo a realização de festas temáticas, que acabaram entrando para o calendário oficial de eventos do município. Tanto os nascidos na cidade, descendentes de imigrantes, como os migrantes de outras regiões, auxiliaram e continuam auxiliando no crescimento e desenvolvimento do município.

2.2. Localização

O município de Louveira pertence à região administrativa de Campinas, Departamento Regional de Saúde - DRS7-Campinas (Figura 23) e integra a Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ) (Figura 24), juntamente com os municípios de Jundiaí, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu e Várzea Paulista. O território da RMJ totaliza 1.269,99 km², dos quais 55,738km² (4,4%) são ocupados por Louveira, a segunda menor cidade da região



(Figura 23).Departamentos Regionais de Saúde do Estado de São Paulo, 2012

Fonte: Fonte: SÃO PAULO, Secretaria de Estado da Saúde (2012)

(Figura 24).Mapa da Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ)

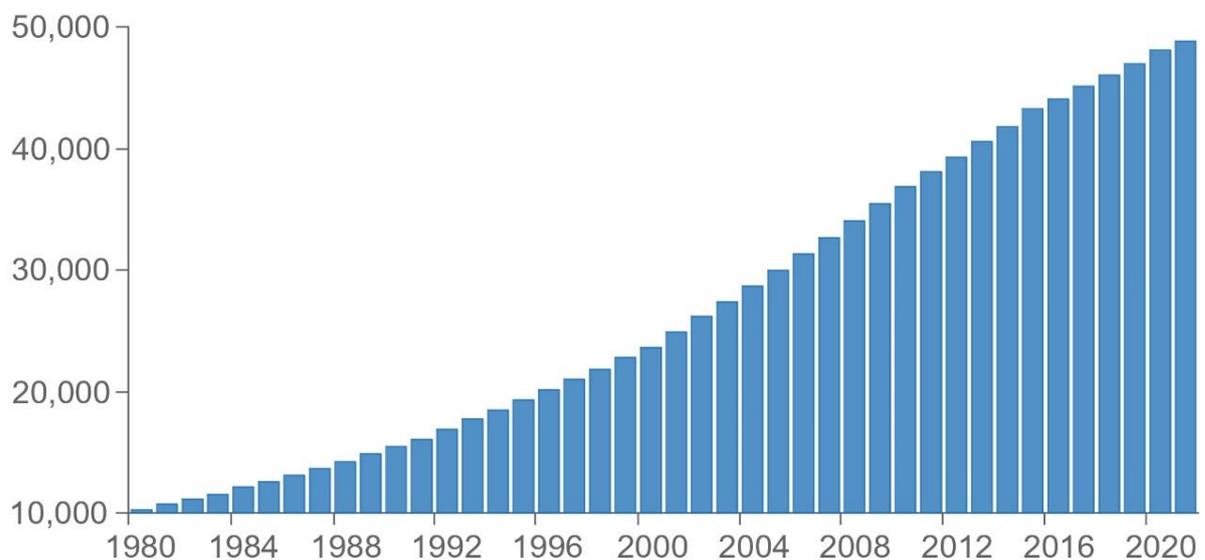
Fonte: SÃO PAULO, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (2021)

2.3.Dados Sociodemográficos

O Censo Demográfico de 2010 registrou população de 37.125 habitantes e densidade demográfica 673,37hab/km² em Louveira. A população do município vem crescendo com o passar dos anos(Gráfico 2). Segundo o IBGE 2020, o contingente populacional de Louveira foi estimada em 49.993 habitantes: a área urbana corresponde a 97,7%, e a rural a 2,2% (Gráfico 3).

Segundo estimativa do IBGE, em 2021 a população local teria atingido 51.007 pessoas. Comparando a estimativa populacional de 2017 à de 2021 verifica-se que o município de Louveira teve sua população aumentada em mais de 11% no intervalo de quatro anos. Já em 2022, segundo IBGE, a população de Louveira é de 51.833 habitantes com densidade demográfica de 929,94 hab/km².

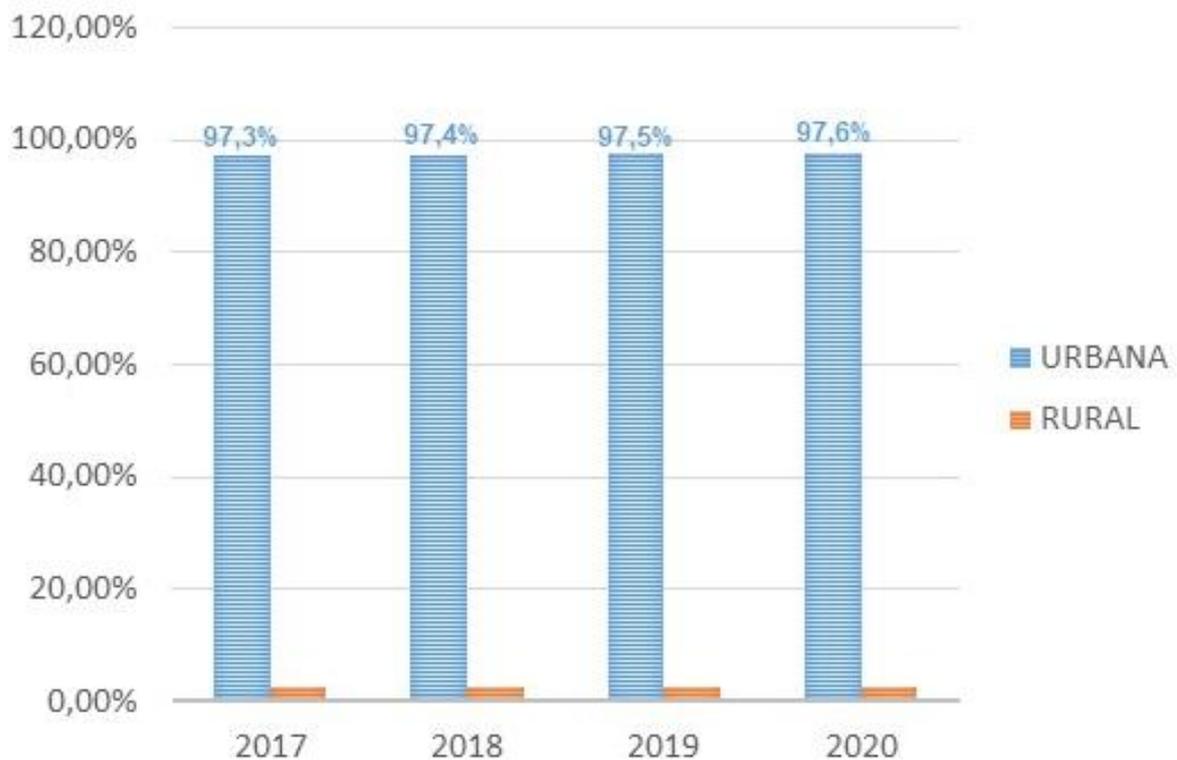
(Gráfico 2).Densidade Demográfica (hab/Km²) – 1980 à 2021



Fonte: Fundação Seade

(Gráfico 3).População Urbana x População Rural

POPULAÇÃO	abs. (1991)	% (1991)	abs. (2000)	% (2000)	abs. (2010)	% do total (2010)	abs. (2017)	% (2017)
População total	16.259	100%	23.903	100%	37.125	100%	45.922	100%
População residente masculina	8.378	52%	12.118	51%	18.801	51%	23.256	51%
População residente feminina	7.881	48%	11.785	49%	18.324	49%	22.666	49%
População urbana	14.131	87%	21.888	92%	35.695	96%	nd	
População rural	2.128	13%	2.015	8%	1.430	4%	nd	



Fonte: Fundação Seade

(Tabela 2). Evolução da população do município de Louveira por gênero, urbana e rural – Censo 1991,2000, 2010 e 2017.

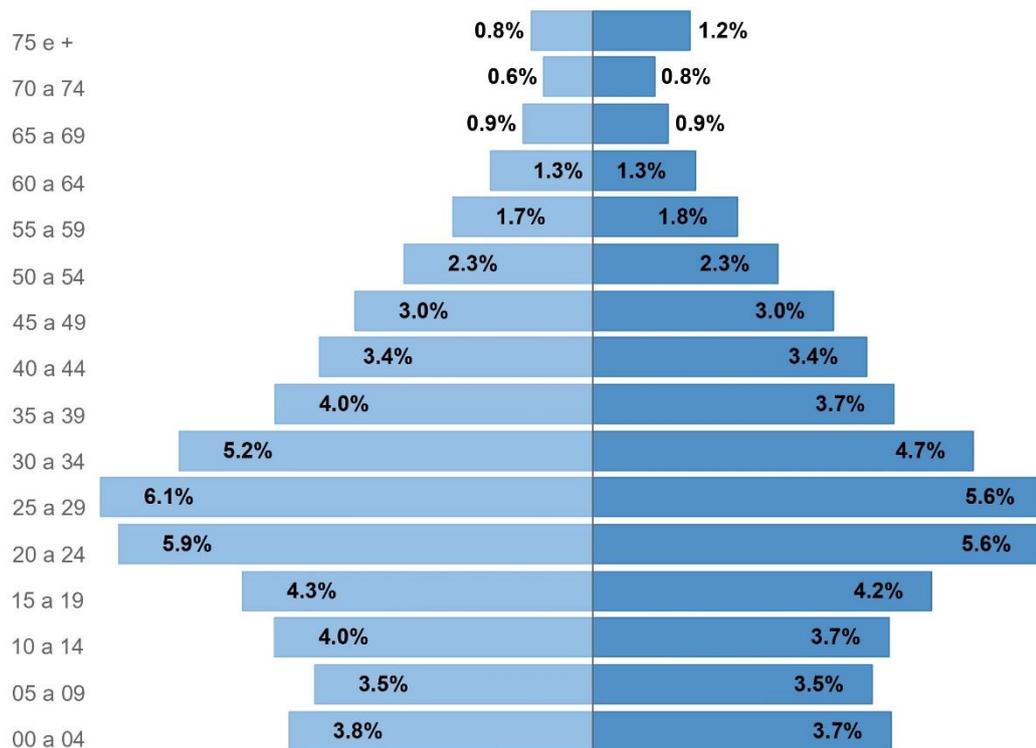
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. IBGE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fundação João Pinheiro - FJP. Elaboração: Demacamp

Segundo dados da PNAD de 2017, 65% da população se declararam branca, e 35% negra, apenas 0,07% indígenas. Os dados sobre a distribuição da população por faixa etária demonstram que o envelhecimento populacional ocorre, porém em proporções menores que o observado nas grandes metrópoles nacionais.

Conforme a Tabela 2, a distribuição populacional por sexo é bem equalizada, temos 49,6% de mulheres e 50,6% de homens. A taxa de crescimento populacional na última década foi de 3,16%, a taxa de envelhecimento 50,59%, a população com 60 anos ou mais está em 10,37%. No município, a taxa de fecundidade (por mil mulheres com idade dentre 15 e 49 anos- dados de 2019) é de 57,97%. A tendência decrescente na taxa de fecundidade encontrada para o município acompanha os índices registrados para o país e suas regiões geográficas.

(Gráfico 4). Pirâmide Populacional por faixa etária (2010)

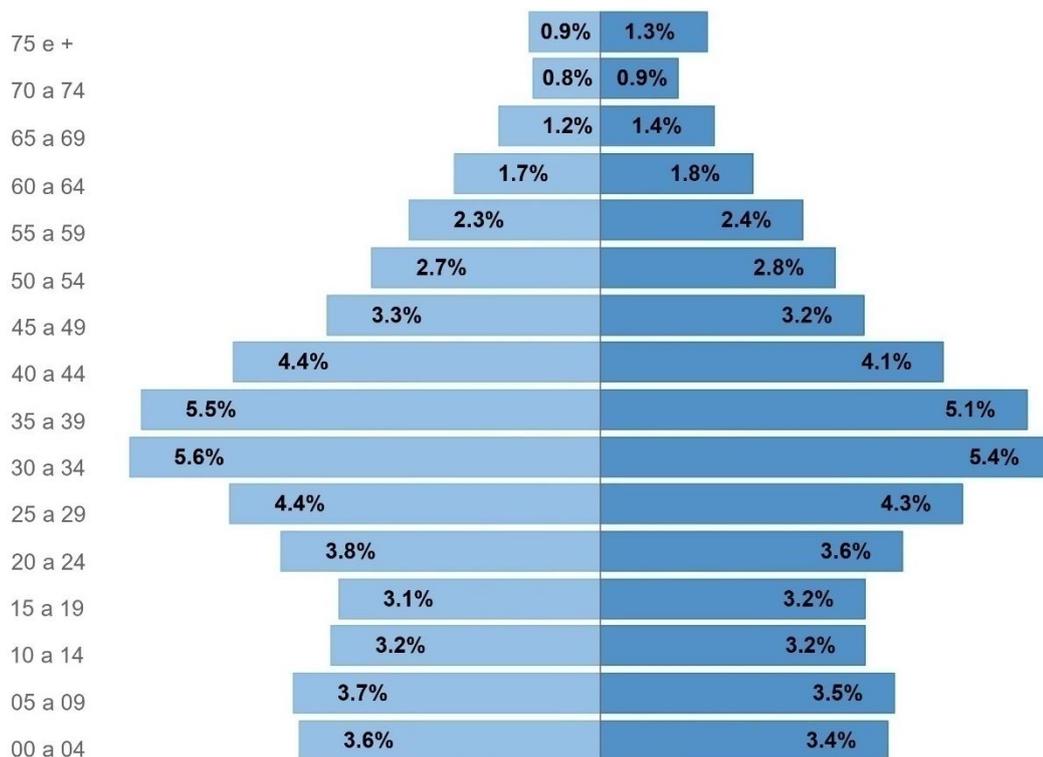
● Homens ● Mulheres



Fonte: Seade

(Gráfico 5). Pirâmide Populacional por faixa etária (2020)

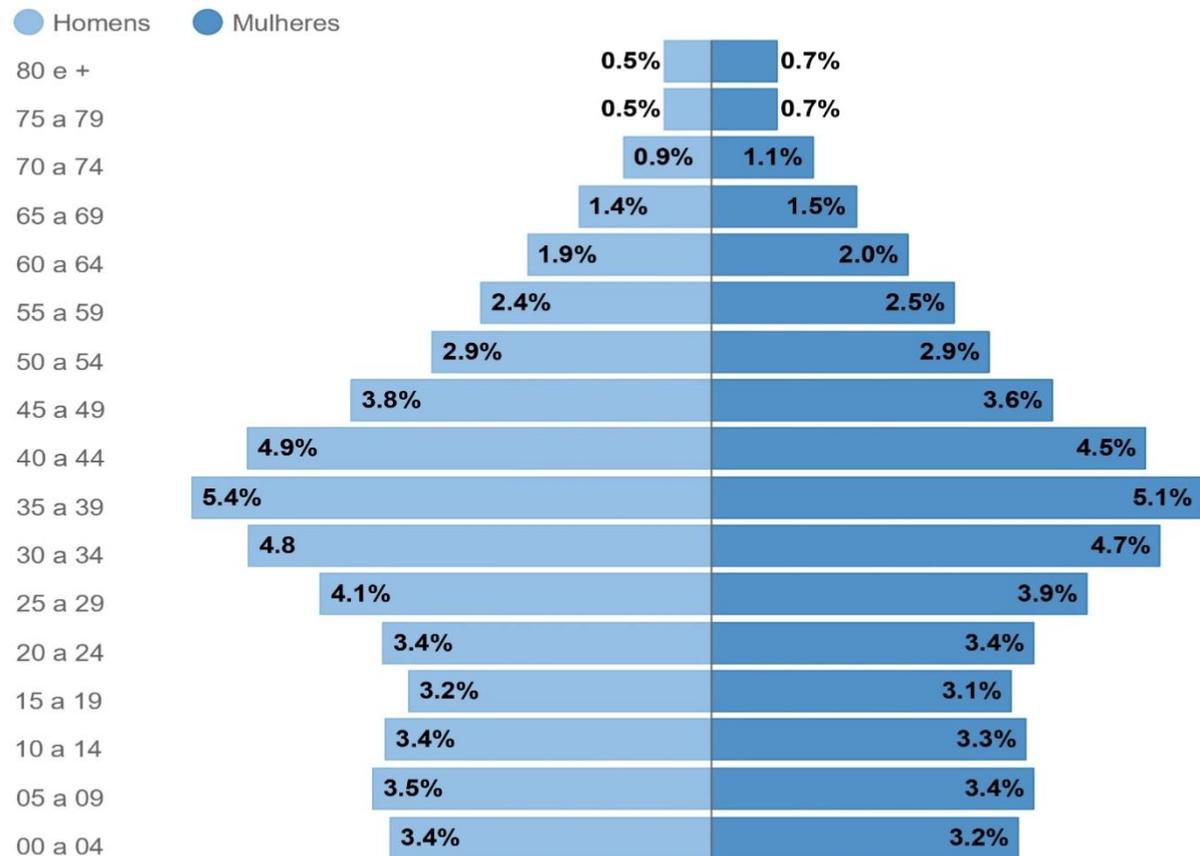
● Homens ● Mulheres



Fonte: Seade

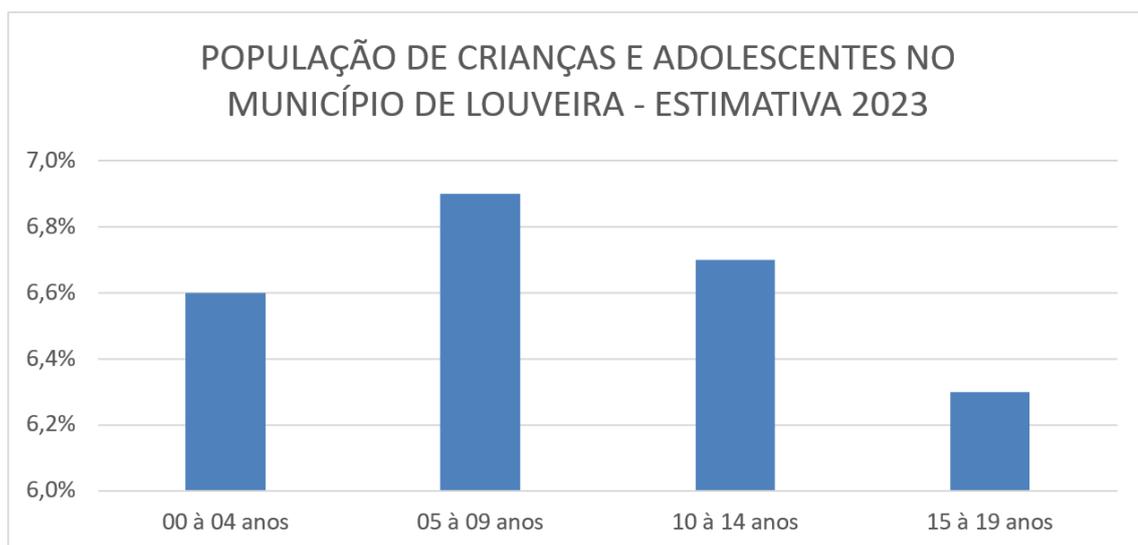
Com relação à população de crianças e adolescentes no município, a estimativa do SEADE é que em 2023 cerca de 26,5% das pessoas estejam na faixa de 0 à 19 anos.

(Gráfico 6). Pirâmide populacional do Município de Louveira estimada para 2023 – população por idade e sexo



Fonte: Fundação Seade. Elaboração: Louveira

(Gráfico 7). População de crianças e adolescentes no Município de Louveira estimada para 2023

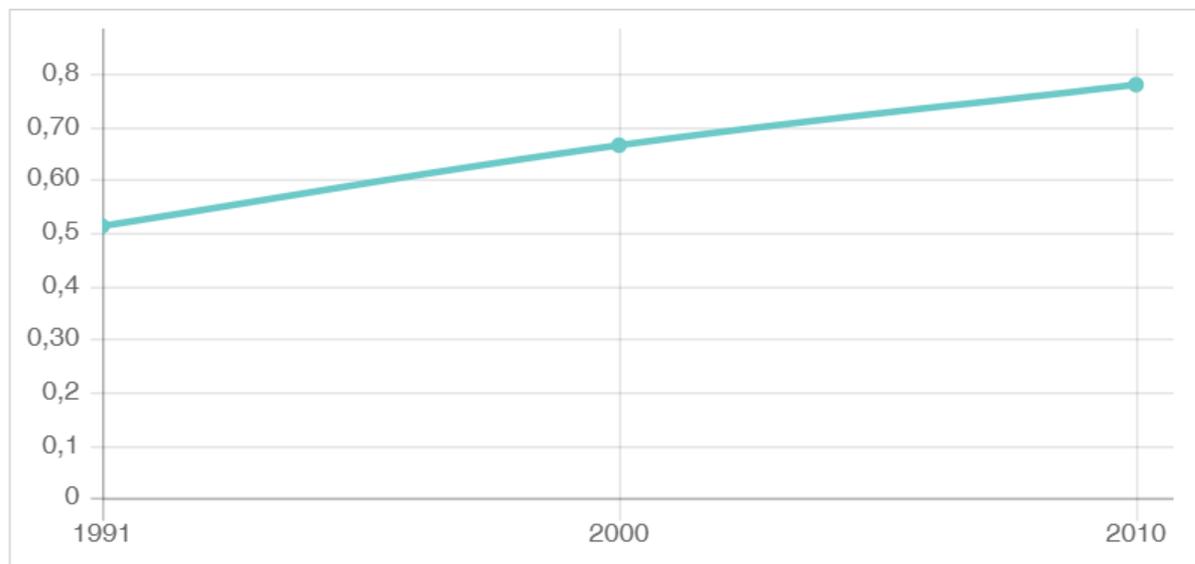


Fonte: Fundação Seade. Elaboração: Louveira

2.4. Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida constituída pela média geométrica de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e longevidade. O IDHM de Louveira em 2010 se classificou no quartil de faixa de Desenvolvimento Humano muito alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM de Louveira foi a Longevidade, com índice de 0,861, seguida de Renda, com índice de 0,783, e a Educação com índice de 0,697. Cabe observar que em todos os anos em que o IDHM foi apurado - anos de 1991, 2000 e 2010 - o IDHM de Louveira obteve avanços no desempenho nas três dimensões analisadas e o resultado sempre esteve acima do IDH Brasil.

(Gráfico 8). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.



Fonte: IBGE (2010)

(Tabela 3).Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, município de Louveira.

IDH	1991	2000	2010
IDH Brasil	0,493	0,612	0,727
IDH Louveira	0,513	0,665	0,777
IDH Educação	0,261	0,505	0,697
Frequência escolar Louveira	0,307	0,611	0,75
Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade	9,07	9,78	9,61
% de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo	18,87	34,48	60,25
% de 18 anos ou mais de idade com ensino médio completo	9,08	17,62	41,14
% de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo	2,27	2,7	11,15
Taxa de analfabetismo – 25 anos ou mais de idade	17,42	10,65	5,45
IDHM Renda	0,672	0,712	0,783
Renda per capita	R\$ 523	R\$ 674	R\$ 1.047
IDHM Longevidade	0,769	0,819	0,861
Esperança de vida ao nascer	71,16	74,13	76,65

Fonte: PNUD, IPEA e FJP. Elaboração: Demacamp

Entre 2000 e 2010 o IDH Louveira passou de 0,665 para 0,777, uma taxa de crescimento de 17%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM e o limite máximo do índice que é 1, foi reduzido em 65,5% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação, crescimento de 0,192, seguida por Longevidade e pela Renda. Entre 1991 e 2000 Louveira já havia conquistado avanços importantes no IDHM, que passou de 0,513 em 1991 para 0,665 em 2000, uma taxa de crescimento de 30%. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a Educação, crescimento de 0,244. Porém, nesse período a Renda teve um desempenho melhor que a Longevidade em valores absolutos – de 0,071 e 0,042, respectivamente. O IDH de Louveira, entre 1991 e 2010, passou de 0,513

para 0,777, uma melhora de 51%, enquanto o IDH da federação cresceu 47% - de 0,493 para 0,727.

2.5. Dinâmica socioeconômica

Em 2019 o PIB de Louveira foi R\$ 19,403 bilhões, representando 0,68% do PIB do Estado São Paulo. Em termos reais, a cidade contabilizou um crescimento de 14 pontos percentuais comparativamente ao ano de 2017. No mesmo período o país e o Estado de São Paulo cresceram, respectivamente, 5%, e 4%, apenas. Ou seja, numa comparação com crescimento paulista, a cidade de Louveira cresceu 3,5 vezes mais.

A análise do produto interno bruto municipal, a partir da desagregação do valor adicionado de cada setor mostra que: a agropecuária produziu 0,21%; a indústria contribuiu com 26%; os serviços foram responsáveis por mais da metade do valor adicionado gerado em Louveira, ou seja, 52%; e a administração pública contribuiu com 2%. A arrecadação de impostos e os subsídios representaram 20% do total. A tabela abaixo mostra a variação nominal e real do valor adicionado por atividades econômicas, entre 2017 e 2019.

(Tabela 4). Valor Adicionado (em R\$mil) por Atividade Econômica – anos 2017 e 2019.

Valor adicionado por Atividade Econômica - Louveira	2017	2019	Variação Nominal	Variação Real
Agropecuária	25.611	33.350	30%	22%
Indústria	3.633.211	4.156.227	14%	7%
Serviços – Exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade	6.771.879	8.428.1277	24%	17%
Administração (defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)	291.734	310.177	6%	-0,4%
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	2.507.194	3.136.341	25%	17%
PID Municipal de Louveira	13.229.630	16.064.221	21%	14%

Fonte: IBGE. Elaboração: Demacamp

No setor agropecuário, o cultivo da uva é a principal plantação, representando 74,3% do total; o figo participou com 10,3%; o caqui com 7,5%; ovos de galinha com 2,5%; goiaba com 1,5%; e demais cultivos participaram com 3,95% da produção agrícola. A produção de rebanho foi representada em 97,6% pelos galináceos; a codorna, 1,5%; bovino 0,4%; suíno 0,4%; e 0,1% por equino.

Recentemente, no dia 18 de abril de 2022, a Prefeitura de Louveira firmou parceria com o Instituto Agronômico (IAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, na área de viticultura e agroambiental. O acordo de cooperação tem o objetivo de diversificar a produção local de uvas e contribuir para a elaboração de vinhos. Com a parceria, o município de Louveira passa a contar com as tecnologias e serviços do IAC para o diagnóstico de recursos hídricos. Esse acordo deverá ampliar a produtividade e participação do setor agropecuário no valor adicionado já em 2023, além de contribuir para gerar emprego no município.

Em relação à indústria, a cidade possui um parque diversificado, com destaque para a produção dos farmoquímicos e farmacêuticos que representaram 62,3% do total; celulose e produtos de papel participaram com 25,1%; produtos químicos com 3,6%; borracha e material plástico 3%; produtos alimentícios 1,7%; e produtos de metal 1,5%; e demais indústrias tiveram participação 2,8% do total da produção.

O setor de serviços representa mais de 52 pontos percentuais do valor adicionado e poderá ganhar importância, ao longo dos próximos cinco anos, como resultado do decreto assinado pelo Governo do Estado de São Paulo que criou o Distrito Turístico Serra Azul, formado pelos municípios de Louveira, Itupeva, Vinhedo e Jundiaí, que devem receber R\$ 1,8 bilhão em investimentos privados, gerando 7.440 novas vagas de emprego. O distrito criado abrange uma área de 41 quilômetros quadrados, e engloba trechos dos quatro municípios em torno de onde estão hoje o HopiHari, o Wet'n Wild, Outlet Premium e o Complexo Serra Azul, às margens da Rodovia dos Bandeirantes. Cabe observar que o distrito contará com um conselho gestor que terá representantes do Estado, das administrações municipais e da sociedade civil. Segundo o plano de implementação do distrito de Serra Azul, o incremento do turismo na região poderá aumentar o fluxo de visitas em até 7 milhões de pessoas no período de cinco anos.

2.6. Saneamento Básico e Urbanização

No município de Louveira o abastecimento de água e tratamento de esgoto é responsabilidade da Secretaria de Água e Esgoto (ETA – Estação de Tratamento de Água e ETE – Estação de Tratamento de Esgoto).

O município apresenta 94.2% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 63.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização, urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE-2010).

(Tabela 5). Percentual da população com abastecimento de água, segundo ano.

LOCAIS	1991*	2000*	2010*	2019*
Louveira	61,8%	77,3%	85,0%	99,45%
Jundiaí	78,8%	84,9%	88,6%	99,70%
São Paulo	88,6%	92,2%	94,9%	100%
Sudeste	80,0%	85,5%	80,0%	98,50%
Brasil	62,0%	70,3%	81,5%	92,85%

Fonte: * Projeto de Avaliação do Desempenho do Sistema Saúde - PROADESS - ** Sistema Nacional de Saneamento - SINS

(Tabela 6). Percentual da população atendida com rede de esgoto nos anos de 2018, 2019 e 2020)

	2018	2019	2020
Louveira	84,09%	84,96%	86,60%

Fonte: Secretaria de Água e Esgoto – SAE Louveira

(Tabela 7). Percentual da população com disposição de esgoto adequado, segundo ano.

LOCAIS	1991*	2000*	2010*	2019*
Louveira	61,8%	77,3%	85,0%	99,45%
Jundiaí	78,8%	84,9%	88,6%	99,70%
São Paulo	88,6%	92,2%	94,9%	100%
Sudeste	80,0%	85,5%	80,0%	98,50%
Brasil	62,0%	70,3%	81,5%	92,85%

Fonte: *PROADESS - ** SINS

2.7. Desigualdade e vulnerabilidade

O Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, indicou uma leve piora na diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos que residem no município de Louveira entre 2000 e 2010. Numericamente o índice varia de zero a um, e, quanto mais próximo do valor zero, melhor a situação de igualdade entre a renda. O censo de 2000 apontou um Gini de 0,47, em 2010, registrou 0,5, um leve aumento que sinaliza

uma piora na desigualdade da renda entre os municípios. Se considerarmos os sete municípios que compõem a RMJ, Louveira registrou o pior resultado quando comparamos o índice de 2010 com 2000.

(Tabela 8). Índice de desigualdade dos 7 municípios da Região Metropolitana de Jundiaí (1991/2010)

ÍNDICE DE GINI	1991	2000	2010	2010/2000
Cabreúva	0,5318	0,478	0,4225	0,0555
Campo Limpo Paulista	0,4565	0,5273	0,4352	0,0921
Itupeva	0,5144	0,5369	0,4488	0,0881
Jarinu	0,5589	0,5714	0,4659	0,1055
Jundiaí	0,491	0,5434	0,5435	-0,00010
Louveira	0,4603	0,4802	0,519	-0,0388
Várzea Paulista	0,3798	0,4395	0,4325	0,007
Média de 645 Municípios Paulistas	0,5598	0,5925	0,5768	0,0157

Fonte: PNUD; IPEA e FJP. Elaboração Demacamp

A população vulnerável à pobreza, de 15 a 24 anos de idade, foi reduzida em 56% na primeira década deste século, segundo dados do IBGE. O censo demográfico de 2010 registrou 415 habitantes vulneráveis à pobreza no município. A queda expressiva da vulnerabilidade social de crianças e jovens pode ser explicada, ao menos em parte, pelo aumento do percentual de crianças matriculadas na escola – o percentual de crianças de 6 a 14 anos de idade e que não frequentavam a escola foi reduzido de 15,46% para apenas 2,69%, um avanço importante para o município.

(Tabela 9).Evolução dos fatores considerados de vulnerabilidade social, município de Louveira.

MUNICÍPIO DE LOUVEIRA	1991	2010
% de adolescentes de 10 a 17 anos com filhos	2,96	3,18
% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos.	5,76	7,26
% de crianças que vivem em domicílios onde nenhum dos moradores possui ensino fundamental completo	nd	20,15
% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	nd	44
% de crianças de 06 a 14 anos que não frequentam a escola	15,46	2,69
% de pessoas em domicílios em que nenhum morador possui ensino fundamental completo	37,01	18,26
% de 15 a 24 anos de idade que não estuda, não trabalham e vivem em domicílios vulneráveis à pobreza	nd	1,17
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	nd	22,34
% de pessoas em domicílio vulnerável à pobreza e com nenhum morador com ensino fundamental completo	15,18	3,32
% de pessoas vivendo em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,22	0,88
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham, são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária	nd	20,99
% de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família e com filho menor de idade	nd	31,57
% de analfabetos com 15 anos ou mais de idade no Cadastro Único 2017	nd	6,92
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	2,6	1,12

Fonte: PNUD, IPEA e FJP. Elaboração: Louveira

O percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém possuía o ensino fundamental completo sofreu redução importante de 1991 para 2010 – de 15,18% para 3,32% – e o percentual de crianças com até 14 anos de idade consideradas extremamente pobres também foi reduzido em 57%, passando de 2,6% para 1,12%. Por outro lado, do ano de 1991 para o ano de 2010 houve um aumento de mães sem ensino fundamental completo, chefe de família e com filhos menores de 15 anos, passando de 5,75% para 7,26%, criando maiores dificuldades para a obtenção de emprego; e 44% das crianças entre 0 e 5 anos de idade não frequentavam a escola em 2010.

Ao mesmo tempo, o número de registrados no Cadastro Único (Cad Único) do governo federal para receber recursos do programa Bolsa Família aumentou, de 2014 para 2017, de 668 para 1000 pessoas, um crescimento de 49,97%. Do total de pessoas inscritas no CAD único, 62,14% receberam os recursos do Bolsa Família e 57,71% eram

consideradas pobres após o recebimento dos recursos do programa. Vale destacar que 81,13% dos que receberam os recursos do programa permaneceram em condições de vulnerabilidade à pobreza após o recebimento, e desse total, 32,81% foram considerados extremamente pobres. Observa-se que esse quadro pode ter sido agravado com os efeitos da crise sanitária e o aumento do desemprego, o que será aferido no censo demográfico em execução. É importante destacar que a taxa de atividade da população economicamente ativa de 18 anos ou mais empregada com carteira assinada em 2010 era de 68,54%. Ao mesmo tempo, 20,99 pontos percentual da população entre 15 a 24 anos de idade não estudavam e não trabalhavam, classificada como população vulnerável.

(Tabela 10). Porcentual de pessoas ocupadas com carteira e sem carteira, por conta própria e vulneráveis entre 15 e 24 anos de idade. Louveira, ano 2010.

MUNICÍPIO DE LOUVEIRA		2010
% de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados com carteira		68,54
% de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados sem carteira		11,35
% de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são trabalhadores por conta própria		13,75
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária		20,99

Fonte: Cadastro Único

(Tabela 11). População abaixo do nível da pobreza

ANOS				
2018	2019	2020	2021	2022
4.722 pessoas	4.715 pessoas	7.141 pessoas	7.938 pessoas	7.996 pessoas
1.617 famílias	1.634 famílias	2.606 famílias	2.944 famílias	3.086 famílias

Fonte Cad. Único: nov. /2018

(Tabela 12).População beneficiária do Bolsa Família

ANOS				
2018	2019	2020	2021	2022
3.811 pessoas	3.218 pessoas	3.381 pessoas	3.569 pessoas	6.150 pessoas
1.301 famílias	1.110 famílias	1.148 famílias	1.158 famílias	2.256 famílias

Fonte: Cadastro Único

(Tabela 13). População beneficiária do BPC

ANOS				
2018	2019	2020	2021	2022
431 pessoas	460 pessoas	449 pessoas	441 pessoas	410 pessoas

Fonte: Cadastro Único

Analisando os dados coletados pelo Cadastro Único de Louveira entre os anos de 2018 e 2022 a quantidade de famílias inscritas abaixo do nível da pobreza e pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família praticamente dobrou. Diante deste cenário, no ano de 2021 criou-se a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que visa garantir o direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e de modo permanente com base em práticas alimentares saudáveis. Trata-se de uma política transversal e intersetorial que se fundamenta no direito universal a alimentação.

Além dos programas de transferência de renda federais e nacionais, Louveira possui o Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), através da Lei nº 2.785, de 11 de junho de 2022.

3. Dados Educação:

3.1. Escolas Municipais:

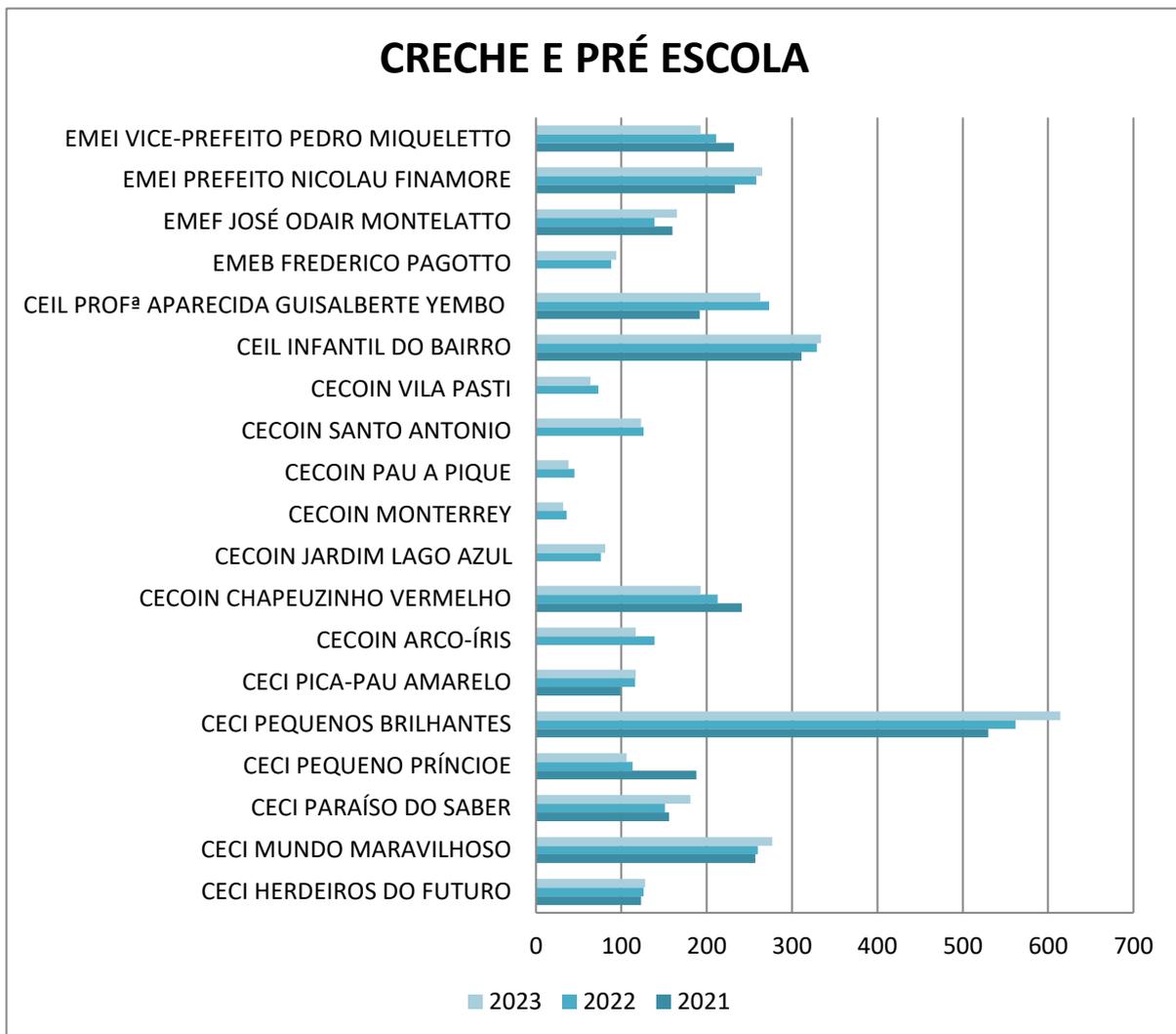
(Tabela 14). Quantidade de alunos na Pré Escola e Creche

ESCOLA	2021	2022	2023
CECI HERDEIROS DO FUTURO	123	126	128
CECI MUNDO MARAVILHOSO	257	260	277
CECI PARAÍSO DO SABER	156	151	181
CECI PEQUENO PRÍNCIOE	188	113	106
CECI PEQUENOS BRILHANTES	530	562	614
CECI PICA-PAU AMARELO	99	116	117
CECOIN ARCO-ÍRIS	113	139	117
CECOIN CHAPEUZINHO VERMELHO	241	213	193
CECOIN JARDIM LAGO AZUL	0	76	81
CECOIN MONTERREY	0	36	32
CECOIN PAU A PIQUE	0	45	38
CECOIN SANTO ANTONIO	0	126	123
CECOIN VILA PASTI	0	73	64
CEIL INFANTIL DO BAIRRO	311	329	334
CEIL PROFª APARECIDA GUISSALBERTE YEMBO	192	273	263
EMEB FREDERICO PAGOTTO	0	88	94
EMEF JOSÉ ODAIR MONTELATTO	160	139	165
EMEI PREFEITO NICOLAU FINAMORE	233	258	265
EMEI VICE-PREFEITO PEDRO MIQUELETTTO	232	211	193
TOTAL	2722	3208	3257

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

De acordo com a tabela acima entre 2021 e 2022 foram inauguradas 6 unidades escolares (pré escola e creche) no município de Louveira: CECOIN JARDIM LAGO AZUL, CECOIN MONTERREY, CECOIN PAU A PIQUE, CECOIN SANTO ANTÔNIO, CECOIN VILA PASTI, EMEB FREDERICO PAGOTTO. As aberturas dessas novas escolas equivalem a 876 novos alunos matriculados entre 2021 e 2022.

(Gráfico 9). Quantidade de alunos na Pré Escola e Creche



Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

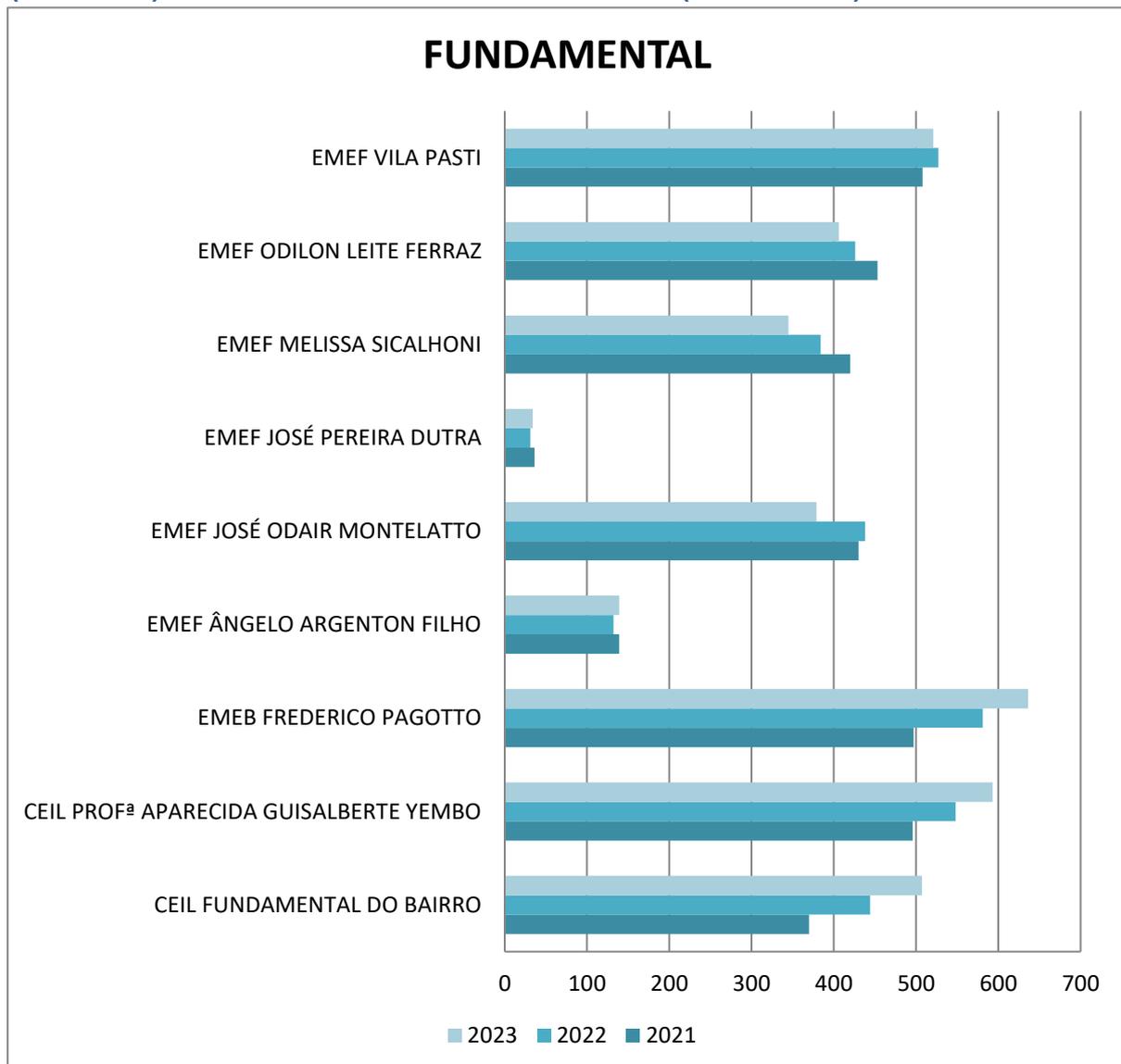
(Tabela15). Quantidade de alunos do Fundamental (anos iniciais)

ESCOLA	2021	2022	2023
CEIL FUNDAMENTAL DO BAIRRO	370	444	507
CEIL PROFª APARECIDA GUISALBERTE YEMBO	496	548	593
EMEB FREDERICO PAGOTTO	497	581	636
EMEF ÂNGELO ARGENTON FILHO	139	132	139
EMEF JOSÉ ODAIR MONTELATTO	430	438	379
EMEF JOSÉ PEREIRA DUTRA	36	31	34
EMEF MELISSA SICALHONI	420	384	345
EMEF ODILON LEITE FERRAZ	453	426	406
EMEF VILA PASTI	508	527	521
TOTAL	3349	3511	3560

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

De acordo com a Tabela 15, entre os anos de 2021 e 2023 houve um aumento de 211 alunos matriculados nas Escolas da Rede Pública de Ensino Fundamental (anos iniciais) de Louveira.

(Gráfico 10).Quantidade de alunos do Fundamental (anos iniciais)



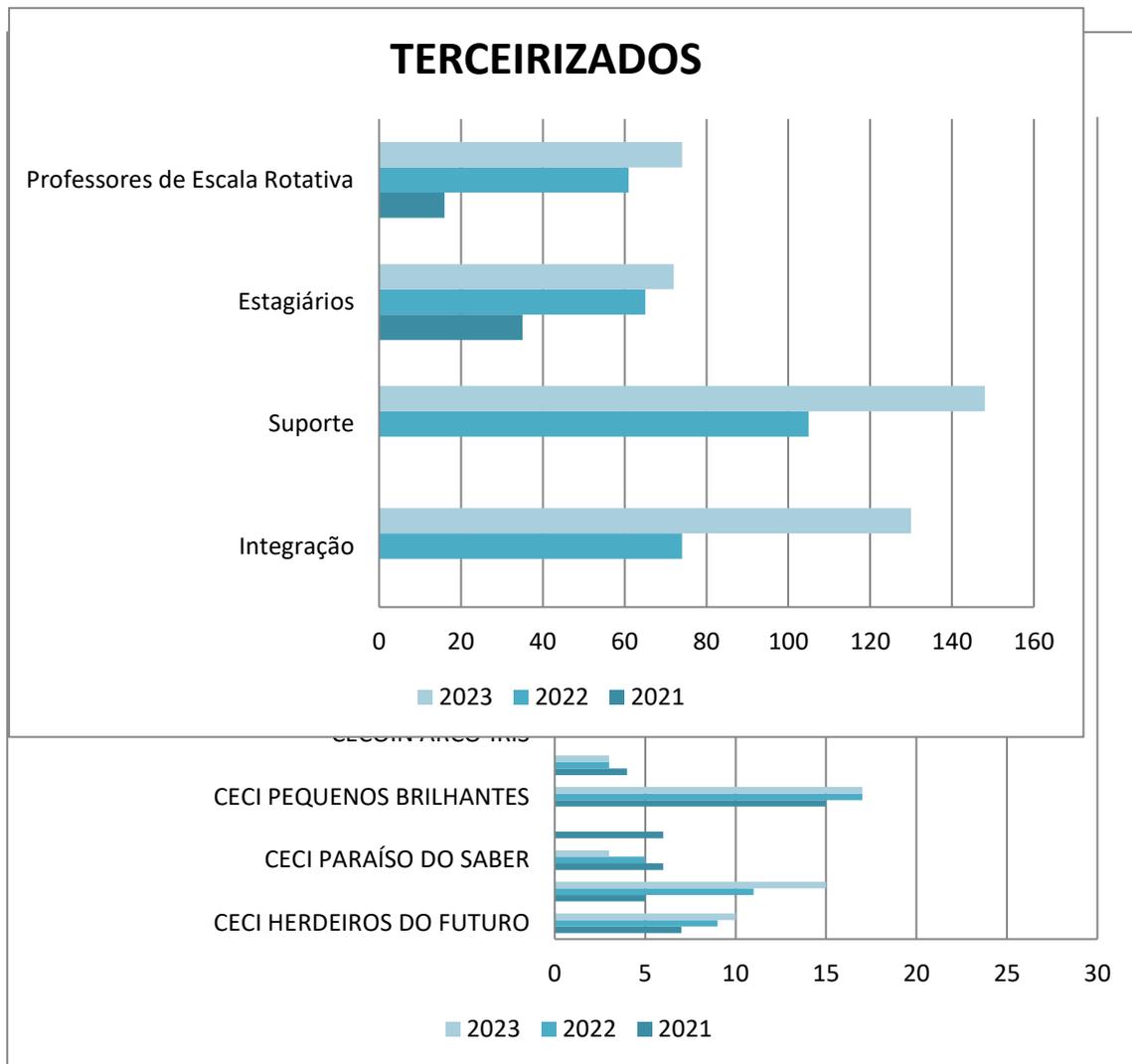
Fonte:Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

(Tabela 16).Quantidade de alunos atendidos pelo Atendimento Educacional especializado

ESCOLA	2021	2022	2023
CECI HERDEIROS DO FUTURO	7	9	10
CECI MUNDO MARAVILHOSO	5	11	15
CECI PARAÍSO DO SABER	6	5	3
CECI PEQUENO PRÍNCIPE	6	0	0
CECI PEQUENOS BRILHANTES	15	17	17
CECI PICA-PAU AMARELO	4	3	3
CECOIN ARCO-ÍRIS	0	0	0
CECOIN CHAPEUZINHO VERMELHO	8	5	6
CECOIN JARDIM LAGO AZUL	0	1	1
CECOIN MONTERREY	0	3	1
CECOIN PAU A PIQUE	0	1	0
CECOIN SANTO ANTONIO	0	2	0
CECOIN VILA PASTI	0	0	0
CEIL FUNDAMENTAL DO BAIRRO	5	7	6
CEIL INFANTIL DO BAIRRO	4	4	4
CEIL PROFª APARECIDA GUISALBERTE YEMBO - FUNDAMENTAL	18	18	17
CEIL PROFª APARECIDA GUISALBERTE YEMBO - INFANTIL	4	6	8
EMEB FREDERICO PAGOTTO	6	8	15
EMEF ÂNGELO ARGENTON FILHO	6	3	3
EMEF JOSÉ ODAIR MONTELATTO	18	20	20
EMEF JOSÉ PEREIRA DUTRA	0	1	1
EMEF MELISSA SICALHONI	10	15	15
EMEF ODILON LEITE FERRAZ	6	9	7
EMEF VILA PASTI	24	25	26
EMEI PREFEITO NICOLAU FINAMORE	7	10	9
EMEI VICE-PREFEITO PEDRO MIQUELETTO	10	8	8

Fonte:Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

(Gráfico 11).Quantidade de alunos atendidos pelo Atendimento Educacional



especializado
Fonte:Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

(Tabela 17).Quantidade de

funcionários terceirizados

Fonte:Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

TERCEIRIZADOS	2021	2022	2023
Integração	0	74	130
Suporte	0	105	148
Estagiários	35	65	72
Professores de Escala Rotativa	16	61	74

(Gráfico 12).Quantidade de funcionários terceirizados

Fonte:Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

(Tabela 18).Quantidade de professores efetivos

Fonte:Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

(Gráfico 13).Quantidade de professores efetivos

Fonte:Secretaria Municipal de Educação – SME Louveira

3.2. Escolas Estaduais

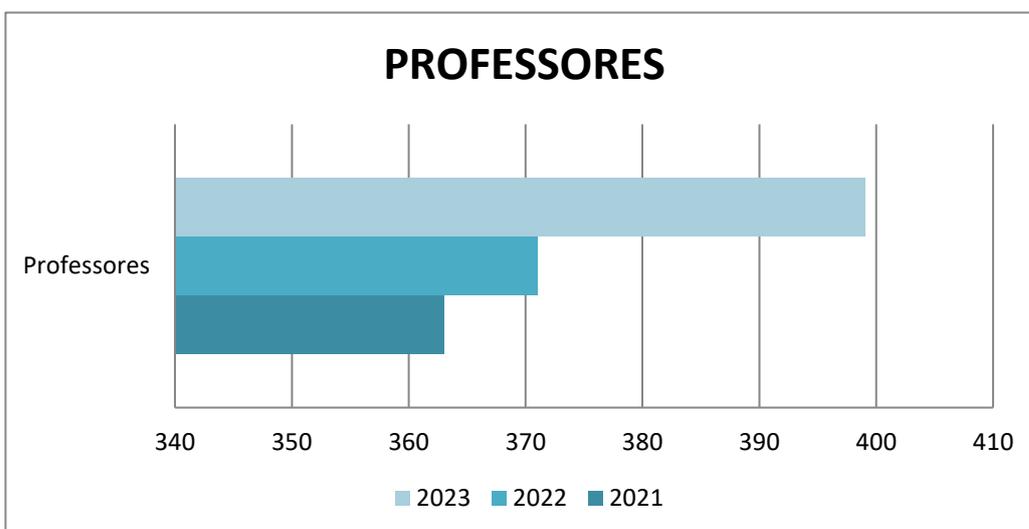
3.2.1. Índices Educacionais Nacionais e Estaduais:

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (**CIMA**), desenvolve ações para acompanhar os avanços da educação básica paulista. As informações colhidas são utilizadas para orientar novas políticas e garantir a constante melhoria na qualidade do ensino.

Além do sistema de avaliação estadual, o Saresp, e do principal indicador do ensino

	2021	2022	2023
Professores	363	371	399

paulista, o Idesp, os alunos das escolas estaduais paulistas também participam de avaliações federais, como o SAEB e a Prova Brasil e Prova Paulista, as quais os resultados



são utilizados na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador nacional de qualidade de ensino.

Prova Paulista: é uma avaliação Diagnóstica aplicada bimestralmente para os estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e de todo o Ensino Médio, de forma totalmente digital, por meio do aplicativo do Centro de Mídias de São Paulo.

(Tabela 19). Índice de participação e resultado Prova Paulista, escolas estaduais Louveira – 1º e 2º Bim 2023.

Fonte: Diretoria de Ensino de Jundiá

SARESP/IDESP: O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) é uma prova aplicada com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista. Os resultados permitem à escola analisar o seu desempenho e, com o apoio da Secretaria Estadual de Educação, melhorar a qualidade de aprendizagem dos seus alunos e da gestão escolar.

O Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Ideb) é um dos principais indicadores da qualidade do ensino na rede estadual paulista. O índice estabelece metas que as escolas devem alcançar ano a ano. As metas de cada unidade são traçadas levando em consideração o desempenho dos alunos no Saresp e o fluxo escolar de cada ciclo que a unidade oferecer.

PROVA PAULISTA – 1º BIMESTRE/2023						
UNIDADE ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	Participação	Língua Portuguesa	Matemática	Participação	Língua Portuguesa	Matemática
ALBERTO FERREIRA REZENDE	93,4%	51,1%	32%	82,2%	48,3%	51%
JOAQUIM ANTONIO LADEIRA	94%	56%	38%	76%	48%	31%
ODILON LEITE FERRAZ	77%	55%	35%	59%	42%	28%
PEDRO YOSHICHIKA IRIÉ	100%	67%	61%	-	-	-

PROVA PAULISTA – 2º BIMESTRE/2023						
UNIDADE ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	Participação	Língua Portuguesa	Matemática	Participação	Língua Portuguesa	Matemática
ALBERTO FERREIRA REZENDE	85,2%	61,8%	37,3%	82%	51,5%	59,7%
JOAQUIM ANTONIO LADEIRA	96,2%	53,9%	28,1%	89,2%	38,1%	37%
ODILON LEITE FERRAZ	94,6%	50,5%	26,7%	66%	32%	28,6%
PEDRO YOSHICHIKA IRIÉ	100%	64,6%	61,1%	-	-	-

(Tabela 20). Índice de resultado SARESP/IDESP, escolas estaduais Louveira/ Ensino Médio e Ensino Fundamental (anos finais) – 2019, 2020 e 2022.

Fonte: Diretoria de Ensino de Jundiá

IDEB: O Ideb é realizado pelo Inep, órgão do Ministério da Educação. O índice é calculado a cada dois anos, com base na taxa de aprovação e evasão, além do desempenho dos alunos. As taxas utilizadas são obtidas a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. Já para o desempenho utiliza-se a Prova Brasil, para escolas e municípios, e o Saeb, para os estados e Brasil.

(Tabela 21). Índice de resultado IDEB, escolas estaduais Louveira/Ensino Médio e Ensino Fundamental (anos finais) – 2017,2019 e 2021.

IDEB						
UNIDADE ESCOLAR	2017		2019		2021	
	EF	EM	EF	EM	EF	EM
ALBERTO FERREIRA REZENDE	5,6	3,9	5,8	5,1	5,8	ND
JOAQUIM ANTONIO LADEIRA	5,5	ND	5,8	5,1	5,9	4,8
ODILON LEITE FERRAZ	5,6	3,8	5,8	4,3	5,6	5,8
PEDRO YOSHICHIKA IRIÉ	5,7	---	6,4	---	6,0	---
JOAQUIM ANTONIO LADEIRA	4,42	3,53	3,51	2,68	3,48	2,43
ODILON LEITE FERRAZ	4,32	2,52	3,29	1,78	3,34	2,06
PEDRO YOSHICHIKA IRIÉ	5,90	---	3,49	---	4,81	---

Fonte: Diretoria de Ensino de Jundiá

(Tabela 22).Rendimento e Movimentação, por Unidade Escolar – ano 2020,2021 e 2022.

RENDIMENTO E MOVIMENTAÇÃO							
ANO	RESULTADO UNIESCOLAR		ALBERTO FERREIRA REZENDE	JOAQUIM ANTONIO LADEIRA	ODILON LEITE FERRAZ	PEDRO YOSHICHICA IRIÊ	TOTAL
	APROV	RET. FREQ.					
2020	APROV		936	1457	1461	130	3984
	RET. FREQ.		0	10	0	0	10
	RET. REND.		0	0	0	0	0
	AB		1	0	0	0	1
	NCOM		24	153	64	0	241
2021	APROV		962	1446	1542	132	4082
	RET. FREQ.		0	5	16	0	21
	RET. REND.		0	0	0	0	0
	AB		0	0	0	0	0
	NCOM		24	209	24	1	258
2022	APROV		1004	1263	1475	132	3874
	RET. FREQ.		4	17	37	0	58
	RET. REND.		0	73	4	0	77
	AB		3	0	5	0	8
	NCOM		19	62	90	0	171

Fonte: Diretoria de Ensino de Jundiá

(Tabela 23). Dados sobre Reunião de pais, por Unidade Escolar – ano 2022,2023.

Fonte: Diretoria de Ensino de Jundiá

DADOS SOBRE REUNIÃO DE PAIS – 6º ANOS								
EE	2022					2023		
	Nº de alunos matriculados 6º ano	% de pais/responsáveis que participaram da reunião de pais				Nº de alunos matriculados 6º ano	% de pais/responsáveis que participaram da reunião de pais	
		1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre		1º bimestre	2º bimestre
ALBERTO FERREIRA REZENDE	175 (1º bim) 182 (2º bim)	62	47	64	47	222 (1º bim) 228 (2º bim)	60	45
JOAQUIM ANTONIO LADEIRA	160	59	30	66	38	149	78	47
ODILON LEITE FERRAZ	35	100	97	97	100	37	92	90
PEDRO YOSHICHIKA IRIÉ	225	65	68	57	52	226	71	68

4.Dados Saúde

(Tabela 24).Série histórica - Número de óbitos maternos 2018-2022

Fonte: Sistema de Informação SIM - Vigilância Municipal de Louveira

Anos	2018	2019	2020	2021	2022
Nº de óbitos maternos	1	0	0	1	2

A mortalidade materna é um problema mundial e preocupante. Observa-se que na tabela24em relação aos óbitos maternoshouve ocorrência de 01 óbito materno nos anos 2018 e 2021 e um aumento no ano 2022, com 02 óbitos. A redução da mortalidade materna implica em desenvolver ações de participação nacional, atendimento humanizado, acesso às unidades básicas de saúde, às maternidades, disponibilizar exames e estimular as gestantes que realizem o máximo de consultas preconizado pelo SUS. Louveira se propõe a qualificar os serviços de saúde,criar e implementar programas estratégicos que qualificam o atendimento e propiciam maior acesso e estímulo ao autocuidado, como é o caso do Programa Mãe Louveirense recentemente implantado no município.

(Tabela 25). Série histórica- Número de óbitos em residentes menores de 05 anos de idade – 2018, 2022

Fonte: Sistema de Informação SIM - Vigilância Municipal de Louveira

ANOS	2018	2019	2020	2021	2022
Nº de óbitos infantis (< de 01 ano)	9	8	15	6	7
Nº de óbitos na faixa etária (01 a 04 anos)	2	3	0	2	3
Total de óbitos em menores de 05 anos	11	11	15	8	10

Em relação à mortalidade infantil conforme apresentada na Tabela 25, em 2020, foram registrados quinze óbitos em menores de 01 ano e uma acentuada queda nos anos posteriores. Na faixa etária de 01 a 04 anos se mantém com leve oscilação em relação aos números de óbitos, com exceção do ano 2020 onde não houveram óbitos.

(Tabela 26). Série histórica- Taxa de Mortalidade Infantil 2018 – 2022

ANOS	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa de mortalidade infantil (< de 01 ano)	11,36	9,90	19,20	8,11	9,84

Fonte: Sistema de Informação SIM - Vigilância Municipal de Louveira

(Tabela 27). Série Histórica - Taxa de Mortalidade na Infância 2018-2022

Fonte: Sistema de Informação SIM - Vigilância Municipal de Louveira

ANOS	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa de mortalidade infantil (< de 05 anos)	13,89	13,61	19,20	10,81	14,06

Os desafios para o enfrentamento dos condicionantes da mortalidade na infância exigem um grau de comprometimento e de desempenho cada vez maior por parte do gestor público, nas três esferas do poder, para alcançar maior qualidade e eficiência nos serviços de saúde na assistência gestacional, neonatal e pediátrica na rede do SUS. Programas estratégicos intersetoriais são de suma importância.

(Tabela 28). Série histórica - Número de nascidos vivos de mães adolescentes (até 19 anos) 2018–2022

FAIXA ETÁRIA	ANOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
10 a 14 anos	68	51	58	59	52
15 a 19 anos	70	55	59	60	55

Fonte: Sistema de Informação SIM - Vigilância Municipal de Louveira

Agravidez na adolescência é um grande desafio para a saúde pública no Brasil. Deve-se ter como alerta que a gravidez nessa faixa etária pode repercutir na saúde das mães e dos recém-nascidos. Observa-se na tabela 28 que o número de nascidos vivos de mães adolescentes em Louveira vem apresentando uma queda nos últimos anos em relação a 2018, mas ainda é preocupante e requer mais ações intersetoriais educativas para com essa população e suas famílias.

(Tabela 29). Série histórica - Proporção de Nascidos vivos de mães adolescentes 2018-2022

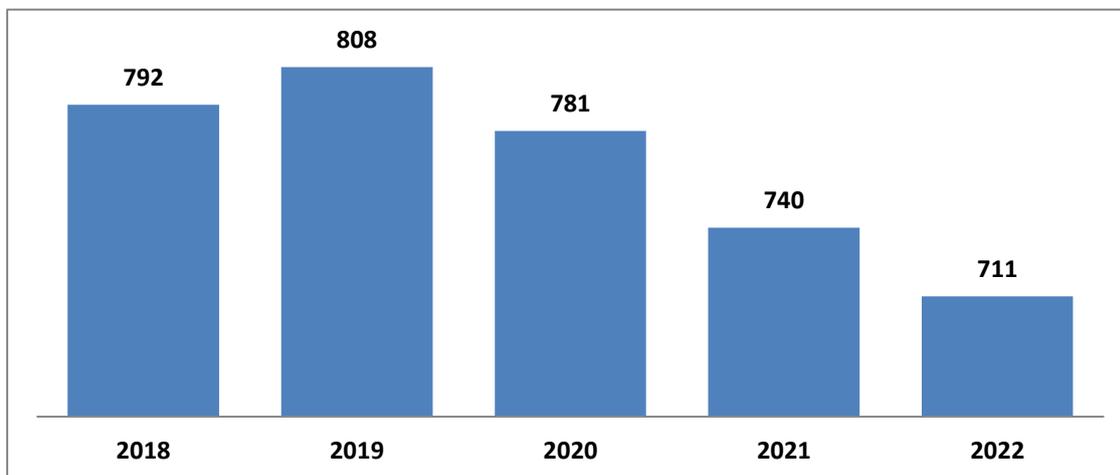
Mães de NV (até 19 anos)	ANOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
	8,84	6,81	7,55	8,11	7,73

Fonte: Sistema de Informação SIM - Vigilância Municipal de Louveira

O indicador de nascidos vivos de mães adolescentes representa a proporção percentual de crianças nascidas de mães menores de 19 anos em determinado limite

geográfico, faixa etária e ano sobre o total de nascidos no ano. Nota-se na tabela supra, que este indicador se mantém com leves oscilações nos períodos apresentados.

(Gráfico 14). Série histórica - Número de Nascidos Vivos segundo ano 2018 – 2022



Fonte: Sistema de Informação SIM - Vigilância Municipal de Louveira

De acordo com o gráfico 12, o número de nascidos vivos vem caindo no transcorrer dos anos 2018 - 2022. Quando comparado a 2018, houve decréscimo no ano de 2022 de 10,22%. Somente no ano de 2019 apresentou um leve aumento nos nascimentos.

(Tabela 30). Índice de Massa Corpórea na faixa etária de 0 a 5 anos - 2022

AVALIAÇÃO DE IMC							
Nº	Magreza acentuada	Magreza	Eutrofia	Risco de sobrepeso	Sobrepeso	Obesidade	Total
	23	50	1913	431	154	64	2635

Fonte: e- Gestor – SISVAN

Observa-se na tabela 30 que das 2.635 crianças menores de 05 anos avaliadas em Louveira, 1935 (72,59%) apresentam estado nutricional adequado, e 218 (8,27%) do total de crianças avaliadas estão com sobrepeso ou obesas. Quanto ao total de crianças que apresentam magreza ou magreza acentuada foram 73 (2,77%). O Brasil vem passando por uma transição nutricional, evidenciada pelo aumento da prevalência de obesidade e sobrepeso em crianças e, em paralelo, pela redução da desnutrição infantil, o que se observa também no município de Louveira. As carências nutricionais se relacionam a fatores

socioeconômicos; por outro lado, o sobrepeso e a obesidade refletem maior disponibilidade de alimentos processados industrialmente, com elevado teor de gorduras e açúcares, acarretando inadequado aumento de peso das crianças. Faz-se necessário a implementação de ações intersetoriais educativas e de cuidado a essa população.

5.Dados Proteção

O Município possui uma Rede Socioassistencial organizada em Proteção Social Básica e Especial. A primeira destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros, esta hierarquizada entre média e alta complexidade.

O CRAS é responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social do município. Dada a sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias rede de proteção social de Assistência Social. Trata-se de uma unidade de acesso aos direitos socioassistenciais.

Na Proteção Básica, o município possui 02 CRAS – Centros de Referência de Assistência divididos territorialmente conforme dados que segue, e na proteção Social Especial possui 01 CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social.

(Tabela 31).Divisão de Microterritórios no Município de Louveira – CRAS Bairro

CRAS BAIRRO SANTO ANTONIO					
MICROTERRITÓRIO I	MICROTERRITÓRIO II	MICROTERRITÓRIO III	MICROTERRITÓRIO IV	MICROTERRITÓRIO V	MICROTERRITÓRIO VI
ALTOS DA COLINA	CIDADE JARDIM	COLINA DA BELA VISTA	COLINAS DE SÃO JOSÉ	JARDIM AMAZONAS	SANTA TEREZINHA
IRMÃOS CHIQUETTO	JARDIM ANA LUCIA	CAPIVARI	JADIM ANA MARIA	JARDIM VISTA ALEGRE	HUGO PICCHI
JARDIM BELO HORIZONTE	JARDIM ESMERALDA	FAIXA AZUL	JARDIM JULIANA	MIRANTE SANTO ANTONIO	SÍTIO PRIMAVERA
JARDIM DIAMANTE	JARDIM LAGO AZUL	IPIRANGA	PARQUE BRASIL	RESIDENCIAL CAVALLI	VILA DA CONQUISTA
JARDIM SÃO FRANCISCO	JARDIM PRIMAVERA	MARTELÃO	PINHO REI	TERRA DA UVA	PAU A PIQUE
NELO CHICALHONE	JARDIM SERRA AZUL		RESIDENCIAL BURCK		REGIÃO RURAL
	LOT. JARDIM EMÍLIA				
	SANTO ANTONIO				
	TITO LIVIO MEIRELES				

Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira/Planejamento 2023

(Tabela 32).Divisão de Microterritórios no Município de Louveira – CRAS Centro

CRAS CENTRO						
MICROTERRITÓRIO I	MICROTERRITÓRIO II	MICROTERRITÓRIO III	MICROTERRITÓRIO IV	MICROTERRITÓRIO V	MICROTERRITÓRIO VI	MICROTERRITÓRIO VII
JARDIM BANDEIRANTES	CAPIVARI	JARDIM 21 DE MARÇO	BARREIRO CESTAROLLI LUIZ GONZAGA	ABADIA	ESTIVA	ARATABA
PARQUE DOS ESTADOS	CENTRO	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	PONTE PRETA	CHÁCARA POLOZZI	JARDIM VERA CRUZ	ENGENHO SECO
PARQUE DOS SABIÁS (GUEMBÉ)	FAIXA AZUL	VILA PASTI	RAINHA	JARDIM NOVA AMÉRICA	LEITÃO	MONTERREY
TERRA NOBRE	IPIRANGA		SANTA ISABEL	VILA CALDANA	POPULAR III	TAPERA GRANDE
	JARDIM NIERO		VILLAGE CAPRICCIO		VASSOURAL	
	PARQUE DA VIDEIRAS					
	QUINTA DAS VIDEIRAS					
	VILA BOSSI					
	VILA FORMOSA					
	VILA NOVA LOUVEIRA					
	VILA OMIZOLLO					

Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira/Planejamento 2023

Público Prioritário CRAS

Quem são os usuários do PAIF

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial:

1. Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
2. Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
3. Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
4. Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

Para subsidiar as propostas das unidades, abaixo segue descritivo das famílias cadastradas no CadÚnico municipal das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais no ano de 2022, que está categorizado acima como item 1:

(Tabela 33). Famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda e Benefícios – CRAS Bairro

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS							
CRAS SANTO ANTONIO							
DESCRIÇÃO	MT1	MT2	MT3	MT4	MT5	MT6	TOTAL
PROGRAMA PRATO CHEIO	167	275	67	121	139	53	822
PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	318	462	112	250	235	123	1500
AÇÃO JOVEM	3	0	1	1	2	1	8
RENDA CIDADÃ	7	7	0	6	1	4	25
BPC	38	63	10	37	35	9	192
VIVALEITE	13	8	0	5	6	1	33
TOTAL	546	815	190	420	418	191	

Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira/Planejamento 2023

(Tabela 34). Famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda e Benefícios – CRAS Centro

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS								
CRAS CENTRO								
DESCRIÇÃO	MT1	MT2	MT3	MT4	MT5	MT6	MT7	TOTAL
PROGRAMA PRATO CHEIO	62	48	52	25	59	127	96	465
PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	114	108	105	62	75	240	156	860
AÇÃO JOVEM	0	0	0	0	0	2	1	3
RENDA CIDADÃ	3	0	2	0	0	4	1	10
BPC	21	16	17	10	10	23	13	110
VIVALEITE	4	2	5	3	2	4	1	21
TOTAL	204	174	181	100	146	400	268	

Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira/Planejamento 2023

A Secretaria de Assistência Social é responsável pela política pública de assistência social, que oferta proteção social a quem dela necessitar.

(Tabelas 35). Famílias referenciadas nos serviços da Assistência Social

	ANOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
CRAS Centro	286	275	190	33	21
CRAS BAIRRO	355	203	27	58	96
CÁRITAS	120	120	120	120	120
CCJ	0	54	39	0	0
CREAS	46	128	155	155	124
ABORDAGEM SOCIAL	69	186	233	339	252
CASA ABRIGO CRIAN/ADOL.	15	15	15	15	15
CASA ABRIGO ADULTO	89	209	259	176	161
CASA DE PASSAGEM	0	193	197	375	359
APAE	0	0	0	40	40
CCI	500	0	0	494	361
O BOM SAMARITANO	120	120	120	200	200
TOTAL	980	1383	1235	1271	1148

Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

Primeira Infância

A Assistência Social também trabalha nas frentes relacionadas à primeira infância, como o Programa Municipal da Primeira Infância, o Programa Prefeito Amigo da Criança, o Programa Mãe Louveirense e o BPC na escola.

Sendo a primeira infância uma fase de extrema importância para o desenvolvimento das crianças que vai desde a gestação até os seis anos. A família tem um papel fundamental no seu das crianças, mas essa função não se limita somente a eles, toda a rede de proteção social deve estar atenda as demandas específicas desta fase de vida. Ademais, compete a Assistência Social trabalhar os vínculos familiares e comunitários apoiando a família na sua capacidade protetiva.

Basicamente os três programas propõe ações integradas para gestantes e crianças de 0 a 6 anos por meio de programas e projetos de atenção, prevenção, proteção e promoção do desenvolvimento infantil.

(Tabelas 36) Quantitativo de Crianças referenciadas nos serviços da Assistência Social

Faixa Etária	CRAS SANTO ANTONIO						Total
	MT1	MT2	MT3	MT4	MT5	MT6	
Entre 0 e 4 anos	165	279	56	162	130	73	865
Entre 5 e 6 anos	120	158	33	96	91	33	531

Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira/Planejamento 2023

(Tabelas 37) Quantitativo de Crianças referenciadas nos serviços da Assistência Social

Faixa Etária	CRAS CENTRO							Total
	MT1	MT2	MT3	MT4	MT5	MT6	MT7	
Entre 0 e 4 anos	61	35	58	26	43	102	71	396
Entre 5 e 6 anos	32	23	35	12	14	53	49	218

Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira/Planejamento 2023

Medidas Socioeducativas

Medidas Socioeducativas são um conjunto de diretrizes e orientações das políticas de Assistência Social, Saúde e Educação, que visam promover a proteção social, promoção e integração dos adolescentes à sociedade.

As circunstâncias pelas quais um adolescente comete um ato infracional podem estar associadas a diversos fatores. Geralmente, os atos infracionais são cometidos por adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

O contexto socioeconômico e cultural no qual estão inseridos pode influenciar diretamente no reconhecimento social dos adolescentes e na sua autoestima. Destes, a desigualdade social é aquela que possui maior impacto, devido aos desafios que muitas famílias enfrentam para garantir os seus direitos.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente os crimes praticados por adolescentes são chamados de atos infracionais. São exemplos de atos infracionais:

- Ameaça;
- Brigas na escola com lesões corporais leves;
- Crimes de trânsito;
- Estelionato;
- Desacato;
- Furto;
- Homicídios;
- Porte de armas;
- Roubo;
- Tráfico de drogas.

As medidas socioeducativas são aplicadas de acordo com a gravidade do ato de infração. No caso das medidas socioeducativas em meio aberto existem cinco tipos, que são consideradas as mais brandas do sistema socioeducativo:

1. Advertência
2. Obrigação de reparar o dano
3. Prestação de Serviços à Comunidade
4. Liberdade Assistida
5. Semiliberdade

Vale ressaltar que apenas a Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida estão sob a responsabilidade exclusiva dos municípios. Em Louveira, o CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social é a referência pelo desenvolvimento da Medida Socioeducativa em meio aberto junto aos adolescentes. Contudo a corresponsabilidade para o cumprimento efetivo da medida e de seu resultado é dever de todos. As medidas socioeducativas passaram por inúmeras alterações ao longo dos anos, até chegar ao atual conjunto de normas e diretrizes, executadas através de um trabalho intersetorial que envolve as áreas da assistência social, cultura, educação, saúde, entre outras.

Por isso, essas políticas, aliadas, são empenhadas em garantir não apenas o cumprimento das medidas socioeducativas, mas também proporcionar aos adolescentes infratores o resgate de sua cidadania e de uma vida digna.

(Tabela 38). Série histórica - Número de adolescentes cumprindo medida

	ANOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
Nº	29	15	18	19	18

socioeducativa (Liberdade Assistida/Prestação de serviço à Comunidade) em meio aberto

Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

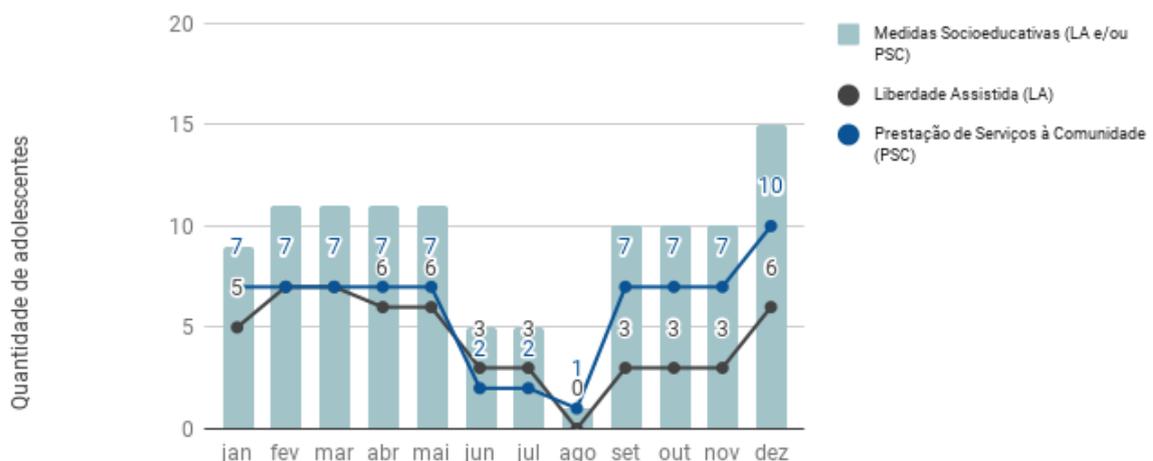
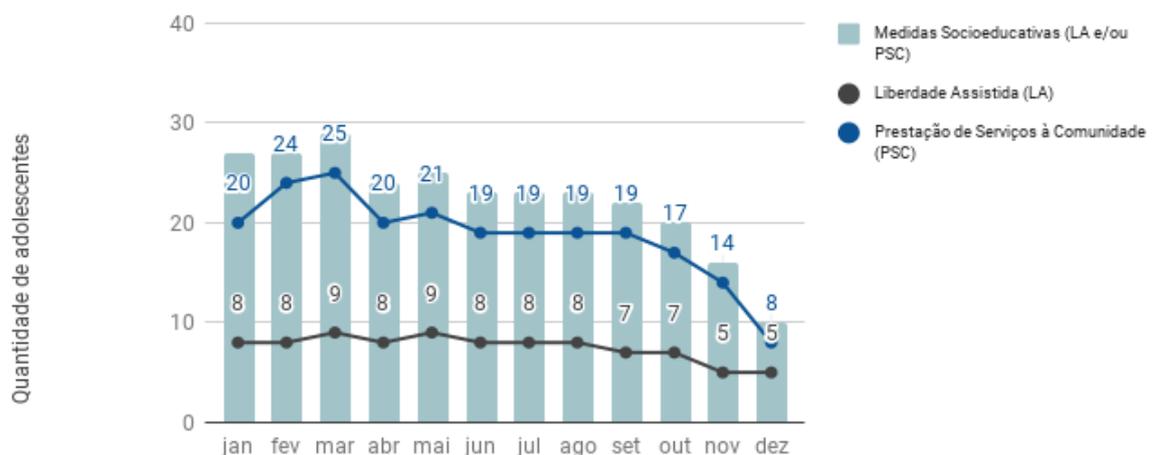
De acordo com os dados acima, observa-se estabilidade no número de medidas aplicadas no município de Louveira, pois a quantidade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa nos últimos 4 anos se mantém em 17,5.

(Gráfico 15). Distribuição de LA/PSC segundo mês no ano de 2018

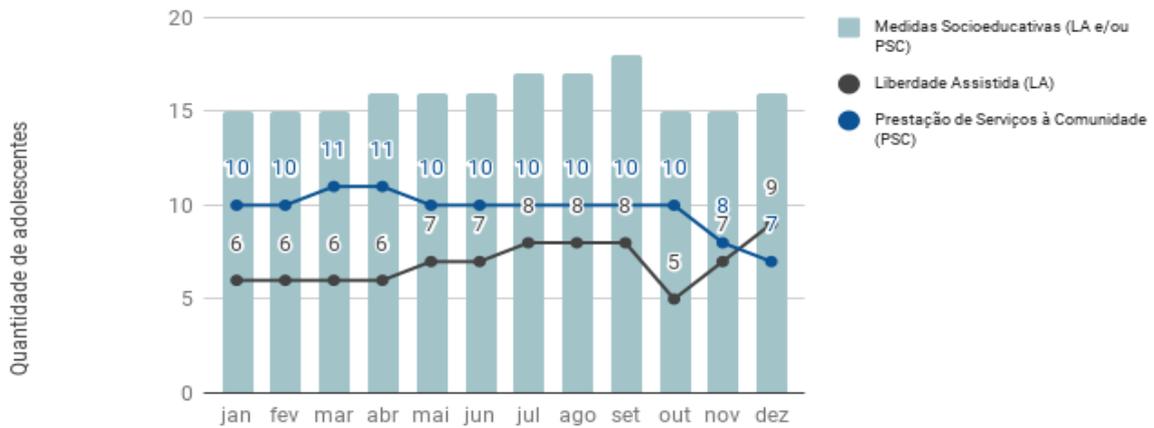
Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

(Gráfico 16). Distribuição de LA/PSC segundo mês no ano de 2019

Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

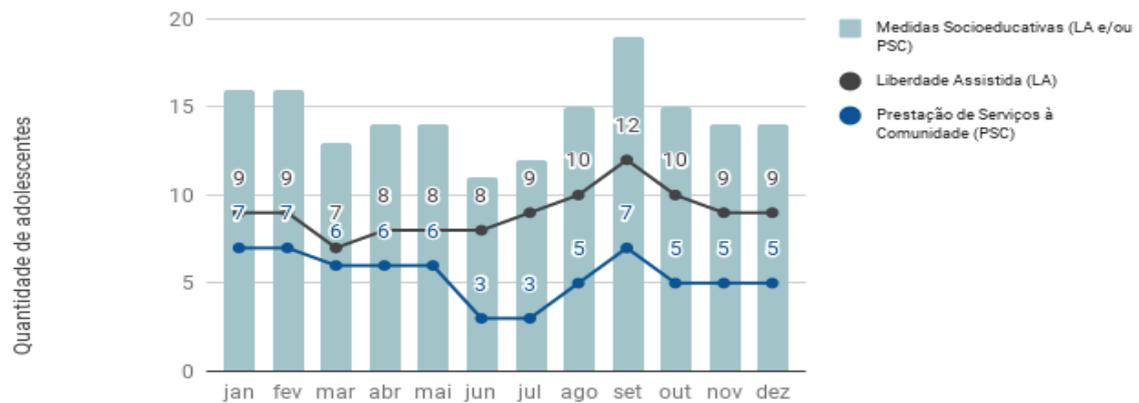


(Gráfico 17).Distribuição de LA/PSC segundo mês no ano de 2020



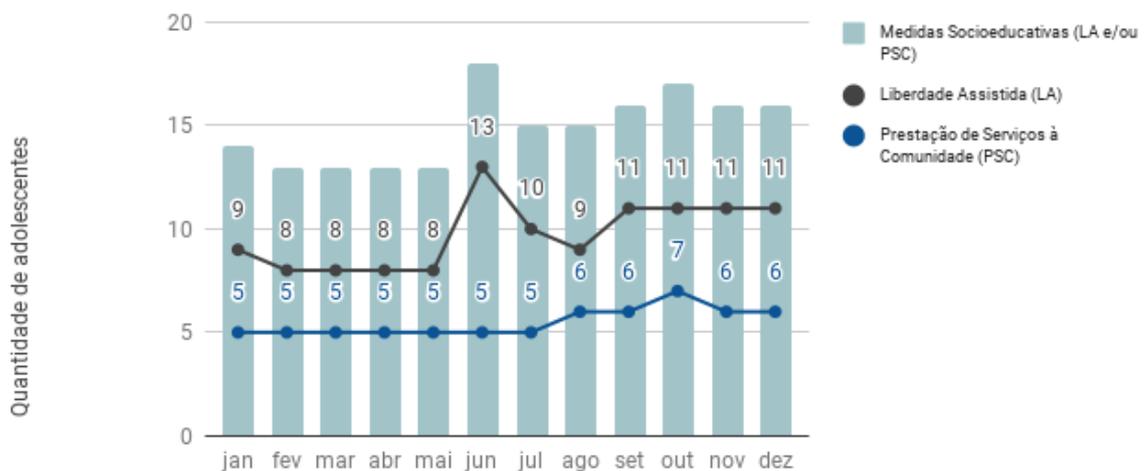
Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

(Gráfico 18).Distribuição de LA/PSC segundo mês no ano de 2021



Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

(Gráfico 19).Distribuição de LA/PSC segundo mês no ano de 2022



Fonte: Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

Violências e/ou violações de direitos contra Crianças e adolescentes:

Embora o município possua uma Rede de Proteção Social ampla, dados de Relatório Mensal de Atendimento – RMA dos CREAS, notificações do SINAN, Dados do Conselho Tutelar, evidenciam a ocorrência de violação de direitos das crianças e adolescentes, conforme dados demonstrados abaixo:

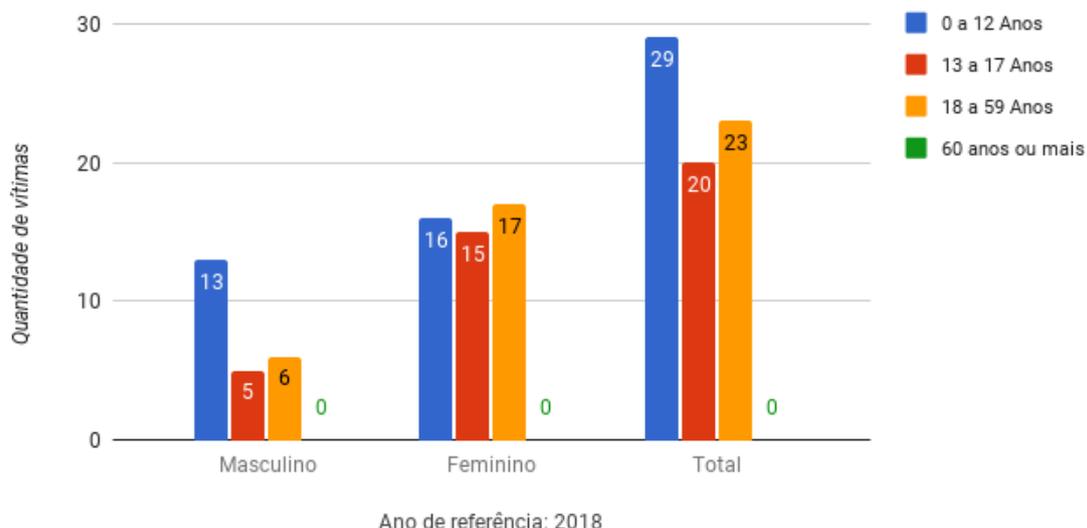
(Tabela 39). Série histórica -Número de Crianças e Adolescentes atendidos por Violência e/ou Violações de Direitos no PAEFI/CREAS (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos):

Quantidade e crianças e adolescentes por Violência e/ou Violações de Direitos/CREAS	ANOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
	49	112	176	131	100

Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

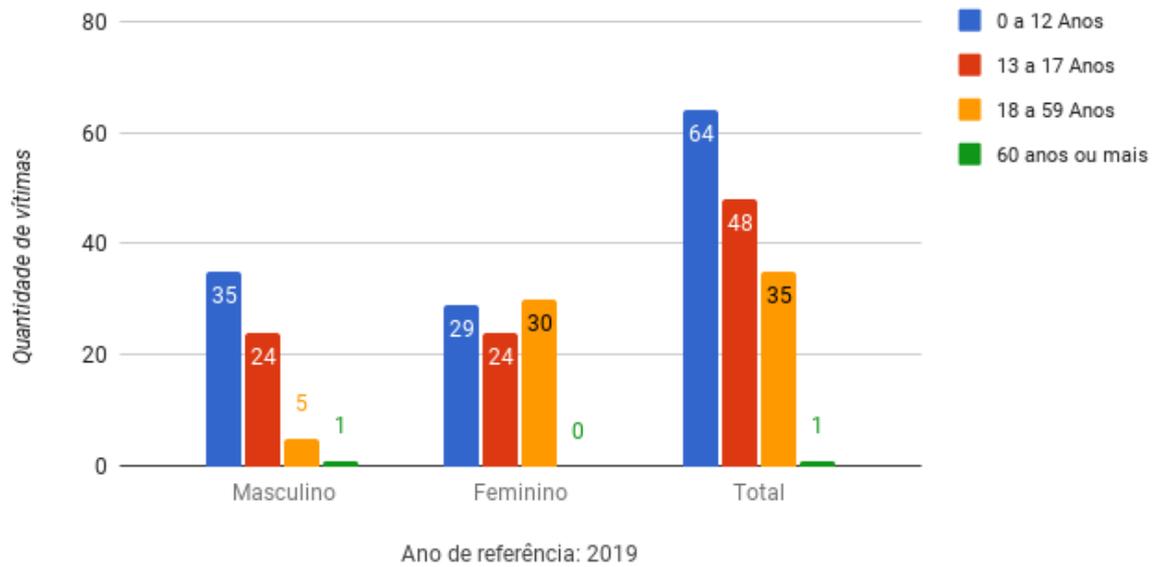
Observa-se na tabela 38 que 2020 apresentou o maior quantitativo (176)de atendimentos de crianças e adolescentes vítimas de violências e/ouviolações de direitos e no ano de 2018 houve um menor número de ocorrências (49). No transcorrer dos 05 anos foram atendidas um total de 558 crianças e adolescentes.

(Gráfico 20).Caracterização das Vítimas – ano 2018.



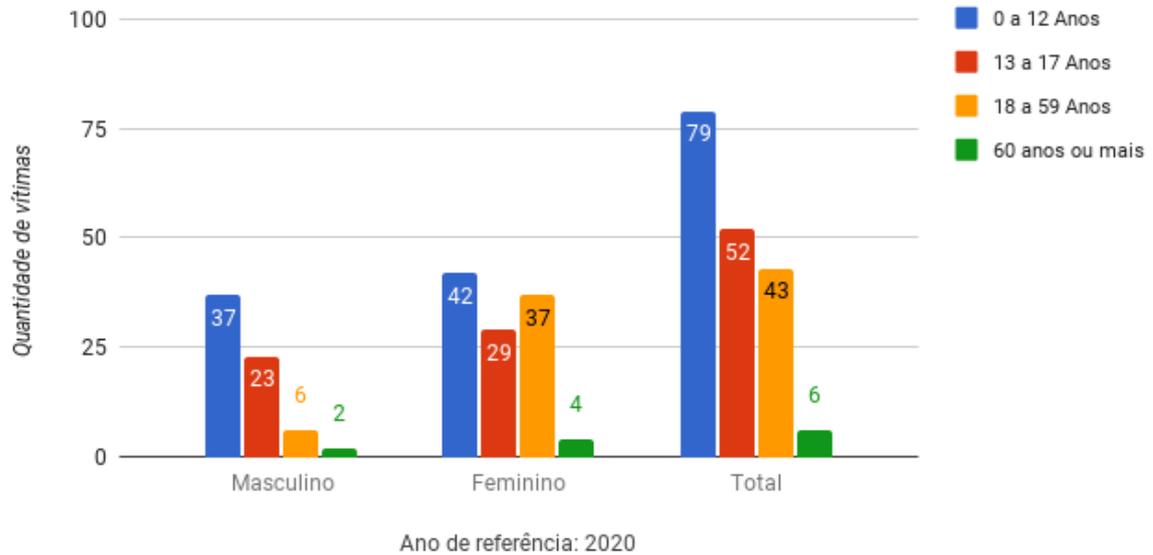
Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

(Gráfico 21).Caracterização das Vítimas – ano 2019.



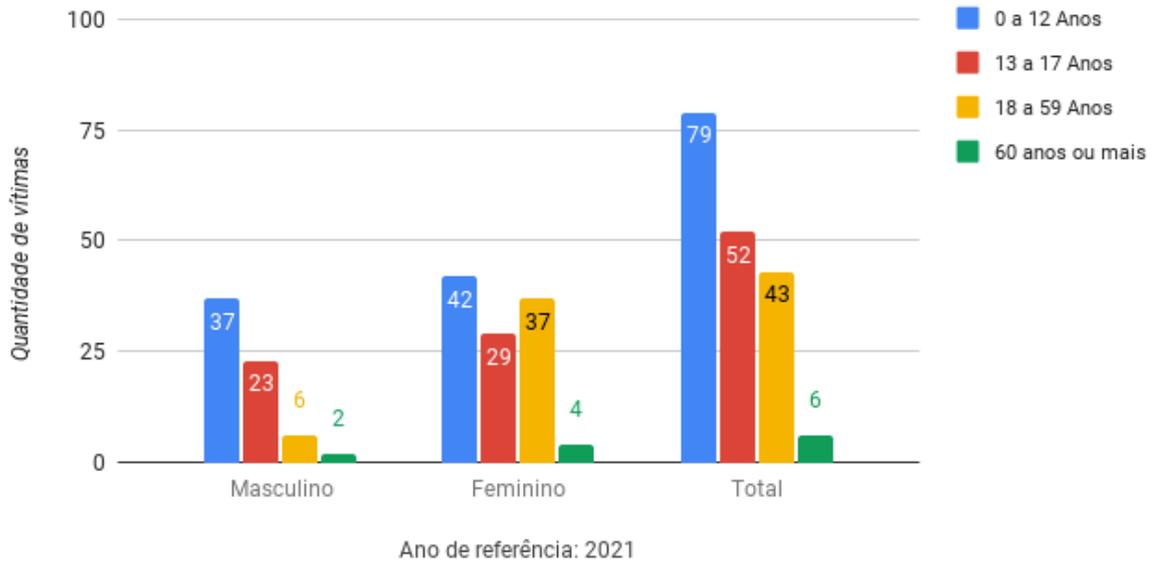
Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

(Gráfico 22).Caracterização das Vítimas – ano 2020.



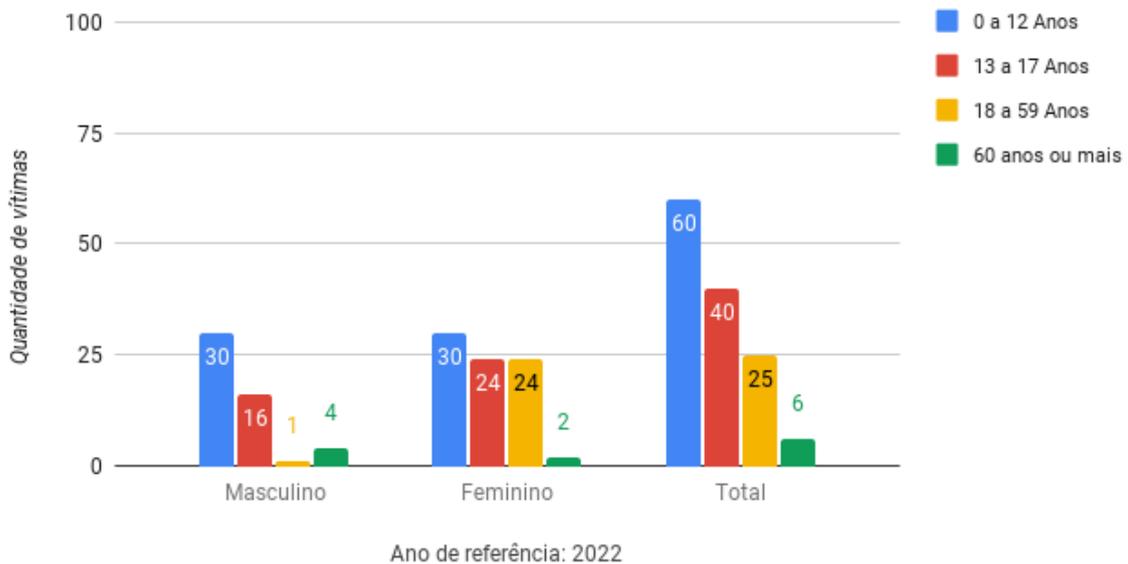
Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

(Gráfico 23).Caracterização das Vítimas – ano 2021.



Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

(Gráfico 24).Caracterização das Vítimas – ano 2022.



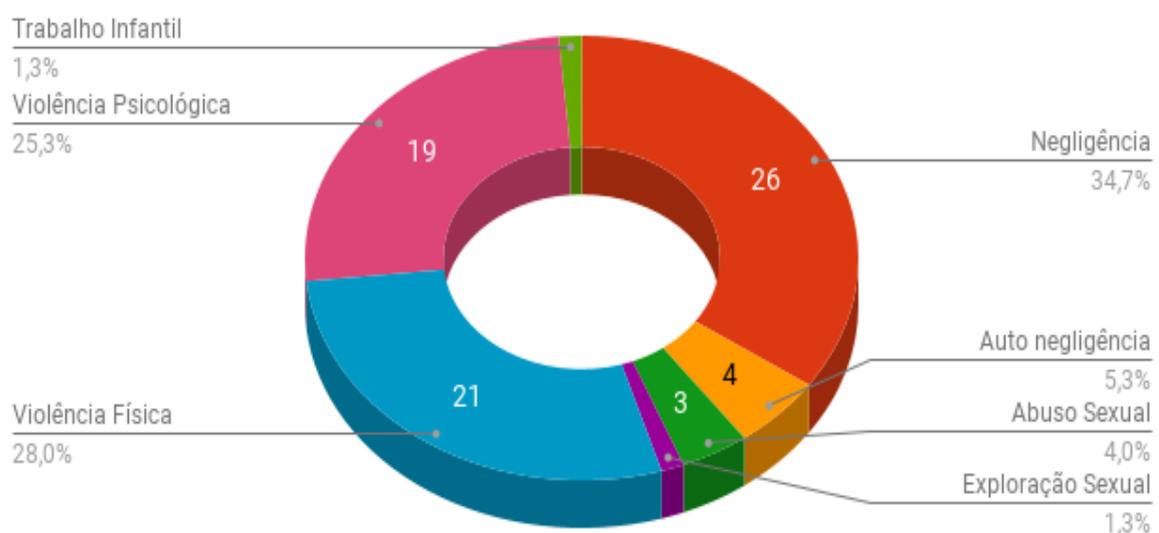
Fonte:Painel de Monitoramento - Vigilância Socioassistencial Louveira

A violência pode resultar em lesões físicas, infecções sexualmente transmissíveis, ansiedade, depressão, ideação suicida, ou mesmo a morte, entre várias outras consequências muitas vezes devastadoras e permanentes. O estresse tóxico associado à violência na primeira infância (do nascimento até os 6 anos de idade) pode prejudicar o desenvolvimento do cérebro de forma permanente e afetar outras partes do sistema nervoso. Além disso, a violência causa sérios impactos comportamentais em crianças e adolescentes, podendo levá-los a comportamentos agressivos ou antissociais, abuso de substâncias ilícitas, comportamentos sexuais de risco e práticas ilícitas.

Na família, a violência contra crianças e adolescentes está muitas vezes associada à violência doméstica ou intrafamiliar e acaba por perpetuar, no núcleo familiar, ciclos de violência que ultrapassam gerações e afetam todos os membros da família. Já em nível comunitário, a violência contra crianças e adolescentes enfraquece o desenvolvimento social e econômico das comunidades, ao gerar custos econômicos associados à serviços médicos, psicossociais e educação.

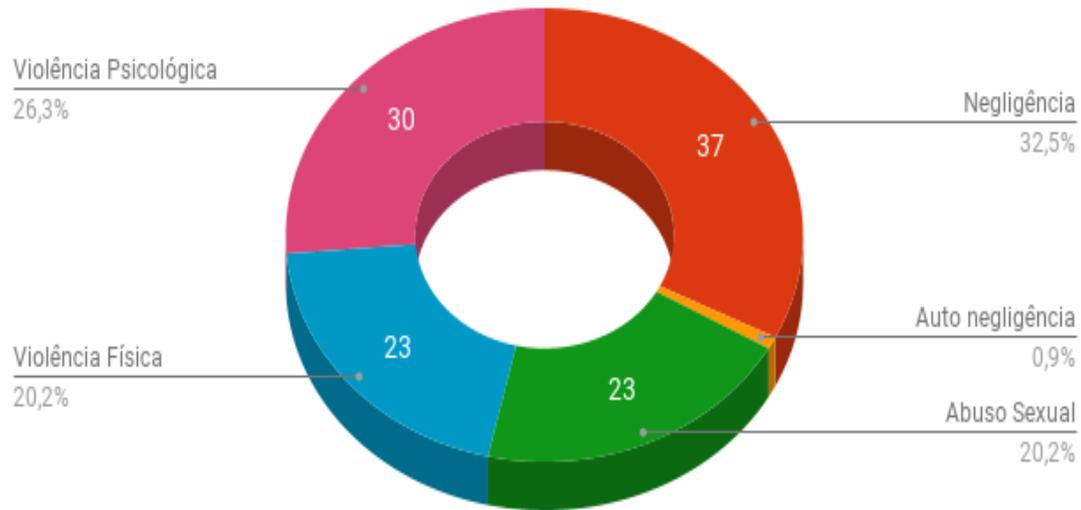
A violência contra crianças e adolescentes, portanto, afeta toda a sociedade, seja direta ou indiretamente. E sendo crianças e adolescentes pessoas em peculiar condição de desenvolvimento, seus direitos devem ser garantidos com absoluta prioridade pela família, comunidade, sociedade e poder público. Isso significa que todos têm um papel fundamental na proteção de crianças e adolescentes contra as violências.

(Gráfico 25). Criança e Adolescente Vítima de Violência e/ou Violação de Direito – ano 2018



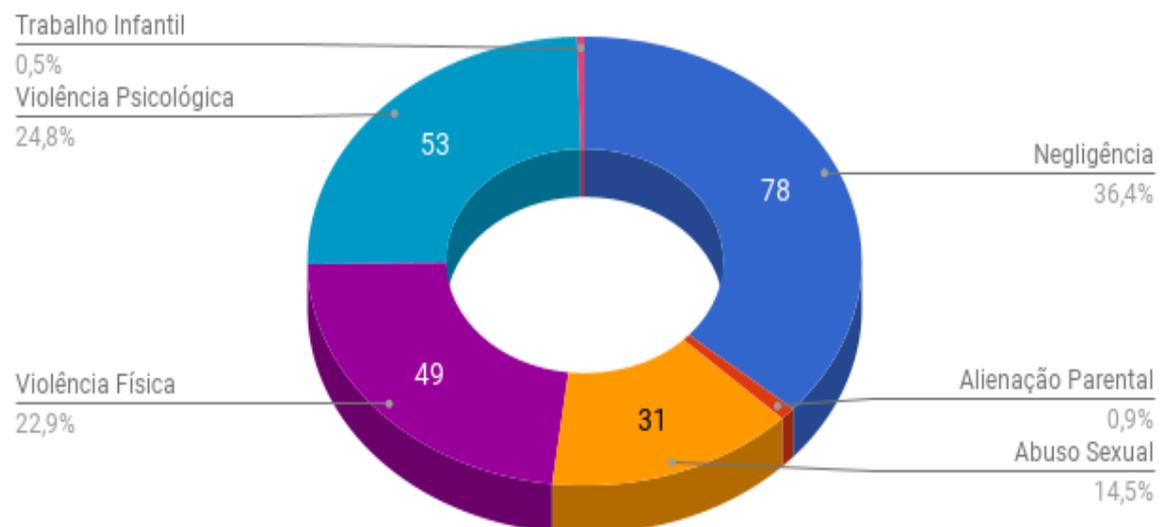
Fonte: Vigilância Socioassistencial Painel - Jan a Dez 2018

(Gráfico 26). Criança e Adolescente Vítima de Violência e/ou Violação de Direito – ano 2019



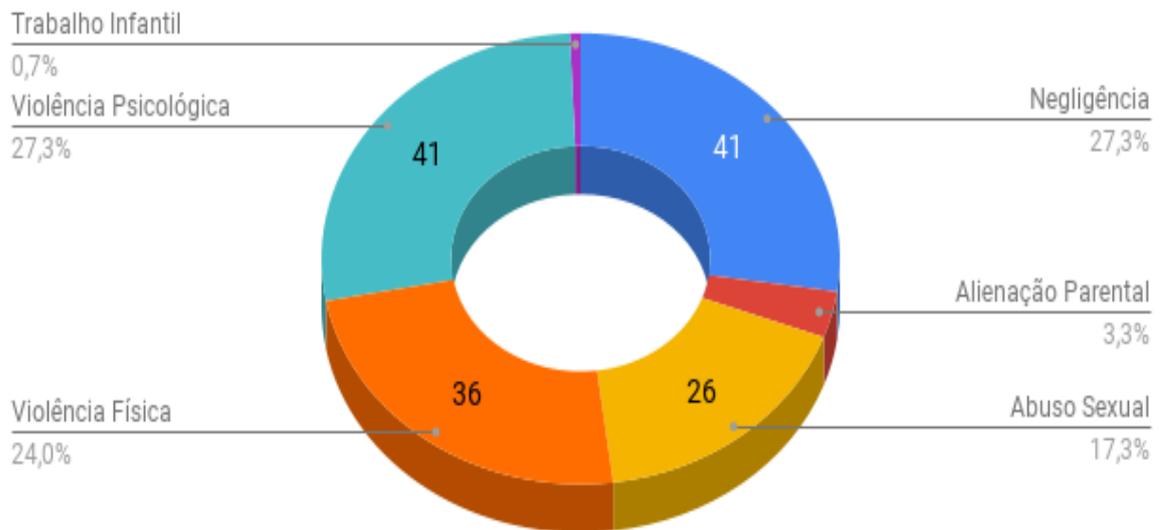
Fonte: Vigilância Socioassistencial Painel - Jan a Dez 2019

(Gráfico 27). Criança e Adolescente Vítima de Violência e/ou Violação de Direito – ano 2020



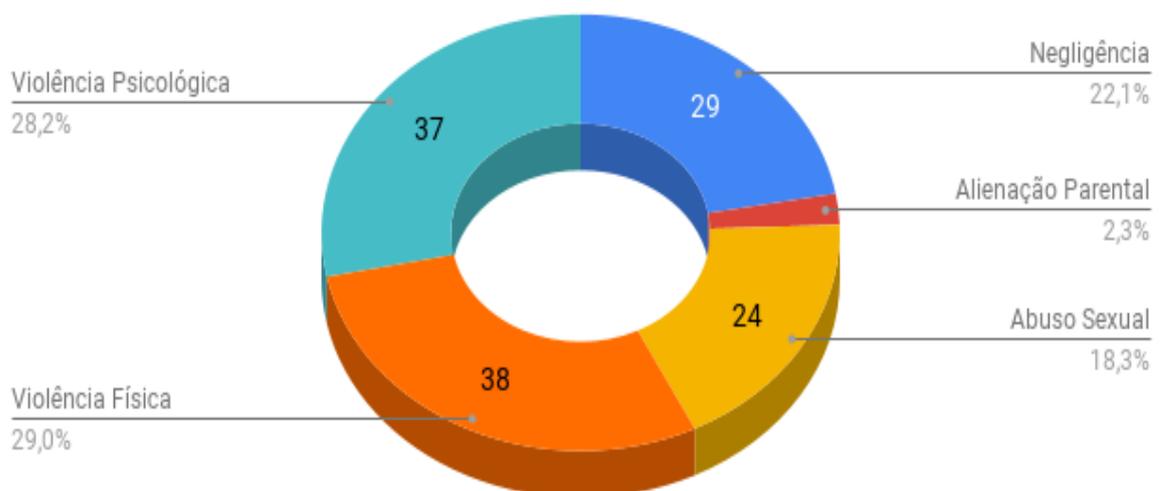
Fonte: Vigilância Socioassistencial Painel - Jan a Dez 2020

(Gráfico 28). Criança e Adolescente Vítima de Violência e/ou Violação de Direito – ano 2021



Fonte: Vigilância Socioassistencial Painel - Jan a Dez 2021

(Gráfico 29). Criança e Adolescente Vítima de Violência e/ou Violação de Direito – ano 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial Painel - Jan a Dez 2022

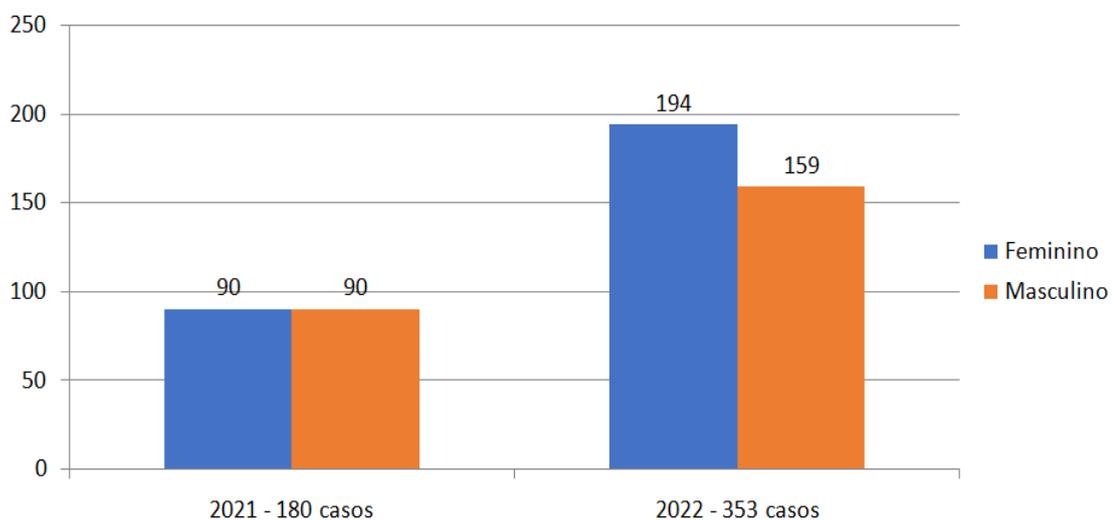
6. Diagnóstico Municipal da Violência Contra Criança e Adolescente

No ano de 2021 o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) levanta a necessidade de um órgão executor para articulação das políticas municipais voltadas à criança e adolescente, e ainda que de maneira informal, a Secretaria de Assistência Social destaca um profissional de seu quadro para realizar tal função. Surge então a Coordenadoria da Infância e Adolescência - responsável pela articulação intersetorial dos serviços, programas e projetos voltados ao tema.

Como parte desse trabalho, é realizado anualmente a partir de 2021 o Diagnóstico Municipal da Violência Contra Criança e Adolescente, levantando as notificações realizadas pela Saúde (SINAN), dados do Conselho Tutelar, CREAS - Serviço da Assistência Social especializado em violência e violações de direitos. Vale ressaltar que este diagnóstico evidenciou alguns pontos que merecem atenção, como subnotificações de casos de violência e a latente necessidade da padronização das notificações. Contudo, a seguir apresentaremos os dados coletados no ano de 2021 e 2022.

6.1. Dados Conselho Tutelar:

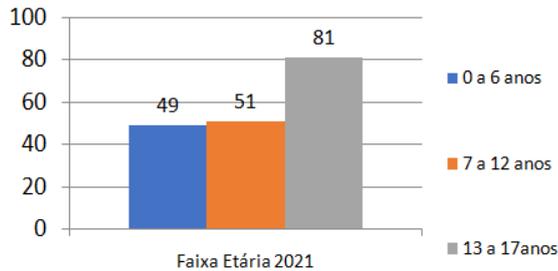
(Gráfico 30).Dados CT – Perfil Ocorrências 2021 e 2022. Quantidade e Sexo.



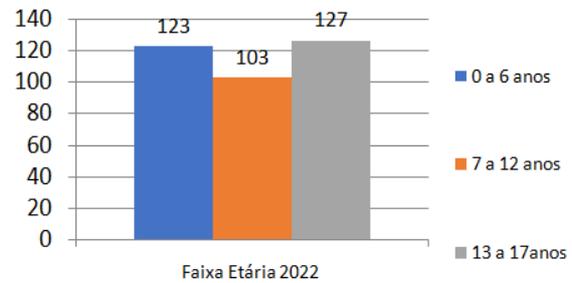
Observa-se que entre 2021 e 2022 as ocorrências de violência e/ou violação de direitos contra crianças e adolescentes atendidas pelo Conselho Tutelar de Louveira aumentaram em 96%

(Gráfico 31).Dados CT – Perfil/ Faixa Etária.

- 2021
- 180 casos
- 90 fem/90 masc

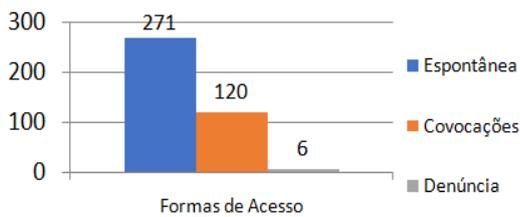


- 2022
- 353 casos
- 194 fem/159 masc

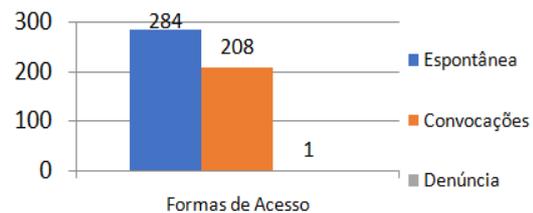


(Gráfico 32).Dados CT – Perfil/ Forma de Acesso.

- 2021
- 271 – busca espontânea
- 120 – convocações
- 6 - denúncias

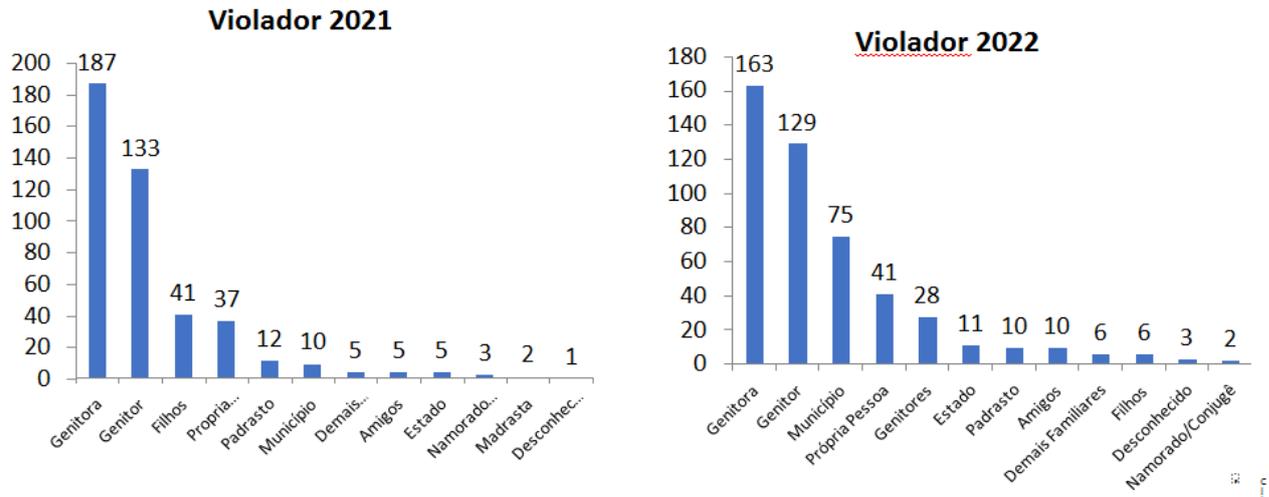


- 2022
- 284 – busca espontânea
- 208 – convocações
- 1-denúncia



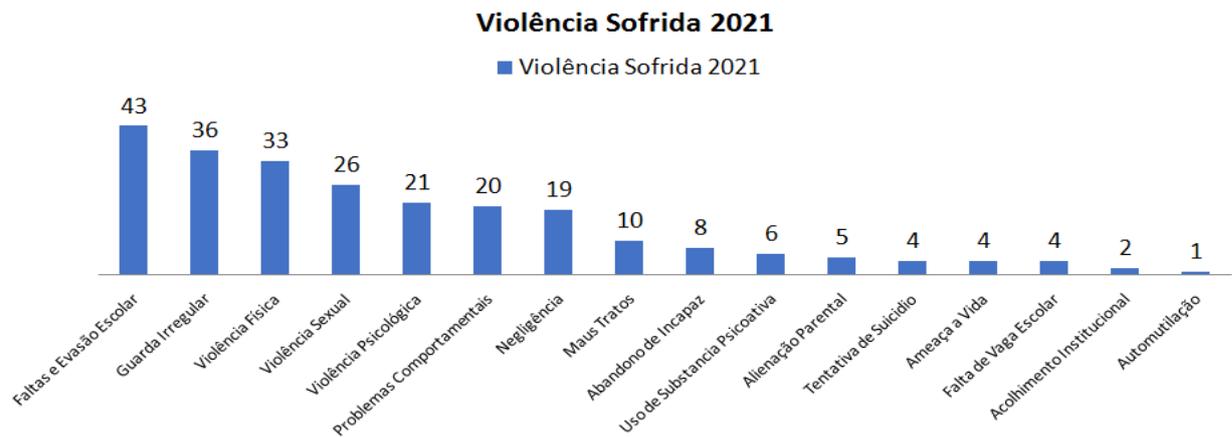
O Gráfico 26. Evidencia que a Forma de Acesso ao Conselho Tutelar mais expressiva é Busca Espontânea, o que denota a consolidação e validação deste Conselho como órgão de defesa direitos das crianças e adolescentes pelos munícipes.

(Gráfico 33).Dados CT – Agente Violador.

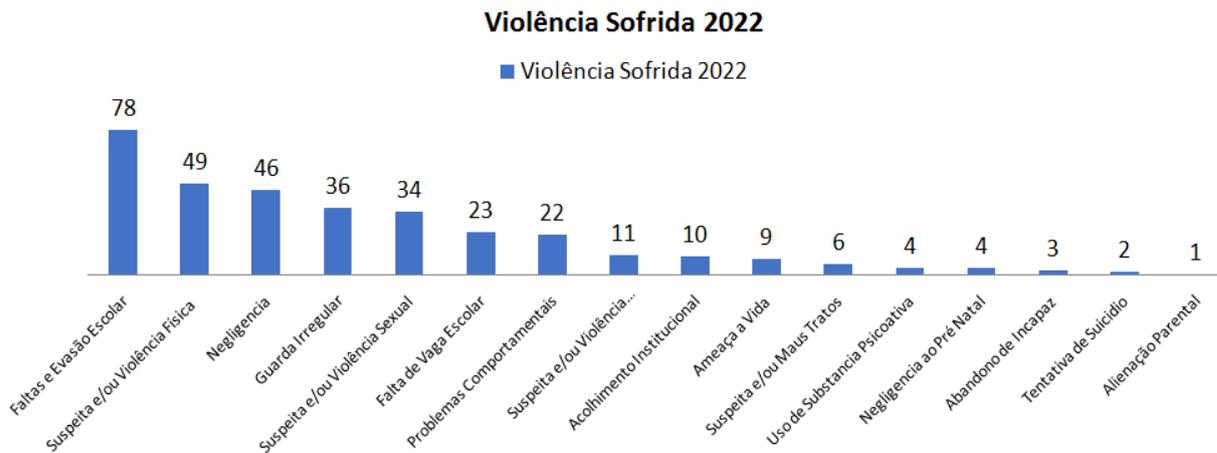


Analisando o Gráfico 27, observa-se que as violências contra crianças e adolescentes ocorrem prioritariamente dentro do núcleo familiar.

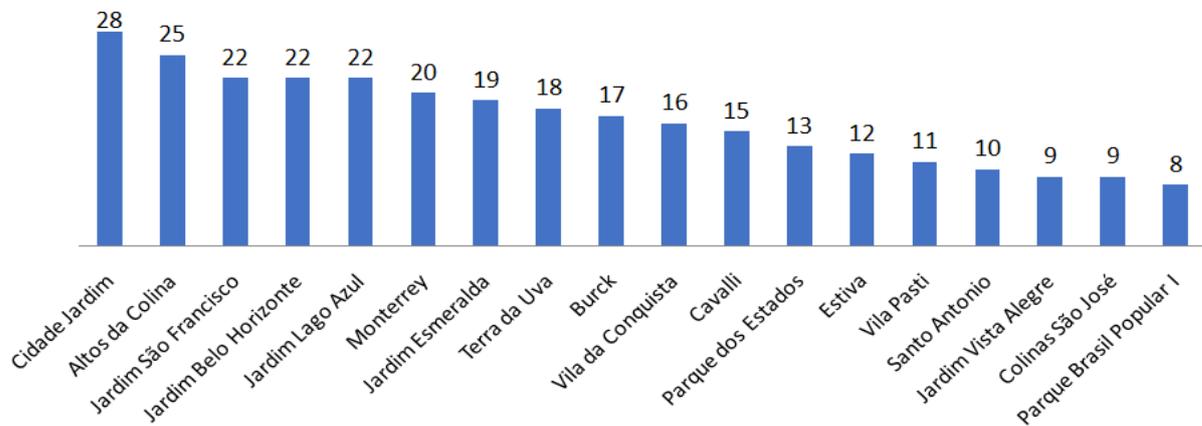
(Gráfico 34).Dados CT – Tipo de Violência 2021



(Gráfico 35).Dados CT – Tipo de Violência 2022

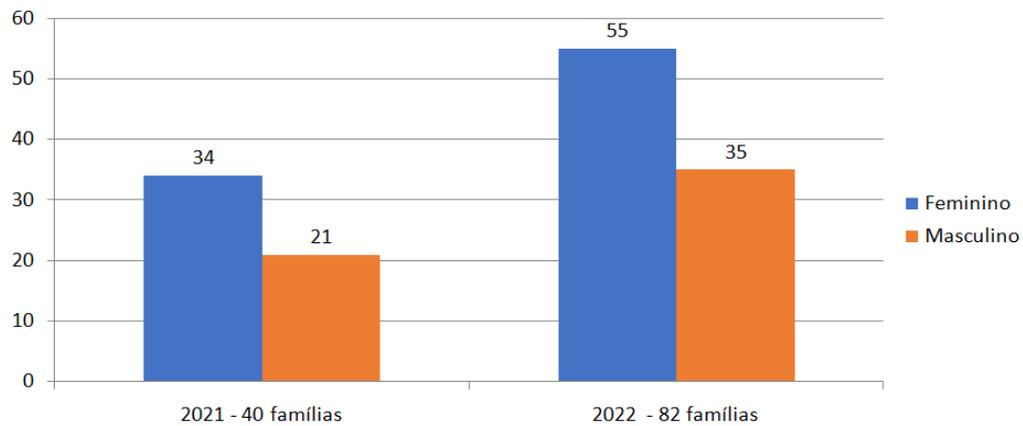


(Gráfico 36).Dados CT – Território da incidência de ocorrências 2021 e 2022.



6.2. Dados CREAS:

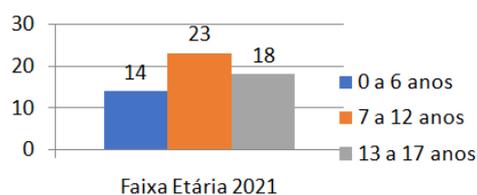
(Gráfico 37).Dados CREAS – Perfil Ocorrências 2021 e 2022. Quantidade e Sexo.
*Formas de acesso – Sempre CT (fluxo)



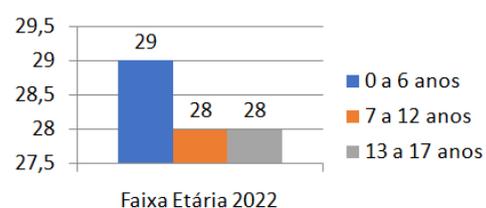
Assim como pudemos observar o aumento de 96% de ocorrências no Conselho Tutelar entre 2021 e 2022. As ocorrências no CREAS também aumentaram em 105% no mesmo período.

(Gráfico 38). Dados CREAS – Perfil

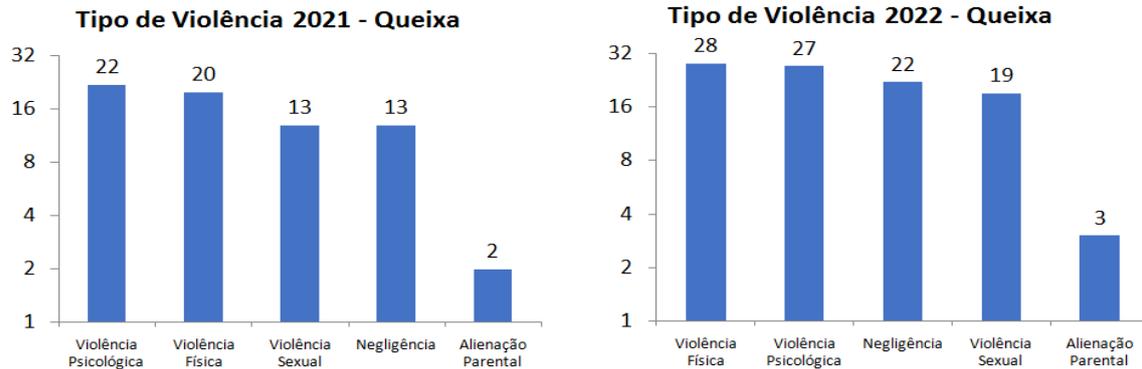
- 2021
- 55 crianças e adolescentes vitimados
- 34 fem/21masc



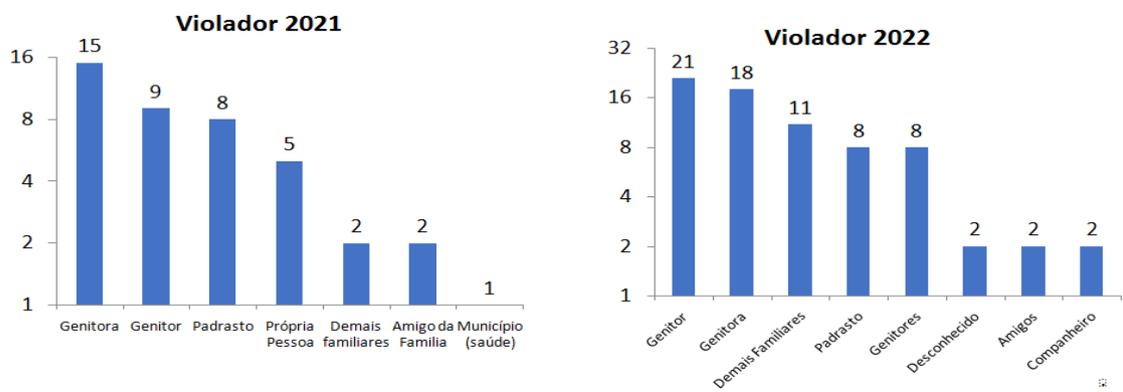
- 2022
- 90 crianças e adolescentes vitimados
- 55 fem/35masc



(Gráfico 39). Dados CREAS – Direito Violado

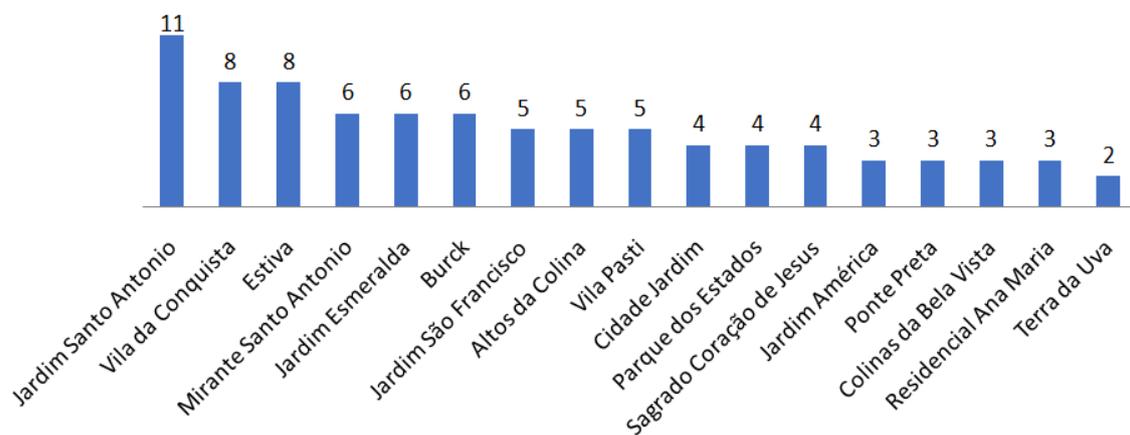


(Gráfico 40). Dados CREAS – Agente Violador



Com base nos dados acima, observamos que a violência física e psicológica compoem as maiores demandas de atendimentos no CREAS. E os agentes violadores de maior incidencia nestes casos são os genitores, padrastos e demais familiares.

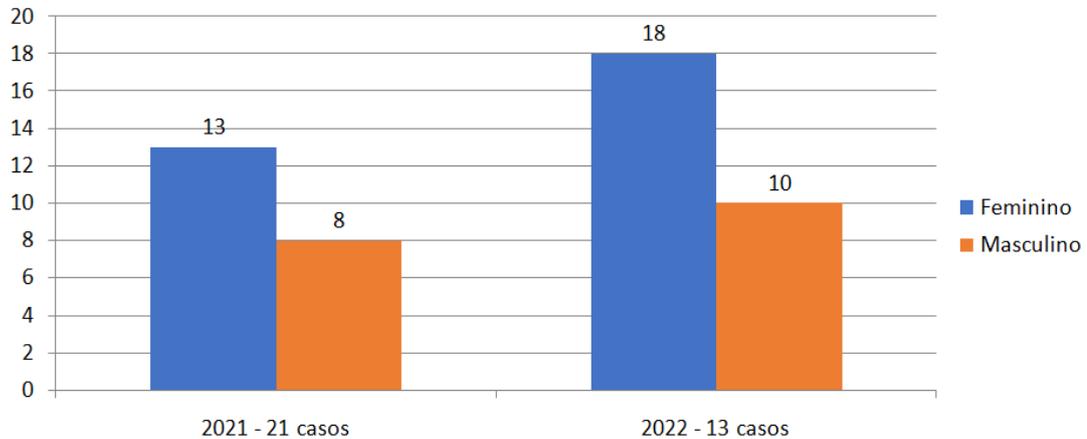
(Gráfico 41). Dados CREAS – Território da incidência de ocorrências 2021 e 2022



6.3. Dados SINAN

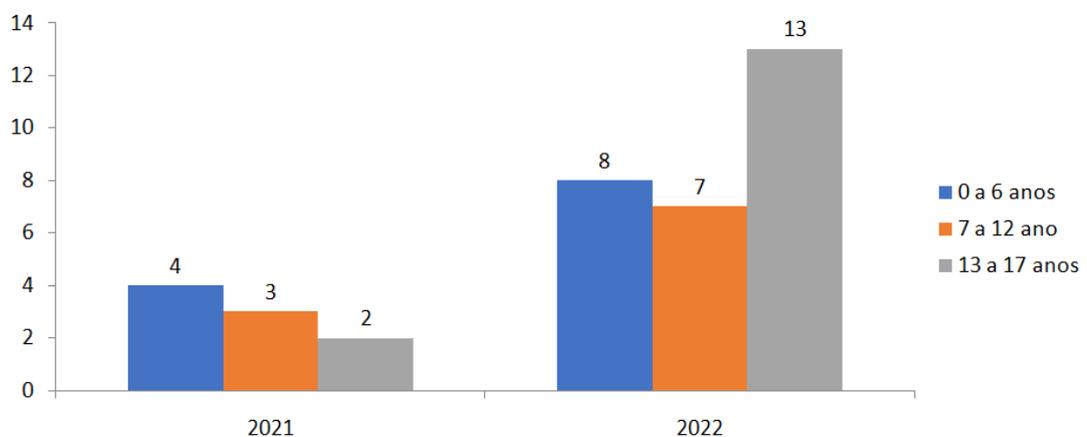
(Sistema de Informação de Agravos de Notificações – Saúde)

(Gráfico 42). Dados SINAN – Perfil Notificações (quantidade e sexo).

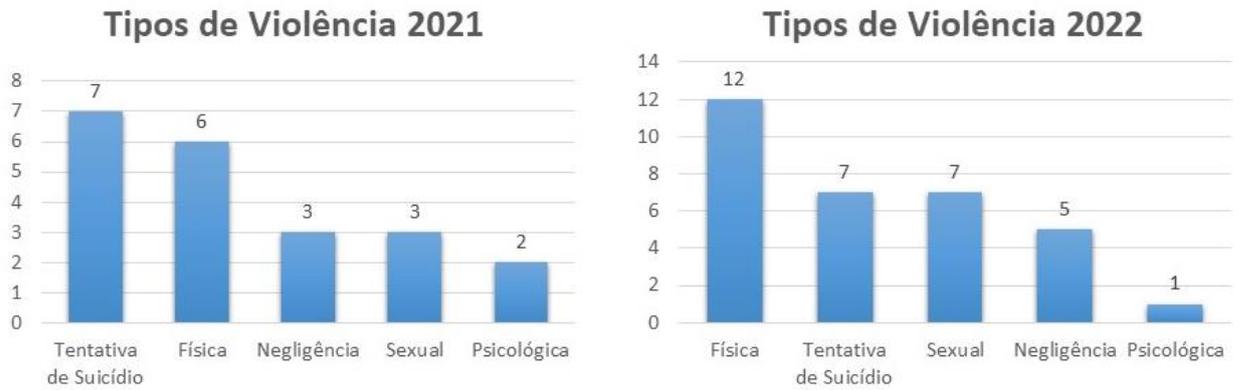


Com base no Gráfico 36, observamos que diferentemente dos dados apresentados pelo Conselho Tutelar e CREAS que trouxeram aumentos significativos nas ocorrências de violência e/ou violação de direitos entre os anos 2021 e 2022, os dados divulgados pela Saúde (SINAN), apresentaram queda de 61%.

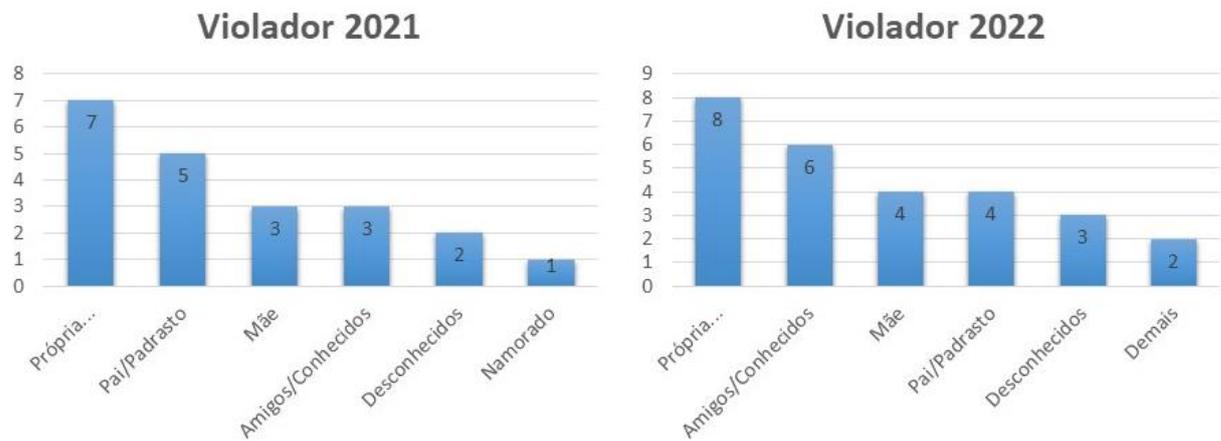
(Gráfico 43). Dados SINAN – Perfil Etário



(Gráfico 44). Dados SINAN – Tipo de Violência

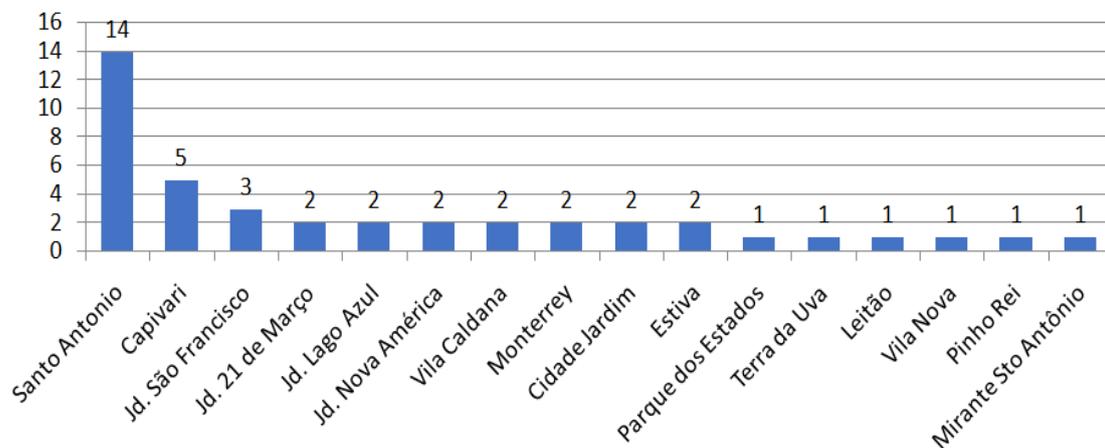


(Gráfico 45). Dados SINAN – Agente Violador.



Com base nos dados acima se observa que nos anos de 2021 e 2022 as maiores ocorrências notificadas através do SINAN foram de tentativa de suicídio.

(Gráfico 46). Dados SINAN – Território de Incidência de Notificação 2021 e 2022.



7. Conceitos da Matriz Lógica

A Matriz Lógica é o elemento central do Plano. Ela é uma ferramenta que contém informações de forma clara e simples para facilitar o trabalho daqueles que a utilizarão como ferramenta de gestão, execução ou controle. Nela são detalhados quais são os resultados esperados, por meio dos quais serão gradualmente alcançados os objetivos intermediários e que contribuirão para a realização do objetivo de impacto e, conseqüentemente, a solução de problemas. Seus elementos são: **Problema central, Objetivo de impacto, Objetivo de impacto, Resultados esperado/meta, Indicador de resultado, Ação/projeto. Envolvidos e Fonte de recursos:**

7.1. Problema central: expressa uma situação concreta negativa identificada como prioritária capaz de ser resolvida ou atenuada pelo Município no período de vigência do Plano (10 anos). Para a seleção de quais problemas devem constar no Plano, devem ser definidas prioridades, de acordo com a urgência e com a capacidade de execução do município sobre cada um deles. Para cada problema central está associado um objetivo de impacto.

7.2. Objetivo de impacto: exprime a transformação do problema central (situação negativa) em situação futura desejada. Expressa a situação positiva ou favorável que se quer alcançar, quando tiver sido resolvida ou reduzida a situação negativa identificada, registrada como problema central. Cada objetivo de impacto possuirá um ou mais resultados esperados/metabol, que podem ser entendidos como objetivos intermediários.

7.3. Resultados esperado/meta: situação concreta que deverá ser atingida ao final da execução das ações ou projetos escolhidos para produzi-lo. Ao ser alcançado, cada resultado esperado/meta deve ser capaz de levar à situação descrita no objetivo de impacto. Além disso, deve ser passível de uma constatação que não dê margem a interpretações pessoais, ou seja, deve ser construído a partir de parâmetros, chamados de indicadores de resultado. Cada resultado esperado/meta possui pelo menos um indicador de resultado.

7.4. Indicador de resultado: permite acompanhar, por meio de fatos ou de dados, se o resultado esperado está sendo ou foi alcançado e em que medida – integralmente ou parcialmente. Cada indicador de resultado possui um meio de verificação.

7.5. Meio de verificação: mostra onde o indicador de resultado pode ser obtido, acessado ou localizado.

7.6. Ação/projeto: meios que serão utilizados para alcançar o resultado esperado/meta aos quais foram associados. Portanto, deve haver total compatibilidade entre a ação ou projeto e o seu respectivo resultado esperado/meta. A cada ação/projeto estão associados seus respectivos elementos descritivos, listados abaixo.

7.7. Responsável: ator (órgão ou setor) ao qual cabe a responsabilidade da execução de cada ação ou projeto. Para cada ação há apenas um responsável, o que não significa que não possa haver demais atores empenhados em sua execução. Cabe a este responsável articular esses demais atores envolvidos.

7.8. Envolvidos: ator ou atores que contribuem para a execução da ação/projeto, mas que não são o principal executor (responsável).

Prazos: mês ou ano nos quais começarão e terminarão as ações/projetos, permitindo o seu acompanhamento. Ao explicitar os prazos de cada uma das ações/projetos, é possível diferenciar ações de curto, médio ou longo prazo, bem como ações pontuais de ações contínuas, além de permitir o encadeamento de ações dependentes entre si.

7.9. Fonte de recursos: indica a origem do financiamento das ações/projetos e impede que o Plano seja composto de ações inviáveis do ponto de vista de seu financiamento. Pode ser indicado a secretaria, fundo ou órgão que viabilizará a ação ou o projeto vinculado.

A Matriz Lógica também está atrelada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS). Os ODS foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 com o intuito de realizar um apelo global no combate à pobreza, à proteção do meio ambiente e à promoção de paz e justiça. São 17 objetivos que tratam dos principais desafios a serem enfrentados pelo mundo todo e atingir a meta da Agenda 2030:

Erradicação da pobreza: Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;

Fome zero e agricultura sustentável: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;

Saúde e bem-estar: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Educação de qualidade: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

Água potável e saneamento: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;

Energia limpa e acessível: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;

Trabalho decente e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;

Indústria, inovação e infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;

Cidades e comunidades sustentáveis: Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;

Consumo e produção responsáveis: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;

Ação contra a mudança global do clima: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;

Vida na água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Vida terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;

Paz, justiça e instituições eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;

Parcerias e meios de implementação: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

8. Matriz Lógica

1. PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS

1.1. Atenção Saúde Materna

Problema central: Sífilis na gestação									
Objetiva de impacto: Ampliar cobertura de diagnóstico de sífilis no pré-natal									
ODS associados: 03									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Diminuir casos de Sífilis congênita	Meta 3.1 e 3.3	Percentual de gestantes notificadas com sífilis, tratadas e acompanhadas na Rede de Atenção Primária à Saúde	SINAN e Sistema Próprio de Informação Municipal	1. Realizar testes rápidos diagnósticos e tratamento adequado de sífilis.	Diretoria da Assistência	Equipes da Atenção Primária	Municipal	2024	2034
				2. Realizar investigação dos casos de sífilis no GTVO	Diretoria da Assistência/Vigilância em Saúde	Equipes da Atenção Primária e Vigilância em saúde	Municipal	2024	2034
	Meta 3.1 e 3.3	Número de grupos e de gestantes efetivos nas UBSs	Sistema Próprio de Informação Municipal	3. Proporcionar Incentivar a adesão ao pré-natal por meios de grupos operativos	Diretoria da Assistência	Equipes da Atenção Primária	Municipal	2024	2034
				4. Busca ativa de faltosas no pré-natal	Diretoria da Assistência	Equipes da Atenção Primária	Municipal	2024	2034

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Problema central: Falta de adesão ao pré-natal									
Objetivo de impacto: Reduzir a mortalidade materna e infantil por meio das ações de fortalecimento de promoção e assistência qualificada na Atenção Primária.									
ODS associados: 03									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Diminuir casos de mortes materno infantil	3.1 e 3.2	Número de óbitos maternos	Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)	Realizar reuniões mensais do Grupo Técnico de Vigilância de Óbitos (GTVO)	Diretoria da Assistência/Vigilância em Saúde	Equipes da Atenção Primária / Vigilância em Saúde	Municipal	2024	2034
	3.1 e 3.2	Número de Óbitos infantis	Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)	Implementação da Linha de Cuidado da Criança na APS (atenção Primária a Saúde): Através do acompanhamento e assistência oportuna e contínua do desenvolvimento infantil, identificação de vulnerabilidade, riscos, adoecimento e outros agravos pelas equipes multiprofissionais da APS em seus territórios.	Diretoria da Assistência	Equipes da Atenção Primária / Vigilância em Saúde	Municipal	2024	2034

2.Garantir no mínimo 7 consultas de pré-natal	3.7	Número de gestantes com o primeiro atendimento de pré-natal até 12 semanas de gestação	Sistema Próprio de Informação /e-Gestor AB	Execução do Projeto Mãe Louveirense pelas equipes de Saúde.	Diretoria Assistencial	Equipes da Atenção Primária	Municipal e Federal	2024	2034
---	-----	--	--	---	------------------------	-----------------------------	---------------------	------	------

1.2. Atenção a doenças prevalentes na infância e as disfunções alimentares (desnutrição, sobrepeso e obesidade)

Problema central: Escassez nas ações de promoção e prevenção da obesidade infanto-juvenil.									
Objetivo de impacto: Diagnosticar precocemente e qualificar a rede para o atendimento da obesidade em crianças e adolescentes.									
ODS associados: 03									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Diagnóstico precoce, ações e intervenções oportunas	Meta 3.4	1.Percentual de crianças identificadas com disfunções alimentares (desnutrição e obesidade) que participam do Programa Saúde na Escola.	Sistema Próprio de Informação Municipal e e-Gestor AB	Implementar ações que promovam hábitos saudáveis (alimentação saudável e prática de atividade física).	GTIM/PSE e Diretoria da Assistência	Equipes multiprofissionais da Saúde e Equipe Escolar	Federal e Municipal	2024	2034 (Ciclo Bianual)
	Meta 3.8	2.Adesão municipal ao Programa Saúde na Escola.	Portaria Ministerial e e-Gestor	Garantir a adesão ao Programa Saúde na Escola	Secretarias da Saúde e Educação	GTIM/PSE	Federal e Municipal	2024	2034 (Ciclo Bianua)

1.3. Atenção à Saúde da Criança

Problema central: Acompanhamento ineficaz da assistência das crianças até dois anos de idade									
Objetivo de impacto: Garantir a assistência integral com qualidade da Atenção da Saúde das crianças até os dois anos de idade									
ODS associados: 03									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	de Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Aumento no número de atendimento infantil com melhora do acompanhamento das crianças até dois anos de idade	Meta 3.2	Percentual de crianças até dois anos atendidas com, no mínimo, de 13 consultas na puericultura	Sistema Próprio de Informação Municipal	1.Capacitação de equipe multiprofissional sobre a Atenção a Saúde Integral da Criança	Diretoria da Assistência	Equipes da APS / NEPS	Municipal	2024	2034
				2.Busca ativa de faltosos	Diretoria da Assistência	Equipes da APS	Municipal	2024	2034
Problema central: Baixa cobertura vacinal na faixa etária em menores de 1 ano.									
Objetivo de impacto: Aumentar cobertura vacinal em menores de 1 ano.									
ODS associados: 03									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	de Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término

Crianças menores de 01 ano com esquema vacinal completo	Meta 3.8	Cobertura vacinal de crianças menores de 01 ano de idade	Sistema de Informação do Ministério da Saúde	1. Busca Ativa dos faltosos	Diretoria da Assistência/Vigilância em Saúde	Equipes da APS	Municipal	2024	2034
				2. Realizar ações extra muro	Diretoria da Assistência/Vigilância em Saúde	Equipes da APS	Federal e Municipal	2024	2034
				3. Realizar ações com a Secretaria de Educação (PSE)	Diretoria da Assistência	Equipes da APS e Equipe escolar	Federal e Municipal	2024	2034

1.4. Atenção à Saúde do Adolescente

Problema central: Gestação na adolescência									
Objetivo de impacto: Reduzir o número de gravidez na adolescência									
ODS associados: 03									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Reduzir número de gestação na adolescência	Meta 3.7	Percentual de partos na adolescência	Sistema Próprio de Informação Municipal, SINASC	Realizar ações educativas na faixa etária da adolescência para prevenção da gravidez precoce nas UBS, Escolas Estaduais e Grupos de CRAS/SCFV)	Diretoria da Assistência/Vigilância em Saúde	Equipes de Saúde/PSE, Diretoria de Ensino/SEDUC-SP, Equipes de CRAS	Municipal	2024	2034

1.5. Atenção às crianças e adolescentes com deficiências físicas e/ou mentais

Problema central: Acompanhamento inadequado das crianças e adolescentes com deficiências físicas e/ou mentais									
Objetivo de impacto: Garantir acesso e promover acompanhamento adequado e qualificado das crianças e adolescentes com deficiências físicas e/ou mentais									
ODS associados: 10									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Ampliação da oferta de serviços especializados e reorganização da rede de assistência desta população	Meta 10.2	Número de crianças em atendimento especializado	Sistema Próprio Municipal	1. Implantação de serviços especializados para diagnóstico e acompanhamento de crianças e adolescentes do Espectro Autista	Diretoria da Assistência/UAC	Equipes do CRL, Equipe PCD e Convênios	Municipal	2024	2034
				2. Reorganização da equipe multiprofissional de assistência à PCD e implantação de protocolos	Diretoria da Assistência	Equipes da APS	Municipal	2024	2025
				3. Capacitação da equipe para vigilância do desenvolvimento infantil	Diretoria da Assistência	Equipes da APS e NEPS	Municipal	2024	2034 (Anual)

1.6. Atenção às crianças e adolescentes com deficiências físicas e/ou mentais

Problema central: Falta de acessibilidade nos espaços e equipamentos públicos									
Objetivo de impacto: Garantir o acesso de pessoas com deficiência aos espaços e equipamentos públicos									
ODS associados: 3 e 11.7									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Garantir que pessoas com deficiência tenham acesso aos espaços públicos	3 e 11.7	Espaços públicos que permitam o acesso universal e igualitário a toda população	Visitas técnicas nos espaços para avaliar as condições de acesso e uso do espaço; escuta da população	1. Planejar, projetar e executar os novos espaços públicos conforme NBR9050	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos	Municipal	2024	2034
				2. Requalificar equipamentos públicos já existentes, conforme NBR9050	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Equipes da APS e NEPS	Municipal	2024	2034

1.7. Prevenção do uso abusivo de drogas e atenção aos usuários

Problema central: Aumento do consumo de drogas (lícitas e ilícitas) entre adolescentes.									
Objetivo de impacto: Promover ações de prevenção ao uso de drogas									
ODS associados: 03									

Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Garantir o acesso ao acolhimento e acompanhamento adequados destes usuários	Meta 3.5	Número de adolescentes em cuidado regular no CAPS por transtorno em decorrência ao uso de drogas	Sistema Próprio de Informação Municipal	1.Promover escuta e acolhimento aos adolescentes nos diversos espaços do território	Diretoria da assistência	Equipes da APS / RAPS	Municipal	2024	2034

1.8. Orçamento Criança e Adolescente (OCA)

Problema central: Falta de Orçamento Exclusivo para Criança e Adolescente (OCA) nas diversas secretarias									
Objetivo de impacto: O objetivo geral do OCA é identificar o montante de recursos públicos destinados à proteção e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes (0 a 18 anos incompletos)									
ODS associados: 17									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
1.Geração de Indicadores de Investimento na área da Infância e adolescência, 2. Planejamento e previsão	17.1	1.Quantidade de Secretarias lançando dados no Centro de Custo OCA	Avaliação e acompanhamento dos Centros de Custos	1. Criação do Centro de Custo (OCA) para todas as Secretarias	Secretaria de Finanças.	Secretaria de Finanças, demais secretarias.	Municipal	2024	2034

orçamentária para efetivação de políticas públicas voltadas à criança e adolescente;		2.Montante financeiro investido em ações voltadas à Criança e Adolescente no município		2. Apresentação da Utilização dos Centros de Custos ao CMDCA e a Comissão Gestora Intersetorial PMIA anualmente.	Secretaria de Finanças, CMDCA, Comissão PMIA.	Secretaria de Finanças, demais secretarias, CMDCA, Comissão PMIA.	Municipal	2024	2034
--	--	--	--	--	---	---	-----------	------	------

2. EDUCAÇÃO QUALIDADE

2.1. Educação Infantil (creche e pré-escola)

Problema central: Mães que retornam ao trabalho após 120 dias (4 meses) de Licença Maternidade, sem possibilidades de vagas em creches públicas do município - ofertada somente a partir dos 6 meses.									
Objetivo de impacto: Conciliar o retorno das mães ao trabalho com periodicidade de vaga em creche;									
ODS associados: 04 e 4.2									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Maior número de empresas aderindo o Programa Empresa	Meta: 4 e 4.2	Levantamento de empresas do município que participam do Programa Empresa	Monitorar semestralmente através do CMDCA e Desenvolvimento Econômico empresas	1.Ação de conscientização sobre adesão ao programa Empresa Cidadã	CMDCA e Desenvolvimento Econômico	CMDCA, GTC-PMIA e Secretaria de Desenvolvimento Econômico;	Municipal e FMIA	2024	2026

Cidadã no município de Louveira		Cidadã através do CMDCA Desenvolvimento Econômico;	que aderiram ao Programa Empresa Cidadã;	2.Desenvolver dispositivos de incentivos municipais para adesão das empresas					
---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

2.1. Educação Infantil (creche e pré-escola)

Problema central: Falta de vagas para crianças de 6 meses a 3 anos de período integral.									
Objetivo de impacto: Garantir vaga para crianças em período integral Meta 1 - Plano Municipal de Educação de Louveira									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Atendimento integral para 90% das crianças	Meta: 4	Procura de vagas na Secretaria de Educação e demandas pontuadas por CRAS, CREAS e UBSs.	Número de Inscrições X Matrículas	1. Inscrições a cada 4 meses Secretaria de Educação (crianças até 1 ano e 11 meses)	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social	FUNDEB, tesouro	2024	2034
				2. Atendimento de vulneráveis na Secretaria de Educação					
				3. Ampliação espaços/vagas para o atendimento					

2.2. Educação Infantil (creches e pré-escolas)

Problema central: Necessidade de maior participação das crianças e adolescentes no Centro de Educação Ambiental Tabarana									
Objetivo de impacto: Fortalecimento e reconhecimento o Centro de Educação Ambiental Tabarana como referência de desenvolvimento de Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade em Louveira									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
<p>Maior participação das crianças e adolescentes no Centro de Educação Ambiental Tabarana</p>	<p>Meta: 4</p>	<p>Quantidade de agendamento de visitas;</p> <p>Quantidade de crianças e adolescentes atendidos direta e indiretamente (no local e nas escolas);</p> <p>Quantidade de Projetos de Desenvolvidos;</p>	<p>Assinatura de Livro de Visitas; Checagem de e-mails/ofícios de solicitações de visitas;</p> <p>Listagem presença das atividades;</p> <p>Cronograma Mensal de Educação Ambiental;</p>	<p>1. Criação de protocolo de agendamentos de visitas;</p> <p>2. Viabilização de transporte para ações do Centro de Educação Ambiental Tabarana;</p> <p>3. Garantia de equipe mínima para o funcionamento do Centro;</p>	<p>Secretaria de gestão Ambiental</p>	<p>Secretaria de Educação, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de governo</p>	<p>Municipal</p>	<p>2024</p>	<p>2034</p>

2.3. Educação Fundamental (anos iniciais)

Problema central: Recuperação das aprendizagens de alunos com dificuldades.									
Objetivo de impacto: Garantir que 80% dos alunos recuperem as aprendizagens Meta 3 - Plano Municipal de Educação de Louveira									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Alfabetizar 80% dos alunos com dificuldade de aprendizagem	4	Quantidade dos alunos com dificuldade de aprendizagem	Sondagens e relatórios escolares	1. Aplicação da Avaliação Saber Louveira, que visa mapear as aprendizagens da rede.	Secretaria de Educação	Profissionais da Educação	Secretaria de Educação	2024	2034
				2. Apoio e supervisão aos professores responsáveis pelo Projeto Plantão Pedagógicos, considerando a individualidade de cada criança					
				3. Projeto Plantão pedagógico consiste em um conjunto de ações que envolvê o atendimento dos alunos do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental não alfabetizados e com dificuldade de aprendizagem.					

2.4. Educação Fundamental (anos iniciais)

Problema central: Crianças não matriculadas nos anos iniciais e evasão escolar									
Objetivo de impacto: Garantir de 95% dos alunos conclua o Ensino Fundamental (anos iniciais) na idade recomendada até 2026. Meta 2 - Plano Municipal de Educação de Louveira									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Todas as crianças matriculadas, sem evasão escolar e concluindo o Ensino Fundamental (anos iniciais) na idade recomendada	4	Quantidade de crianças em idade escolar (anos iniciais) X Quantidade de crianças matriculadas na Secretaria Escolar Digital	Matrículas Efetivas na Secretaria Escolar Digital	Implantação de um sistema que identifique novas famílias com crianças (por idade – mês) residentes no município envolvendo todas as secretarias.	Secretaria de Educação	Profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social	FUNDEB	2024	2034
				Fluxo de comunicação entre CRAS, UBS e Unidades Escolares para identificação de novas famílias com crianças em idade escolar	Secretaria de Educação	Profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social	Secretaria de Educação	2024	2034

2.5. Educação Fundamental (anos iniciais)

Problema central: Ausência de participação/escuta das crianças para as demandas e as sugestões aos diversos segmentos do planejamento urbano de Louveira									
Objetivo de impacto: Dar visibilidade à voz das crianças para que possam dialogar, propor ideias, pensar a cidade a partir do seu olhar e fomentar sua participação na construção de uma Louveira melhor.									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	de Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Dar visibilidade à voz infantil para que possam propor soluções, em diferentes formas de expressão, para assuntos que afetam suas vidas direta e indiretamente em seus territórios	04.7	1.Edital de Regulamento para implantação do Comitê Municipal das Crianças.	1.Publicação e divulgação do Edital de Regulamento.	1.Criação do Comitê das Crianças de Louveira.	Secretaria de Governo	Todas as secretarias	Municipal e FMIA	2024	2034

		2. Comitê implantado e ativo: *mínimo de 10 reuniões anuais; *50% dos participantes presentes nas reuniões;	2. Lista de presença;	2. Promover encontros, para discussão e organização de propostas contemplando todas as secretarias e departamentos, mobilidade urbana e infraestrutura e Gestão (mínimo de 10 encontros anuais)	Secretaria da Educação	Todas as secretarias	Municipal e FMIA	2024	2034
--	--	---	-----------------------	---	------------------------	----------------------	------------------	------	------

2.6. Ensino Fundamental (anos finais)

Problema central: Alunos com baixo desempenho nas avaliações externas									
Objetivo de impacto: Melhorar os índices em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes em todos os níveis de proficiência									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Aumento em 10% dos estudantes nos níveis de proficiência na Prova Paulista, Saresp/Provão Paulista e Saeb	Meta: 04	Prova Paulista, SARESP/Provão paulista e SAEB	Comparativo dos resultados apresentados no Boletim do SARESP/Provão Paulista, do SAEB, e Plataforma Escola Total (BI Educação).	1. Formação para professores das diferentes áreas do conhecimento.	Diretoria de Ensino	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiá e Escolas Estaduais	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2024	2026

				2. Formações para Coordenadores de Gestão Pedagógica (Convivência).	Diretoria de Ensino	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiá e Escolas Estaduais	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2024	2026
				3. Formações para Diretores, Coordenador de Organização Escolar (COE), Coordenador de Gestão Pedagógica Geral (CGPG), e Coordenador de Gestão Pedagógica por Área de Conhecimento	Diretoria de Ensino	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiá e Escolas Estaduais	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2024	2026
				4. Apresentar para os alunos as ferramentas/plataformas digitais.	Escola Estadual	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiá e Escolas Estaduais	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2024	2026
				5. Monitoramento da aplicação das práticas ensinadas nas formações através dos acompanhamentos do Professor Especialista em Currículo (PEC).	Diretoria de Ensino e Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiá e Escolas Estaduais	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2024	2026
				6. Acompanhamento bimestral dos resultados da Prova Paulista, anual do Saesp/Provão Paulista e bi-anual do SAEB.	Diretoria de Ensino e Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiá e Escolas Estaduais	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2024	2026

				7. Registros para evidências das atividades desenvolvidas durante todo o percurso	Diretoria de Ensino e Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiá e Escolas Estaduais	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2024	2026
--	--	--	--	---	---------------------------------------	--	---	------	------

2.7. Ensino Fundamental (anos finais)

Problema central: Alto índice de abandono e infrequência escolar.									
Objetivo de impacto: Formação das crianças e adolescentes no âmbito acadêmico e afetivo-social.									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Reduzir casos de baixo rendimento e baixa frequência escolar	Meta: 04	Prova paulista e resultados internos da escola (aprovados, reprovados, NCOM)	Plataforma Escola Total/BI Educação (Prova Paulista) e SED (Secretaria Escolar Digital)	1.Acompanhamento da frequência escolar diariamente pelo Professor, semanalmente pela gestão escolar	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiá e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2034
				2. Busca ativa pelo Coordenador de Organização Escolar - Conviva e/ou Professor de Orientação e Convivência com registros de todo o processo	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiá e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2034

				3. Encaminhamento para o Conselho Tutelar e Ministério Público os casos em que não obtiveram sucesso no resgate do aluno.	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiaí e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2034
--	--	--	--	---	-----------------	---	----------	------	------

2.8. Ensino Fundamental (anos finais)

Problema central: Alto índice de ocorrências/conflitos escolares.									
Objetivo de impacto: Formação das crianças e adolescentes no âmbito afetivo-social									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Desenvolvimento das habilidades socioemocionais.	Meta: 04	Número de registros de ocorrências escolares	Plataforma Placon e registros internos da Escola	1. Registro das ocorrências escolares	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiaí e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2034
				2. Intervenções pontuais pelo Coordenador de Organização Escolar - Conviva e/ou Professor de Orientação e Convivência e/ou direção da escola	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiaí e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2034

				3. Formação para a equipe escolar com temas relacionados ao relacionamento interpessoal e acolhimento para os pais/responsáveis dos alunos dos 6º anos.	Unidade Escolar e Diretoria de Ensino	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiaí e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2034
				4. Avaliação do impacto da ação comparando frequência dos pais/responsáveis nas reuniões com os registros das ocorrências	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiaí e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2034

2.9. Ensino Fundamental (anos finais)

Problema central: Falta de “espaço de participação” de adolescentes nas ações de cidadania e defesa de seus direitos									
Objetivo de impacto: Propiciar a participação de adolescentes no controle social das políticas de promoção, proteção, defesa, garantia dos direitos da criança e do adolescente em Louveira.									
ODS associados:04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Efetivação de espaço para participação dos adolescentes na discussão sobre cidadania, questões importantes para o seu	04	1. “Comitê de Participação dos Adolescentes e Jovens” – constituído e	1.Edital de Regulamento do Comitê de Participação dos Adolescentes e	1. Criar e publicar resolução ou documento específico dispondendo sobre a participação permanente de adolescentes junto ao	CMDCA	CMDCA, SEDUC/SP e GTC PMIA	FMIA	2024	2026

desenvolvimento, com implementações de ações para levar suas reivindicações à gestão pública municipal.		atuante	Jovens através de Resolução;	colegiado CMDCA explicitando no documento que essa participação se dará por meio de um Comitê de Participação de Adolescentes. Se pautando na Resolução nº 191/2017 do CONANDA.					
		2.Número de grêmios atuantes nas escolas de ensino fundamental (anos finais) e ensino médio do município;	2.Validar e Fortalecer grêmios estudantis para participação no Comitê de Participação dos Adolescentes e Jovens.	CMDCA	CMDCA, SEDUC/SP e GTC PMIA			2024	2026
		3. Quantidade de reuniões realizadas e lista de presença;	3. A partir do edital de Regulamento estabelecer cronograma de Reuniões do Comitê de participação dos Adolescentes e Jovens, definir os responsáveis pela viabilização e articulação dos encontros.	CMDCA	CMDCA, SEDUC/SP e GTC PMIA				
		3. Quantidade de reuniões realizadas e lista de presença;	3. A partir do edital de Regulamento estabelecer cronograma semestral de Reuniões do Comitê de participação dos Adolescentes e Jovens com o colegiado do CMDCA, para compartilhamento e encaminhamento das demandas levantadas pelo referido Comitê.	CMDCA	CMDCA, SEDUC/SP e GTC PMIA			2024	2026

Referência: https://flacso.org.br/files/2022/02/Cartilha-CPA_Digital.pdf

2.10. Ensino Fundamental (anos finais)

Problema central: Falta de parceria da família com a escola.									
Objetivo de impacto: Criar processo de integração da família com a escola.									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Maior participação dos responsáveis nas reuniões.	04	Quantidade de responsáveis que participam das reuniões.	Lista de presença da reunião de pais/responsáveis	1. Convidar pais/responsáveis dos alunos matriculados nos 6º anos.	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiaí e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2026
				2. Convocar pais/responsáveis dos alunos matriculados nos 6º anos que mais precisam de apoio (Baixa frequência e/ou rendimento escolar).	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiaí e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2026
				3. Propiciar palestras e/ou rodas de conversa sobre temas relevantes para apoio as famílias na educação dos filhos.	Unidade Escolar e Diretoria de Ensino	SEDUC SP, Diretoria de Ensino região de Jundiaí e Unidade Escolar	SEDUC SP	2024	2026

2.11. Iniciação Profissional

Problema central: Falta de qualificação dos adolescentes para ingresso no mercado de trabalho.									
Objetivo de impacto: Fomentar a oferta de ensino profissionalizante nas unidades escolares.									
ODS associados: 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Implantar 2 turmas de Ensino profissionalizante, Administração e Logística, na EE Joaquim Antônio Ladeira	Meta: 04	Número de turmas ofertadas	Secretaria Escolar Digital (SED)	1. Promover ações que incentivem o projeto de vida para o itinerário profissionalizante	Diretoria de Ensino e Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiaí e Escolas Estaduais	SEDUC SP	2024	2026
				2. Monitorar a demanda de estudantes por educação profissionalizante	Diretoria de Ensino e Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiaí e Escolas Estaduais	SEDUC SP	2024	2026
				3. Formação sobre Projeto de Vida e Eletivas com foco na educação profissionalizante.	Diretoria de Ensino	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiaí e Escolas Estaduais	SEDUC SP	2024	2026

				4. Parceria com FIEC ou Centro Paula Souza.	SEDUC SP	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiaí e Escolas Estaduais	SEDUC SP	2024	2026
				5. Acompanhar a frequência e desempenho dos alunos.	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiaí e Escolas Estaduais	SEDUC SP	2024	2026
				6. Monitorar os resultados bimestralmente e anualmente.	Diretoria de Ensino e Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiaí e Escolas Estaduais	SEDUC SP	2024	2026
				7. Monitorar a empregabilidade dos alunos e dos concluintes.	Unidade Escolar	SEDUC SP, Diretoria de Ensino Região de Jundiaí e Escolas Estaduais	SEDUC SP	2024	2026

2.12. Iniciação Profissional

Problema central: Falta de estímulo empreendedor, para o jovem, em um futuro mercado de trabalho, por conta de uma política pública sem estímulo ao empreendedorismo.
Objetivo de impacto: Disseminação da cultura empreendedora entre crianças e adolescentes, de 06 a 14 anos, do Ensino fundamental I, para despertar e fortalecer o espírito empreendedor.
ODS associados: 04

Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Incentivo a futuras buscas de possibilidades de inserção no mercado de trabalho, por meio de uma postura empreendedora ou da criação de negócios próprios	4	Percentual de participação dos estudantes da Rede Municipal de Ensino	Observação no desenvolvimento e realização das práticas aplicadas ao projeto	Implantação do JEEP - Jovens Empreendedores Primeiros Passos. Envolver professores de escolas públicas, por meio de capacitação e repasse de metodologia que contempla: jogos, dinâmicas grupais, exercícios e pesquisas, transferindo aos jovens alunos, a proposta do curso.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SEBRAE e Secretaria de Educação	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SEBRAE e Secretaria Municipal de Educação	SEBRAE	2024 (Julho)	2034

2.13. Iniciação Profissional

Problema central: Número insuficiente de projetos/programas de incentivo ao primeiro emprego.									
Objetivo de impacto: Gerar desenvolvimento em áreas sociais, profissionais e proporcionar oportunidade de primeiro emprego aos adolescentes e jovens a partir dos 16 anos que estão no Ensino Médio.									
ODS associados: 8									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término

Aumento das oportunidades de primeiro emprego no município.	8.6	Quantidade de adolescentes e jovens no Ensino Médio X Quantidade de adolescentes e jovens inscritos X Quantidade de adolescentes e jovens participantes do programa.	Indicadores municipais	Manutenção do projeto "Estalou"	Fundo Social	Fundo Social, Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino SEDUC/S.P, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, CMDCA	Municipal	2024	2034
				Ampliação do projeto em números de vagas e demais demandas avaliadas no decorrer da implantação.	Fundo Social	Fundo Social, Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino SEDUC/S.P, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, CMDCA	Municipal	2024	2026
				Parceria com Patrulheiros, SEBRAE, CIEE, iniciativas privadas;	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Fundo Social, Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino SEDUC/S.P, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, CMDCA	Municipal	2024	2026

2.14. Cultura

Problema central: Falta de conhecimento da população em relação às oficinas culturais									
Objetivo de impacto: Ampliar ferramentas de difusão e possibilidades de formação cultural									
ODS associados: 3 e 11									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Aumento da participação popular nas atividades culturais	3 e 11.4	Aumento da adesão por parte da população (6 a 18 anos)	Quantidade de inscrições das Oficinas Culturais feitas pela Equipe Administrativa da Divisão de Oficinas Culturais	1. Divulgação nas Escolas de Ensino Estaduais e Municipais e serviços de Assistência Social	Secretaria de Cultura e Eventos.	Secretaria de Cultura Evento, Secretaria de Educação, Assistência Social	Municipal	2024	2034
				2. Parceria e apoio do Departamento de Comunicação para ampla divulgação das Oficinas Culturais	Secretaria de Cultura e Eventos.	Secretaria de Cultura Eventos – Departamento de Comunicação	Municipal	2024	2034

				3. Apresentações culturais nos ambientes e prédios públicos – para maior divulgação e exposição cultural para a população;	Secretaria de Cultura e Eventos.	Secretaria de Cultura Evento, Secretaria de Educação, Assistência Social, Desenvolvimento econômico, Gestão Ambiental, entre outras;	Municipal	2024	2034
--	--	--	--	--	----------------------------------	--	-----------	------	------

2.15. Cultura

Problema central: Falta de capacitação dos profissionais para atender pessoas com deficiências e vulnerabilidade social.									
Objetivo de impacto: Levar arte, cultura e cidadania àqueles que mais necessitam.									
ODS associados: 3 e 11.4									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	de Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Promover à capacitação da equipe técnica e artística municipal com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados à população	3 e 11.4	Aumento da adesão às oficinas culturais por crianças e adolescentes com deficiências;	Listagem das crianças e adolescentes com deficiência inscritas e ativas nas oficinas culturais.	1. Inserir campo identificador da deficiência na Ficha de Inscrição/Interesse nas oficinas culturais;	Secretaria de Cultura e Eventos.	Secretaria de Cultura Eventos – Secretaria de Educação -	Municipal	2024	2034

				2. Formação para professores e oficineiros das Oficinas Culturais em para acolhimento e atendimento da criança e/ou adolescente com deficiência em parceria de incentivo de iniciativa privada entre as diferentes áreas do conhecimento artístico e cultural.	Secretaria de Cultura e Eventos.	Secretaria de Cultura Eventos – Secretaria de Educação – Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social	Municipal	2024	2034
				3. Parceria com Secretarias de Assistência Social, entidades, centros comunitários, associações de bairros com intuito ampliar o acesso a cultura.	Secretaria de Cultura e Eventos.	Secretaria de Cultura Eventos, Secretaria de Assistência Social, CMDCA;	Municipal	2024	2034

2.16. Esporte e Lazer

Problema central: Falta de integração dos alunos na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação											
Objetivo de impacto: Desenvolver na criança o prazer por atividades esportivas resgatando os valores que privilegiam o coletivo do individual defendendo a compreensão da solidariedade e respeito humano.											
ODS associados: 04											
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	de	Meios de verificação	de	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
										Início	Término

Elevar a autoestima trazendo a sensação de integração e pertencimento, aumentar a capacidade cognitiva da criança, gerar cooperação e socialização.	4	Desempenho, participação, desenvolvimento de habilidades, motivação e comportamento	Observação nas relações entre os grupo e aplicação de pesquisa de satisfação com os alunos (periodicidade: início e término da atividade)	Práticas de modalidades esportivas no contraturno de nossas escolas de Período Integral (Fundamental I)	Coordenadores da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	Profissionais da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	Secretaria de Educação e secretaria de esporte, Lazer e Juventude	2024	2034
---	---	---	---	---	--	---	---	------	------

2.16. Esporte e Lazer

Problema central: Falta de espaços físicos adequados à prática esportiva na cidade.									
Objetivo de impacto: Aumentar o número de crianças e adolescentes praticantes de modalidades esportivas nas diversas regiões da cidade.									
ODS associados: 03 e 04									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Ampliação dos locais adequados à prática de modalidades esportivas diversas, sobretudo nas áreas mais afastadas da	3 e 4	Número de núcleos esportivos construídos /adaptados	Acompanhamento da ampliação de vagas oferecidas para crianças e adolescentes.	Mapeamento dos espaços existentes e suas necessidades de adequação/reformas	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e Secretaria de Desenvolvimento Urbano.	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Educação	Municipal	2024	2024

região central da cidade de modo a atender crianças e adolescentes em locais próximos às suas residências				Mapeamento e projeção de terrenos que podem receber novos equipamentos esportivos. Elaboração dos projetos arquitetônicos.	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e Secretaria de Desenvolvimento Urbano.	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Educação	Municipal	2024	2025
				Execução das obras	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e Secretaria de Desenvolvimento Urbano.	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Educação	Municipal	2024	2024

2.17. Esporte e Lazer

Problema central: Déficit de praças e parques públicos adequados para crianças de 0 à 6 anos											
Objetivo de impacto: Ampliar e requalificar os espaços públicos destinados ao brincar											
Meta: Programa Primeira Infância											
ODS associados: 11											
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	de	Meios de verificação	de	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
										Início	Término

Aumentar a oferta de espaços públicos como praças e parques que atendam adequadamente as crianças de 0 a 6 anos, para que possam brincar de forma livre, criativa e autônoma	11.7	Ter um espaço público, como praça, área de lazer e centro esportivo, a cada raio de 300m nas zonas urbanas e/ou próximo a uma escola	Visitas técnicas nas praças e parques para avaliar as condições de uso do espaço;	Verificação das Áreas Institucionais com potencial para instalação de uma praça ou parque público	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude; Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude	2024	2034
				Requalificar equipamentos públicos existentes, tornando-os atrativos e seguros	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude; Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude	2024	2034
				Propor espaços de brincar naturalizados com brinquedos não estruturados	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude; Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude	2024	2034

3. PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO

3.1. Fortalecimento e assistência às famílias

Problema central: Falta de regulamentação dos benefícios eventuais;									
Objetivo de impacto: Prevenir e promover o enfrentamento de situações provisórias que possam fragilizar o indivíduo e sua família, evitando o agravamento de situações de vulnerabilidade.									
ODS associados: 01									
Resultado	Metas	ODS	Indicadores de	Meios de	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de	Datas previstas

esperado	associadas	resultado	verificação				recursos	Início	Término
Garantia da proteção social de natureza temporária		Nº de famílias beneficiadas	Lei publicizada	Fomentar junto a Gestão Pública a criação da Lei de Benefícios Eventuais	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	Janeiro 2024	Dezembro 2024

3.2. Fortalecimento e assistência às famílias

Problema central: Falta de iniciativas sustentáveis para Segurança Alimentar e Nutricional.									
Objetivo de impacto: Criação de uma cultura de autosustentabilidade, incentivo ao senso comunitário entre os envolvidos e promoção de iniciativas voltadas à Segurança Alimentar visando o acesso regular e permanente a alimentos adequados em territórios vulneráveis.									
ODS associados: 02 e 11									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Implantar o Projeto Municipal Intersetorial: Hortas Urbanas Comunitárias.	Meta: 2.1	Quantidade de famílias beneficiadas (direta e indiretamente) com o projeto.	Relatório de Acompanhamento CRAS e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).	1. Levantamento de espaços ociosos para cultivo de novas Hortas Urbanas Comunitárias, parceria de Gestão Ambiental;	Segurança Alimentar e Nutricional	Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), CRAS, Secretaria de Gestão Ambiental, Secretaria de Serviços Públicos, SEDEC (secretaria de Desenvolvimento Economico) e Órgão gestor.	Municipal	2024	2034
				2. Aquisição de materiais necessários para cultivo e manutenção (infraestrutura)					
				3. Criação de protocolo para sensibilização da comunidade, e acompanhamento das					

				famílias envolvidas pelo CRAS e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);					
				4. Planejamento intersetorial (corresponsabilidade) para implantação do Projeto Municipal de Hortas Comunitárias.					

3.3. Fortalecimento e assistência às famílias

Problema central: Crianças e adolescentes entre 06 a 17 anos, fora do SCFV, em especial o público prioritário.											
Objetivo de impacto: Garantir o acesso das crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.											
ODS associados: 10											
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	de	Meios de verificação	de	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
										Início	Término

Inclusão em 50% do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.	10	Nº de inserções no SCFV Nº de adesões de crianças e adolescentes, nº de vagas disponíveis x permanência no SCFV	Ficha de Cadastro (Matricula) Lista de Frequência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Promover ações comunitárias no território, a fim de sensibilizar a família para compreensão dos objetivos do SCFV, bem como identificar os dificultadores de acesso do público prioritário junto às famílias nos territórios	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2023	2026
				Transporte: Verificar possibilidade de oferta de transporte aos territórios mais distantes;	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2023	2026
				Oferta de alimentação (refeições) enquanto a criança está no SCFV	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2023	2026

				Adequação do espaço para Pessoa com Deficiência.	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2023	2026
				Identificar demanda para possível ampliação do turno de oferta no serviço período noturno e finais de semana.	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2023	2026

3.4. Fortalecimento e assistência às famílias

Problema central: Fragilidade no fluxo de atendimento ou acompanhamento de famílias em descumprimento do PBF								
Objetivo de impacto: Fortalecer o atendimento ou acompanhamento de famílias em descumprimento do PBF nas ações do PAIF								
ODS associados: 01 e 10								
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas
								Início

Padronização e assertividade nos atendimentos/acompanhamento das famílias em descumprimentos do PBF de procedimentos	1 e 10	Nº de reuniões com os profissionais para criação do fluxo	Fluxo de atendimento estabelecido	Análise do processo atual referente ao atendimento às famílias em descumprimento do PBF para identificar melhorias e problemas	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2024	2026
				Construir proposta de fluxo de atendimento mais efetivo e eficiente	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2023	2026

3.5. Fortalecimento e assistência às famílias

Problema central: Ausência de Protocolo de atendimento/acompanhamento PAIF										
Objetivo de impacto: Estruturar e organizar as ações do PAIF no município										
ODS associados: 10										
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	de	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
									Início	Término

Construção de padrões de qualidade para os serviços e programas executados nos CRAS	1 e 10	Nº de profissionais capacitados/as; Nº de formações;	1. Reuniões de equipe 2. Registro fotográfico 3. Lista de presença.	Capacitar equipe técnica por meio de empresa especializada a ser contratada	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2024	2026
				Estabelecer grupo de estudo para equipe, com foco na construção do protocolo do CRAS	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2024	2026
				Elaborar o Protocolo do CRAS	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2024	2026
				Implementar o protocolo do CRAS em suas unidades	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2024	2026

3.6. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus tratos e violência doméstica

Problema central: Falta de capacitação continuada e supervisão técnica aos profissionais dos serviços especializados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência e conselheiros tutelares.

Objetivo de impacto: Qualificar o acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência

ODS associados: 16

Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Garantia da proteção social de natureza temporária	Meta: 16	Número de supervisões técnicas; Número de profissionais capacitados.	Lista de presença em supervisões técnicas; Certificados de Conclusão de capacitações.	1. Contratação de empresa especializada para Supervisão Técnica para os profissionais do CREAS	Secretaria de Assistência Social	CREAS	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes; Recurso Municipal	2024	2026
				2. Capacitação continuada aos profissionais que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Municipal	2024	2026

3.7. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus tratos e violência doméstica

Problema central: Falta de definição e publicização de fluxo de atendimento a criança e adolescente vítima de violência

Objetivo de impacto: Definir e qualificar a política de atendimento a criança e adolescente vítima de violência

ODS associados: 16

Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Atendimento qualificado de criança e adolescente vítima de violência	Meta: 16	Fluxo publicizado de atendimento a criança e adolescente vítima de violência	Atas de reuniões de rede para articulação e definição do fluxo; Fluxograma de atendimento à criança e adolescente vítima de violência	1. Formação de Núcleo de recebimento e monitoramento de denúncia de violência contra criança e adolescente	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes;	2024	2034
				2. Elaboração e publicização de fluxo de atendimento a criança e adolescente vítima de violência	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes;	2024	2034

3.8. Acolhimento Institucional

Problema central: Falta de rede de apoio e de convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidas									
Objetivo de impacto: Fortalecer a rede de apoio e a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidas									
ODS associados: 16									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	

								Início	Término
Crianças e adolescentes acolhidas com padrinhos afetivos	Meta: 16	Número de crianças e adolescentes acolhidas com padrinho afetivo.	Inscrições aprovadas de padrinhos afetivos Atas de reuniões do Programa de Apadrinhamento Afetivo	1. Implantação do Programa de Apadrinhamento Afetivo	Poder Judiciário	Secretaria de Assistência Social, Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – SAICA;	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente; Recurso Municipal;	2024	2034

3.9. Acolhimento Institucional

Problema central: Jovens desacolhidos do SAICA pela maioria sem rede de apoio familiar/comunitária e sem condições de autonomia e independência.									
Objetivo de impacto: Ofertar serviço ou recurso para que jovem desacolhido do SAICA com 18 anos possibilite o desenvolvimento de sua vida adulta de forma autônoma									
ODS associados: 16									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término

Garantia da continuidade da proteção do jovem desacolhido do SAICA com 18 anos.	Meta: 16	Número de jovens desacolhidos do SAICA com 18 anos incluídos em serviço de república ou no Programa de Aluguel Social.	Contrato firmado de consórcio regional de serviço de república; Lei, publicada em Diário Oficial, de Aluguel Social atendendo a este perfil nos critérios prioritários.	1. Fomentar a adesão municipal no consórcio regional para o serviço de república;	Secretaria de Assistência Social	Órgão Gestor, SAICA (Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes), Proteção Social Especial;	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes; Recurso Municipal;	2024	2034
				2.Fomentar a inclusão deste perfil nos critérios prioritários de acesso à programa de aluguel social	Secretaria de Assistência Social	Proteção Social Especial;	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	2024	2024

3.10. Trabalho Infantil

Problema central: Falta de indicadores de trabalho infantil no município										
Objetivo de impacto: Mapear índices de trabalho infantil no município										
ODS associados: 16										
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	de	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
									Início	Término

Diagnóstico da situação de trabalho infantil no município.	Meta: 16	Número de notificações registradas no Conselho Tutelar de trabalho infantil; Número de abordagens sociais realizadas;	Relatório quantitativo de notificações do Conselho Tutelar; Relatório Mensal de Atendimento (RMA) do CREAS	1. Capacitação da rede intersetorial de atendimento para identificação de situação de trabalho infantil	Secretaria de Assistência Social	Rede Intersetorial; Conselho Tutelar;	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes; Recurso Municipal;	2024	2025
				2. Grupo de Trabalho na Rede Ciranda para elaboração de diagnóstico da situação de trabalho infantil no município	Rede Ciranda	Secretaria de Assistência Social	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes; Recurso Municipal;	2025	2026
				3. Implantação do Serviço Especializado em Abordagem Social	Secretaria de Assistência Social	CREAS	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	2024	2024

3.11. Violência e exploração sexual de crianças e adolescentes

Problema central: Falta de articulação entre todas as políticas públicas para o desenvolvimento de campanha anual preventiva de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

Objetivo de impacto: Qualificar e ampliar o alcance de campanha anual preventiva de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

ODS associados: 16

Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Realização da campanha anual preventiva de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, de forma articulada envolvendo todas as Políticas Públicas do município.	Meta: 16	Número de alcance da Campanha de Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; Número de notificações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no município, menor em relação ao ano anterior; Número de materiais gráficos distribuídos;	- Lista de presença de atividades da Campanha; - Relatório quantitativo de notificações do Conselho Tutelar	Grupo de Trabalho na Rede Ciranda para planejamento anual da Campanha de Prevenção.	Rede Ciranda	Secretarias Municipais; Sociedade Civil; Conselho Tutelar Promotoria de Justiça Delegacia de Polícia	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	2024	2034

3.12. Violência e exploração sexual de crianças e adolescentes

Problema central: Falta de fluxo de atendimento a criança e adolescente vítima de violência									
Objetivo de impacto: Definir e qualificar a política de atendimento a criança e adolescente vítima de violência									
ODS associados: 16									
Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Atendimento qualificado de criança e adolescente vítima de violência	Meta: 16	Fluxo publicizado de atendimento a criança e adolescente vítima de violência	Atas de reuniões de rede para articulação e definição do fluxo; Fluxograma de atendimento à criança e adolescente vítima de violência.	Formação de Núcleo de recebimento e monitoramento de denúncia de violência contra criança e adolescente	Secretaria de Assistência Social	Secretarias Municipais de Educação, Secretaria de Saúde	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	2024	2034
				Elaboração e publicização de fluxo de atendimento a criança e adolescente vítima de violência.	Secretaria de Assistência Social	Sistema Garantia de Direitos da Crianças e Adolescentes;	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	2024	2034

3.13. Atenção a adolescentes que praticaram ato infracional

Problema central: Falta de Política Municipal de atendimento a adolescente que praticou ato infracional e de Comissão SIMASE que a monitore.
--

Objetivo de impacto: Qualificar e monitorar a política municipal de atendimento a adolescente que cometeu ato infracional.

ODS associados: 16

Resultado esperado	Metas ODS associadas	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Regulamentação da Política Municipal de Atendimento e a Adolescente que cometeu ato infracional	Meta: 16	Número de reuniões da Comissão SIMASE; Participação de todas as secretarias municipais envolvidas nas reuniões da Comissão SIMASE.	- Resolução do CMDCA com aprovação da Comissão SIMASE; - Atas de reuniões da Comissão SIMASE - Política Municipal de Atendimento a adolescente que cometeu ato infracional publicada em Diário Oficial.	Aprovação da Comissão SIMASE	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	Secretarias Municipais	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	2024	2034
				Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo	Comissão Municipal de Atendimento Socioeducativo	Secretarias Municipais	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	2025	2035
				Implementação da Política Municipal de Atendimento a adolescente que cometeu ato infracional	Comissão Municipal de Atendimento Socioeducativo	Secretarias Municipais	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	2024	2034

8.Cronograma

ETAPAS	Mês/21	Mês/22	Mês/23	Mês/24	Mês/25	Mês/26	27	28	29
Adesão ao Programa Prefeito Amigo da Criança e Adolescentes	03/2021								
Nomeação do Articulador, coordenador e Presidente do CMDCA para PPAC	03/2021								
Preenchimento do Mapa OCA	11/2021	11/2022	10/23						
Preenchimento do Mapa Fortalecimento dos Conselhos	11/2021			02/24					
Preenchimento Mapa Políticas Sociais	11/2021			02/24					
Preenchimento Plano Municipal Infância e Adolescência (Linha de Base e Plano efetivo)		11/2022	10/2023						
Indicações para Composição do Grupo de Trabalho Coordenador para Elaboração do PMIA		10/2022							
Nomeação do Grupo de Trabalho Coordenador para Elaboração do PMIA – Portaria 622/23			08/2023						
Nomeação Comitê de Apuração do OCA – Portaria 623/23			08/2023						
Reuniões da Comissão Intersetorial, para discussões e alinhamentos, e elaboração da Matriz Lógica		11/2022 12/2022	03/2023 04/2023 04/2023 05/2023 06/2023 06/2023 08/2023 09/2023 09/2023						
Revisão do PMIA pelo Setor Jurídico			10/2023						
Apresentação pela Comissão em reunião ordinária ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para Aprovação do PMIA;			10/2023						
Encaminhamento a Câmara Municipal como pauta de Audiência Pública.			10/2023						
Aprovação e promulgação do Plano Municipal da Infância e Adolescência em Lei			10/2023						
Participação do prefeito nos eventos de mobilização e divulgação			10/2023 11/2023	10/2024	10/2025	10/2026			

Participação de crianças e adolescentes nos eventos de mobilização e divulgação			10/2023 11/2023	10/2024	10/2025	10/2026			
Divulgação dos eventos de mobilização, publicização e divulgação do PMIA			10/2023 11/2023	10/2024	10/2025	10/2026			
Participação do Poder Público e da sociedade civil em Audiência Pública a ser realizada			10/2023						
Ações de Monitoramento: Avaliação/Revisão Anual do PMIA – GTC				05/2024 10/2024	05/2025 10/2025	05/2026 10/2026			
Ações de Monitoramento: Avaliação Anual do PMIA – CMDCA				06/2024 11/2024	06/2025 11/2025	06/2026 11/2026			
Ações de Monitoramento: Prestação Contas OCA ao CMDCA				11/2024	11/2025	11/2026			

Anexos

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, Lei Nº 9795/1999**. Brasília, 1999.

_____. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Lei nº 8069/1990**. Brasília, 1990.

_____. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9394/1996**. Brasília, 1996.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano Municipal pela Primeira Infância de Campinas**. Jundiaí, 2018.

JUNDIAÍ, Prefeitura Municipal de Jundiaí. **Plano Municipal para Infância e Adolescência de Jundiaí**. Jundiaí, 2022.

LOUVEIRA. **De implantação da Rede Ciranda de Combate à Violência, Resolução CMDCA nº 3/2011**. Louveira, 2011.

_____. **Dispõe sobre a aprovação da denominação Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (L.A.) e de Prestação de Serviços à Comunidade (P.S.C.) – Quero Ser, bem como da inscrição do serviço junto ao CMDCA, Resolução CMDCA nº 6/2023**. Louveira, 2023.

_____. **Dispõe sobre a formação de Comissão Intersectorial Permanente do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE, Resolução CMDCA nº 7/2023**. Louveira, 2023.

_____. **Nomeia o Grupo de Trabalho Coordenador para Elaboração ou Revisão do Plano Municipal para a Infância e Adolescência - (GTC – PMIA), Portaria nº 622/2023**. Louveira, 2023

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Prefeitura Municipal de São José dos Campos. **Plano Municipal para Infância e Adolescência**. São José dos Campos, 2019.

SÃO PAULO. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE**. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/>

_____. **Programa - São Paulo pela Primeiríssima Infância, Convênio nº 0/2012**. São Paulo, 2012.

